

1120

DM  
SILV/H.1

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA DA GRAVIDEZ E DA PARENTALIDADE

**TESE DE MESTRADO**

**CRENÇAS FACE À  
CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE  
NA ILHA DE S. VICENTE - CABO VERDE**

Henriqueta Maria Timóteo Leitão Silva – Nº 12909



17226

2007

ISPA Instituto Superior de Psicologia Aplicada

C1

17226

4907

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Isabel Leal, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, ISPA, para obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia da Gravidez e Parentalidade conforme a Portaria nº 842/2005 de 19 de Setembro para dar satisfação ao ponto “b” do nº 2 do art. 5º do Decreto/Lei nº 216/92 de 13 de Outubro.

Concluído o objectivo a que me propus durante todos estes meses não posso deixar de agradecer a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram com a sua colaboração e apoio de forma a possibilitar a elaboração deste trabalho.

Sem esquecer todos os outros, a minha palavra de apreço dirige-se em especial:

À Professora Doutora Isabel Leal pela sua preciosa orientação, apoio e disponibilidade. Estes revelaram-se indispensáveis na concretização deste trabalho.

Ao meu marido, Manuel, pelo seu permanente incentivo, apoio, confiança e paciência para com as minhas *ausências*.

Ao meu filho, Pedro, pelo seu permanente apoio e por ter sido o elo de ligação com a Lisboa *distante*.

Aos meus filhos, Henrique e Raquel, por todo o apoio *à mãe* e paciência aquando das minhas *ausências*.

Ao meu pai que, embora já não entre nós, sempre me incentivou a prosseguir.

À minha mãe e à minha tia pelo apoio incondicional.

Aos meus alunos cuja disponibilidade e dedicação foram essenciais na fase de aplicação dos questionários.

A todos aqueles que aceitaram participar neste estudo e sem os quais nada teria sido possível.

A todas pessoas que têm passado pela minha vida permitindo que esta *viagem* seja uma fonte de contentamento e enriquecimento.

---

## Resumo

Uma intervenção mais eficaz ao nível da família pressupõe possuir informação adequada relativamente à população em causa. Em Cabo Verde, país do espaço lusófono, não existem estudos sobre conjugalidade e parentalidade. É premente o iniciar de um processo de recolha sistemática e científica de informação. Este trabalho constitui-se como uma primeira abordagem destas questões. A aquisição de conhecimento nesta área e a avaliação da pertinência dos dados obtidos é uma das principais metas a atingir. Estudo com um carácter exploratório sendo, num primeiro momento, descritivo e, num segundo, comparativo. Pretendeu-se descrever as crenças face à conjugalidade e parentalidade que jovens e adultos cabo-verdianos residentes na ilha de São Vicente possuem acerca da sociedade cabo-verdiana. Procurou-se compará-las em função do sexo, idade, habilitações literárias, profissão, estado civil, ter ou não filhos, religião e entre os grupos de sujeitos nascidos após ou antes da independência. Teve por base uma amostra não probabilística, de conveniência, constituída por 371 sujeitos com idades compreendidas entre os 15 e os 66 anos e média de 32 anos (67.7% do sexo feminino e 32.3% do masculino), de ambos os sexos, com diferentes níveis de escolaridade, profissões e confissões religiosas. Utilizou-se um protocolo de investigação constituído por um Questionário de Caracterização Sócio-Demográfica e um Questionário de Crenças face à Conjugalidade e Parentalidade com 41 itens tipo Likert. Este foi construído tendo em mente a cultura em estudo. A análise factorial efectuada permitiu a extracção de 11 factores, chegando-se a uma solução com 34 itens. Considerou-se esta fase como exploratória devendo o instrumento, em outro momento, ser refinado. Os resultados demonstraram que características individuais, aspectos económicos e exigências ecológicas determinam as crenças desenvolvidas face a alguns aspectos da conjugalidade e da parentalidade. Isto reforça a necessidade do delinear de programas de prevenção e intervenção adequados às construções da realidade prevalecentes nas comunidades.

**Palavras-chave:** crenças; conjugalidade; parentalidade; Cabo Verde

---

## Abstract

A more efficient intervention on the level of the family presupposes to possess adequate information about the studied population. In Cabo Verde, country of the lusophone space, there are no studies about conjugal and parental relationships. It is pressing the beginning of a systematic and scientific process in order to gather information. This work consists as a first approach of these questions. The acquisition of knowledge in this area and the evaluation of the pertinence of the obtained data is one of the main goals to reach. Study with exploratory character being, at a first moment, descriptive and at a second, comparative. It was intended to describe the beliefs relatively to the conjugality and parentality of youngs and adults residents on the island of São Vicente possesses concerning the Cabo Verde's society. It was looked to compare them in function of the sex, age, literary qualifications, profession, legal state, to have children or not, religion and between the groups of subjects been born after or before the independence. Based on a non-probabilistic sample, of convenience, constituted by 371 subjects with ages understood between the 15 and 66 years and average of 32 years (67,7% of the feminine sex and 32,3% of the masculine), of both the sexes, with different levels of literary qualifications, professions and religions. A protocol of inquiry was used consisting of a Questionnaire of Social-Demographic Characterization and a Questionnaire of Beliefs about the Conjugality and Parentality with 41 items (Likert's type). This was constructed having in mind the culture in study. The accomplished factorial analysis allowed the extraction of 11 factors, which led to a solution with 34 items. This phase was considered as exploratory having the instrument, at another moment, to be refined. The results had demonstrated that individual characteristics, economic aspects and ecological demands determine the developed beliefs about some aspects of the conjugality and the parentality. This strengthens the necessity of delineating prevention and intervention programs adequate to the prevalent constructions of the reality in the communities.

**Key-words: beliefs; conjugality; parentality; Cabo Verde**

---

## Índice

	Página
Introdução	01
Enquadramento Teórico	05
Atitudes e Crenças	05
Conjugalidade	11
Parentalidade	34
Cabo Verde: Passado e Presente	50
Método	61
Delineamento do estudo	61
Participantes	63
Instrumentos	73
Procedimento	81
Resultados	83
Análise descritiva dos resultados	83
Apresentação dos resultados item a item	85
Análise usando como variáveis dependentes os onze factores resultantes da solução final da análise factorial (34 itens)	98
Discussão	123
Referências Bibliográficas	133
Anexos	140
Anexo 1	141
Questionário A	143
Questionário B	148
Anexo 2	152
Escala de Crenças face à Conjugalidade e Parentalidade	153
Tabela de correspondência Escala – Questionário B	156

	Página
Anexos (Suporte Electrónico)	
Anexo A (Análise Factorial)	03
Anexo B (Análise da consistência interna dos 34 itens)	07
Anexo C (Análise da consistência interna das onze sub-escalas do questionário B)	10
Anexo D (Dados descritivos dos itens do questionário B)	23
Anexo E (Análise descritiva dos itens – Tabelas de frequências)	26
Anexo F (Análise por itens)	39
Anexo G (Análise usando como variáveis dependentes os onze factores resultantes da solução final da análise factorial)	54
Anexo H (Análise dos pressupostos de normalidade e de homogeneidade das variâncias)	62
Anexo I (Comparações múltiplas)	86
Anexo J (Comparações múltiplas/restantes factores)	113
Anexo K (Base de dados – SPSS)	

---

## Índice de Gráficos

	Página
Gráfico 1 – Distribuição dos sujeitos por sexo	63
Gráfico 2 – Distribuição dos sujeitos por idade	64
Gráfico 3 – Distribuição dos sujeitos por faixa etária	64
Gráfico 4 – Distribuição dos sujeitos por habilitações literárias	65
Gráfico 5 – Distribuição dos sujeitos por categorias de habilitações literárias	66
Gráfico 6 – Distribuição dos sujeitos por categorias de profissão	68
Gráfico 7 – Distribuição dos sujeitos por estado civil	68
Gráfico 8 – Distribuição dos sujeitos por categorias de estado civil	69
Gráfico 9 – Distribuição dos sujeitos na variável “Tem filhos?”	69
Gráfico 10 – Distribuição dos sujeitos na variável “Quantos filhos tem?”	70
Gráfico 11 – Distribuição dos sujeitos na variável “Confissão Religiosa”	70
Gráfico 12 – Distribuição dos sujeitos na variável “Confissão Religiosa” (mais expressivas).	71
Gráfico 13 – Distribuição dos sujeitos na variável “Praticante”	71
Gráfico 14 – Distribuição dos sujeitos na variável “Praticante” por Confissão Religiosa	72

---

## Índice de Quadros

	Página
Quadro 1 – Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney para a variável “sexo”	85
Quadro 2 - Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney e ordens (pb 17 e pb 18)	86
Quadro 3 – Teste não-paramétrico de Kruskal Wallis para a variável “Grupo etário” (3 gs)	87
Quadro 4 – Diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes / direcções	87
Quadro 5 - Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney / variável “Grupo etário”	88
Quadro 6 - Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Habilitações literárias”	89
Quadro 7 – Diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes / direcções	90
Quadro 8 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis para a variável “Profissão”	91
Quadro 9 – Diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes / direcções	92
Quadro 10 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis para a variável “Estado civil”	93
Quadro 11 – Diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes / direcções	94
Quadro 12 – Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney / variável “Tem filhos?”	95
Quadro 13 – Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney/variável “É praticante?”	96
Quadro 14 - Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Confissão religiosa”	96
Quadro 15 – Diferenças significativas das variáveis independentes/direcções	97

	Página
Quadro 16 – Teste t-student para a variável “Sexo”	99
Quadro 17 – Teste t-student para a variável “Sexo” (restantes factores)	100
Quadro 18 – ANOVA para variável “Grupo etário” (3 categorias)	101
Quadro 19 – Estatísticas descritivas para variável “Grupo etário” (3 categorias)	102
Quadro 20 – Teste de Tukey de comparações múltiplas de médias	102
Quadro 21 – ANOVA para variável “Grupo etário” (3 cat./restantes factores)	103
Quadro 22 – Estatísticas descritivas para variável “Grupo etário” (3 cat./restantes factores)	105
Quadro 23 - Teste de Tukey de comparações múltiplas de médias (restantes factores)	106
Quadro 24 – Teste t-student para a variável “Grupo etário” (2 categorias)	107
Quadro 25 – Teste t-student para a variável “Grupo etário” (2 cat./restantes factores)	108
Quadro 26 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Habilitações literárias”	110
Quadro 27– Comparações múltiplas	110
Quadro 28 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Habilitações literárias” (restantes factores)	111
Quadro 29 – ANOVA para a variável “Profissão”	112
Quadro 30 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Profissão” (factor 2)	112
Quadro 31 – Comparações múltiplas	113
Quadro 32 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Profissão” (restantes factores)	114
Quadro 33 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Estado civil” (3 factores)	115
Quadro 34 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Estado civil” (restantes factores)	115
Quadro 35 – Ordens médias (factores 4, 6 e 7)	116
Quadro 36 – Teste t-student para a variável “Tem filhos?”	117

	Página
Quadro 37 – Teste t-student para a variável “Tem filhos?” (restantes factores)	118
Quadro 38 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Religião” (3 factores)	119
Quadro 39 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Religião” (restantes factores)	119
Quadro 40 – Ordens médias (factor 4 e 10)	120
Quadro 41 – Teste t-studente para a variável “É praticante?” (restantes factores)	121

---

## Índice de Tabelas

	Página
Tabela 1 – Distribuição dos sujeitos por profissão	66
Tabela 2 - Matriz da rotação de factores	75
Tabela 3 – Frequência de respostas válidas para cada um dos itens do Questionário B	84

---

## Introdução

Ao longo da História a Família como instituição tem-se moldado em função das mudanças sociais. Sofreu alterações a nível biológico, nas funções de mulheres e homens, ao nível simbólico. Tudo isto se repercutiu na sua estrutura e funcionamento. Diferentes vivências da conjugalidade e da parentalidade foram emergindo. A conjugalidade como um eventual espaço de intimidade, autonomia e diferenciação construído entre dois *selves* com histórias e percursos diferentes (Costa, 2005). Pressupõe uma complexidade relacional que tem de considerar uma multiplicidade de aspectos (afectos, crenças, expectativas, cognições, pressões sociais). Investigações recentes reconhecem a diversidade de estilos e formas de conjugalidade (Kellerhals *et al.*, 1982; Almeida *et al.*, 1991; Roussel, 1992). A parentalidade como um processo maturativo que configura um projecto de vida a longo prazo sujeito a sucessivas mudanças e envolvendo diferentes funções (Cowan, Powell, & Cowan, 1998; Cruz, 2005). Se o estudo destas temáticas em sociedades ditas *normativas* é premente, também o será em países com referências matizadas por diferentes heranças culturais e que apresentam constrangimentos vários de natureza social e económica. Cabo Verde, país do espaço lusófono, cumpre estes requisitos. O seu tecido social apresenta características próprias na vivência destas questões. Destaca-se: precocidade no iniciar da actividade sexual; excessiva valorização da sexualidade e fertilidade; famílias numerosas, muitas vezes sem a presença efectiva de um ou os dois progenitores; arranjos conjugais predominantemente não formalizados, instabilidade e infidelidade; parentalidade condicionada não só pelos padrões característicos da vivência conjugal mas, igualmente, por fenómenos específicos desta sociedade (pobreza e emigração). Não existem estudos que permitam uma compreensão adequada destas problemáticas, consideradas um entrave ao pleno desenvolvimento.

Uma componente chave de qualquer relação é a natureza social do ambiente em que ela se revela. Portanto, os contextos sociais desempenham um papel especialmente importante nas experiências de proximidade e intimidade de que a conjugalidade é um exemplo. Neste sentido Adams, Anderson & Adonu (2004)

investigaram a cultura como um factor situacional omnipresente influenciador do modo como as pessoas vêm, entendem e experienciam a proximidade e intimidade. O estudo deste tipo de relação tem ocorrido, historicamente, num contexto cultural ocidental que é essencialmente “invisível” àqueles que nele estão imbuídos. Segundo estes autores, as descobertas empíricas neste domínio feitas a partir de estudos no contexto cultural ocidental não podem ser assumidas como “naturais” ou “inevitáveis”. Elas devem ser interpretadas como estando impregnadas dessa realidade cultural que enfatiza as conexões voluntárias e independentes dos *selves*. Uma perspectiva cultural sobre proximidade e intimidade ainda está na infância e, dado o estado preliminar da investigação, é prematuro exigir fortes conclusões. Em vez disso, o objectivo fundamental é começar a entender as bases culturais das relações de proximidade e intimidade. Isto permitirá uma melhor compreensão deste tipo de relações, não só em outras culturas mas, especialmente nos estudos aparentemente aculturais que constituem o grosso da ciência psicológica. Segundo esta perspectiva os padrões observados nos estudos típicos sobre proximidade, intimidade e conjugalidade reflectem construções independentes do *self* que estão em consonância com o mundo ocidental, contextos universitários e ligações voluntárias de amor e casamento.

Também no domínio da parentalidade o pressuposto da “construção social” tem sido evidenciado (DeLoache & Gottlieb, 2000). Os trabalhos de R. Benedict e M. Mead (in Harkness & Super, 2002), corroboram esta ideia, constituindo os alicerces deste tipo de abordagem. Estas autoras tentaram compreender como é que os padrões culturais se expressam na educação das crianças. O estudo das *seis culturas* de J. e B. Whiting iniciado no princípio da década de 50, constituiu-se como a primeira observação sistemática de crianças de várias culturas. Pela primeira vez os investigadores tiveram acesso a dados quantitativos e qualitativos passíveis de serem comparados entre amostras provenientes de diferentes contextos culturais. A abordagem teórica de Mead está em consonância com algumas conceptualizações actuais, nomeadamente as que vão no sentido de explicar o comportamento parental em função das crenças e atitudes. Também, os trabalhos mais recentes de cariz desenvolvimental, defendem que tentar compreender estes comportamentos sem ter em mente as crenças é inútil (Goodnow & Collins, 1990).

Constata-se, então, que a adopção do modelo de família nuclear e dos valores de liberdade e individualidade que estão na sua base é um produto da “ocidentalização”. Como as diferentes realidades e estudos evidenciam nunca terá sido possível falar somente, e não o é com certeza actualmente, de “família”, mas de “famílias”. Porém, o etnocentrismo cultural tem prevalecido e ainda não foi completamente ultrapassado.

Em sociedades com heranças e características específicas tende-se, frequentemente, a efectuar análises e a adoptar medidas culturalmente normalizadas. Este procedimento poderá contribuir para uma não efectiva resolução dos problemas das comunidades. Importa perceber que construções imperam nesses espaços e porquê. Desta forma, poder-se-á avançar para o delinear de programas de prevenção e intervenção adequados e capazes de atender às diferentes realidades.

O reconhecimento da importância das cognições e dos contextos sociais em que se revela a natureza activa do pensamento conduziu a que se optasse por uma abordagem centrada no estudo das crenças. Estas foram concebidas como o instrumento teórico e metodológico de referência. Através do seu estudo pode-se compreender as atitudes dos sujeitos face a determinados objectos (neste caso a conjugalidade e a parentalidade) e, a partir daí, começar a compreender mais adequadamente os padrões comportamentais dos indivíduos de uma determinada comunidade. Desta forma, o objectivo principal deste trabalho consistiu em conhecer as crenças face à conjugalidade e à parentalidade que os jovens e adultos cabo-verdianos residentes na ilha de São Vicente possuem acerca da sociedade cabo-verdiana. Como objectivos específicos pretendeu-se investigar se essas crenças variam em função do sexo, da idade, das habilitações literárias, da profissão, do estado civil, do ter filhos, da religião e de ter nascido após ou antes a independência (15-35 anos vs  $\geq 45$  anos).

O trabalho encontra-se dividido da seguinte forma:

A primeira parte, organizada em vários capítulos, corresponde à fundamentação teórica e inclui a revisão de literatura realizada sobre o tema.

O capítulo 1 centra-se em algumas temáticas relativas ao estudo das atitudes e crenças.

No capítulo 2 procede-se a uma revisão de literatura sobre algumas questões pertinentes na área da conjugalidade.

No capítulo 3 aborda-se a temática da parentalidade, procedendo-se a uma revisão de literatura das principais áreas de investigação no domínio das crenças parentais e suas consequências nos desempenhos das crianças.

O capítulo 4 dedica-se à contextualização da realidade onde o estudo ocorreu: Cabo Verde, ilha de São Vicente. Salienta os principais aspectos da organização e formação desta sociedade após a ocupação das ilhas. Traça-se um perfil, embora não exaustivo, da sociedade actual.

A segunda parte, correspondente à metodologia, compreende: delineamento do estudo; questões de investigação e variáveis; participantes e caracterização da amostra; material e estudo das propriedades psicométricas do instrumento; procedimento.

Na terceira parte apresenta-se os resultados em termos de análise descritiva dos dados, diferenças significativas por variável independente, análise utilizando como variáveis dependentes os onze factores resultantes da solução final da análise factorial efectuada.

Na última parte procede-se à discussão dos resultados a partir da qual surgiram alguns pontos de reflexão. Estabeleceu-se, sempre que necessário, uma ligação com a revisão de literatura efectuada considerada pertinente para os objectivos do estudo.

## Enquadramento Teórico

---

### Capítulo 1

#### Atitudes e Crenças

O constructo atitude é dos mais antigos e estudados no domínio da Psicologia Social. Tem sido considerado indispensável e central durante décadas (Allport, 1935; Doob, 1947; McGuire, 1985). Ligado à sua história é patente a dificuldade em encontrar uma definição consensual. Eagly e Chaiken (1993) num trabalho exaustivo de análise e sistematização procuraram estabelecer uma definição que se ajustasse às diversas perspectivas existentes sobre o tema. Assim, de acordo com estes autores, atitude é um constructo hipotético referente à “tendência psicológica que se expressa numa avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade específica”.  
Explicitando:

- *Constructo hipotético* indica que as atitudes não são directamente observáveis, são uma variável latente explicativa da relação entre a situação em que as pessoas se encontram e o seu comportamento. É uma inferência sobre os processos psicológicos internos de um indivíduo feita a partir da observação dos seus comportamentos (verbais ou não);
- *Tendência psicológica* é um estado interior com alguma estabilidade temporal. A maioria dos autores consideram-nas aprendidas e portanto alteráveis.
- Expressam-se sempre através de um *juízo avaliativo* (um dos pontos em que se verifica consenso nas diferentes definições de atitudes existentes). Este carácter avaliativo apresenta três características: direcção (favorável vs desfavorável); intensidade (opõe posições extremadas a posições fracas); acessibilidade (probabilidade de ser activada automaticamente da memória quando o sujeito se encontra com o objecto de atitude). Esta dimensão está associada à sua força, à forma como foi aprendida e à frequência com que é utilizada pelo sujeito.

Constata-se, então, que uma atitude se expressa sempre por respostas avaliativas. Estas podem ser de vários tipos enquadrando-se, habitualmente, em três modalidades que correspondem a outras tantas formas de expressão das atitudes: cognitivas, afectivas e comportamentais. As cognitivas referem-se a pensamentos, ideias, opiniões, crenças que ligam o objecto de atitude aos seus atributos ou consequências, exprimindo uma avaliação mais ou menos favorável. As respostas avaliativas afectivas referem-se às emoções e sentimentos provocados pelo objecto de atitude. As comportamentais reportam-se aos comportamentos ou às intenções comportamentais em que as atitudes se podem manifestar. Isto quer dizer que as atitudes se referem sempre a objectos específicos que estão presentes ou que são evocados através de um indício do objecto. Quase tudo pode ser objecto de atitude (entidades abstractas, concretas ou gerais; comportamentos, classes de comportamentos).

Zanna & Rempel (1988) reexaminaram algumas das suposições características dos primeiros modelos sobre atitudes, incluindo o modelo tripartido clássico. Entre outros aspectos, retiveram a noção de que as atitudes se podem formar e manifestar a partir de crenças, sentimentos e comportamentos mas, acrescentando, que estas se podem basear em qualquer combinação destes três componentes, considerando a concordância entre eles uma questão empírica. Não estabelecem, à priori, uma directriz acerca da componente predominante, possíveis interações aquando da avaliação global de um objecto de atitude. Uma abordagem similar é evidente na perspectiva proposta por Fazio e seus colegas (Fazio, 1990, 1995; Fazio et al., 1982). Para estes autores, as atitudes são concebidas como associações, na memória, entre objecto de atitude e suas avaliações (Fazio, 1990; 1995). Estas associações baseiam-se no conhecimento a nível cognitivo, afectivo e/ou comportamental do objecto de atitude, a partir do qual é feita uma avaliação sumária. A força da associação entre um objecto de atitude e sua avaliação torna-se uma qualidade importante da atitude. Estas novas conceptualizações do constructo atitude baseiam-se na possibilidade de que esta se pode formar de múltiplas formas.

Ao longo da história deste conceito desenvolveram-se diferentes formas estruturadas de o avaliar, recorrendo-se a diversos tipos de respostas observáveis relativas ao constructo inferido. Nesta linha a forma mais comum de medir as atitudes é através das denominadas escalas de atitude. Esta técnica parte do princípio

de que podem ser medidas através de crenças, opiniões e avaliações dos sujeitos acerca de um determinado objecto (medição através de respostas cognitivas). A medição pode, igualmente, processar-se através das respostas afectivas e da avaliação de comportamentos. Para ambas as situações foram desenvolvidas técnicas específicas.

Dadas as características do presente trabalho importa reflectir mais detalhadamente sobre as crenças. Estas são cognições ou pensamentos associados às atitudes. Podem ser entendidas como associações ou conexões que as pessoas estabelecem entre o objecto de atitude e os diferentes atributos que lhe são imputados (Fishbein & Ajzen, 1974). As crenças expressam avaliações positivas ou negativas mais ou menos extremadas podendo apresentar-se, ocasionalmente, neutras no seu conteúdo avaliativo. Muitas são concretas no sentido em que reflectem imagens específicas. Outras são mais abstractas dado que sumarizam toda uma série de observações de acontecimentos idênticos. Segundo a teoria das atitudes estas constituem as suas *unidades de base* no sentido de que se assume que elas reflectem o que as pessoas mantêm acerca dos objectos de atitude. Ao formar uma atitude os indivíduos retiram o significado avaliativo das crenças. A forma mais directa de se aceder a estes conteúdos cognitivos é através da auto-descrição do posicionamento individual. Para o efeito foram-se desenvolvendo várias técnicas de papel e lápis que, ancoradas em diferentes modelos de medição, traduzem outros tantos procedimentos de construção de escalas, a saber: escalas intervalares de Thurston (1928); escalas de Lickert (1932); escalas de atitudes tipo diferenciador semântico (Osgood, Suci & Tannenbaum, 1957); escalas cumulativas de Guttman (1994); escalas de expectativa-valor baseadas no modelo de Fishbein & Ajzen, (1974). Outra questão importante é a de saber se se pode prever, com sucesso, atitudes a partir do conteúdo avaliativo das crenças. O Modelo da Expectativa-Valor tem sido dos quadros teóricos mais utilizados na resposta a esta questão.

As crenças possuem várias propriedades, nomeadamente as estruturais, das quais a *complexidade* é uma das mais importantes. A esta propriedade foram dados diferentes nomes, p. e., complexidade cognitiva (Bieri, 1966), dimensionalidade (Scott, 1963), diferenciação (Zajonc, 1989). Apesar destas diferentes denominações e da grande variedade de instrumentos de medida utilizados para as avaliar, as diferentes abordagens partilham a definição de complexidade como sendo o número de dimensões necessárias para descrever o conjunto de atributos imputados ao

objecto de atitude. Além desta propriedade a consistência avaliativa ou coerência é outro aspecto importante da estrutura intra-attitudinal. Uma avaliação global implica que as crenças de um indivíduo face a um determinado objecto possam ser mais ou menos consistentes com a avaliação abstracta realizada ou atitude de uma forma geral. Assim, as implicações avaliativas das crenças de um sujeito podem ser mais ou menos consistentes entre si. A inconsistência relativa a um conjunto de crenças pode-se manifestar, p. e., pelo facto de a pessoa possuir crenças negativas e, simultaneamente, positivas face a um objecto de atitude.

Estas duas propriedades estruturais têm em conta a consistência das crenças mas não esgotam esta questão. Isto porque as atitudes podem basear-se em experiências afectivas, comportamentais e cognitivas face aos objectos de atitude. Assim, em adição ao aspecto da consistência entre atitudes e crenças, é importante considerar também a consistência entre atitudes e os seus outros possíveis constituintes (afectos e comportamentos). As atitudes podem ser mais ou menos consistentes com a avaliação global (nas associações ou comportamentos face ao objecto de atitude). Se as crenças podem variar na sua consistência avaliativa, os afectos podem, igualmente, ser internamente consistentes ou inconsistentes, o mesmo ocorrendo com os comportamentos. A consistência avaliativa pode, ainda, variar ao longo das classes de respostas. O termo ambivalência é muitas vezes utilizado para descrever inconsistências nas respostas avaliativas que ocorrem ao longo de classes de respostas ou numa classe de resposta, especialmente quando esta inconsistência é tão marcada que o indivíduo pode ser descrito como possuindo duas atitudes (uma positiva, outra negativa).

Durante muito tempo assumiu-se que as atitudes são capazes de predizer o comportamento. Na verdade, o valor do constructo atitude era posto em causa se isto não ocorresse (muitas vezes as atitudes não o conseguem, outras vezes sim). Assim, os investigadores começaram a interrogar-se sobre sob que condições se pode esperar uma relação entre atitude e comportamento. Esta questão tem ocupado muita da literatura desta área, sendo avaliada a partir de uma série de perspectivas (características do sujeito, da situação e da própria atitude). O modelo “MODE” é uma delas. Este centra-se na motivação e oportunidade como determinantes da relação entre atitude e comportamento (estas duas variáveis são consideradas como determinantes na ocorrência de um processo espontâneo ou deliberado na relação

entre atitude e comportamento). A premissa básica desta abordagem é de que: quando ambas estão adequadamente presentes o comportamento é guiado por processos deliberativos; quando estão ausentes qualquer impacto das atitudes no comportamento ocorre por via de um processo mais espontâneo. Segundo esta perspectiva muitas decisões são baseadas em processos “mistos” (incluem comportamentos automáticos e deliberativos).

Por último há que ressaltar que nem todas as atitudes são iguais. O seu valor funcional e a influência que exercem nos julgamentos e comportamentos podem variar. Em particular, a evidência indica que as atitudes caracterizadas por fortes associações entre objecto e avaliação na memória (portanto com maior acessibilidade), são relativamente mais funcionais no sentido de que facilitam a tomada de decisão. São, igualmente, relativamente mais poderosas em termos da influência que têm no processamento da informação e, em última instância, no comportamento.

Recentemente, alguns investigadores propuseram uma abordagem das atitudes como sendo construções momentâneas (Schwarz & Bohner, 2001). Esta perspectiva contrasta com a visão clássica de Allport (1935). Elas são encaradas como julgamentos avaliativos que são sempre estimados por improvisado com base na informação acessível no momento. De facto, a dependência de auto-relatos verbais num determinado contexto é citada como evidência desta perspectiva teórica (dependência contextual). Portanto, as atitudes como construções momentâneas. Os relatos verbais de uma atitude são sempre construções daquilo que está envolvido, ou seja, questões de compreensão das questões, interpretação das escalas, identificação e emprego de padrões adequados de comparação (Schwarz & Bohner, 2001). No entanto, estes relatos podem ser influenciados por julgamentos atitudinais previamente formados. A extensão em que isto ocorre varia em função da acessibilidade da atitude a partir da memória (Fazio & Olson, 2004). As atitudes são, algumas vezes, marcadamente não afectadas pelo contexto. De facto, a influência de aspectos contextuais salientes foi considerada como variando em função do grau em que as atitudes individuais são acessíveis da memória (Hodges & Wilson, 1993).

Segundo a perspectiva teórica de Fazio & Olson (2004) a visão constructivista das atitudes é tão extrema como a visão clássica. Um posicionamento adequado deve situar-se algures entre estes dois extremos. As atitudes variam em termos da força das associações entre objecto e avaliação na memória. A sua acessibilidade

determina não só o poder e funcionalidade da atitude mas, também, a extensão em que os processos de construção estão envolvidos em respostas a qualquer necessidade situacional de avaliar o objecto em questão.

Pelo anteriormente apontado retém-se que o estudo das crenças é uma das possíveis vias para aceder à compreensão das atitudes dos sujeitos face a um determinado objecto de atitude. Consequentemente, prever e melhor compreender o comportamento humano.

---

## Capítulo 2

### Conjugalidade

A formação de um casal pode ocorrer de diferentes formas. Regra geral associa-se ao casamento sendo este definido, habitualmente, como a união entre um homem e uma mulher em que a interdependência sexual e económica ocorre (Levinger & Huston, 1990). Esta noção de conjugalidade e suas fronteiras é, actualmente, posta em causa. Singly (1996) optou por dissociar conjugalidade e coabitação defendendo que o importante é o estilo da relação a dois e a sua durabilidade no tempo. Considera que a vivência quotidiana no mesmo espaço habitacional é um detalhe pouco importante. Portanto, os contornos da conjugalidade são cada vez mais difusos tanto do ponto de vista das categorias como dos critérios de análise. O casamento assinala, sobretudo, que um compromisso foi assumido não sendo absolutamente necessária a sua “legalização” (Relvas, 1996). Até porque a realidade das diferentes culturas/sociedades dá conta de inúmeras formas de viver a conjugalidade ou casamento. Desta forma, relação conjugal e casamento são considerados sinónimos, tendo sempre em mente a multiplicidade de modelos conjugais possíveis. Este tipo de relacionamento difere de outros laços sociais pela força das barreiras que o envolve. Estas resultam, inicialmente, do tipo de compromisso assumido entre os parceiros, posteriormente fazem parte do contexto estável em que a interacção conjugal ocorre. O casamento tem sido estudado segundo diversas perspectivas. Salvo algumas excepções os psicólogos sociais têm-se interessado, sobretudo, no estudo dos fenómenos interpessoais e psicológicos a ele subjacentes em detrimento da instituição social que representa. Assim, os fenómenos mais relevantes para o seu estudo podem ser agrupados em três categorias: construção de uma relação de intimidade; manutenção da relação; deterioração e ruptura. Lewin (1940/48) sugeriu que a característica central da relação conjugal é a interdependência, não existindo uma forma única, e mais adequada, de a abordar. A compreensão psicológica deste fenómeno carece do contributo de diferentes perspectivas e tipos de investigação, nomeadamente da recente e emergente área de estudo denominada ciência das relações (Berscheid, 1999).

Sendo que o casamento existe em todas as culturas conhecidas encontra-se, geralmente, associado a um conjunto de rituais com deveres e expectativas associados. Em muitas delas está firmemente ligado a preocupações económicas e políticas. Os “casamentos combinados” são disto exemplo ocorrendo principalmente para providenciar riqueza ou estatuto às famílias, em particular o homem (Fletcher, 2002). Na cultura ocidental actual, apesar da multiplicidade de modelos conjugais, a relação de casal mantém-se reconhecível pela sociedade (diferentes tipos de união sem legalização e arranjos espaço-temporais; ligações homossexuais) (Relvas, 1996). Um movimento de desinstitucionalização e privatização acompanha a transformação profunda das suas estruturas dando origem ao aparecimento e/ou reconhecimento de uma diversidade de estilos e formas de conjugalidade (Kellerhls et al., 1982; Almeida et al., 1991; Roussel, 1992). Estas transformações da conjugalidade não são, apenas, produto dos desejos individuais, mas da inserção dos indivíduos em novos quadros institucionais (Beck & Beck – Gernsheim, 2002). Em outras referências culturais, outras estruturas podem ser delimitadas. Perante esta multiplicidade de possíveis enquadramentos da conjugalidade Philippe Caillé (1991) propõe que a tarefa deverá ser a descoberta do sentido do casal no conjunto das relações humanas. Baumeister & Leary (1995) referiram que a necessidade de estabelecer e manter relações próximas e conexões com os outros tem sido considerada como uma motivação humana fundamental e central. Muitos indivíduos vêem o casamento como a relação adulta de maior intimidade passível de ser experienciada, funcionando como a principal fonte de afecto e suporte (Levinger & Huston, 1990). Poder-se-á, igualmente, equacionar que a grande tarefa do casal é atingir uma definição comum da realidade considerando-se que esta é uma construção (Watzlawick, 1991). A investigação inter-cultural dá conta de que o principal objectivo do casamento é fundar uma família, ter filhos e promover a posição económica e social da mesma (Gupta, 1976). Em muitas sociedades este tem sido concebido como tendo essencialmente funções sociais, tais como a promoção de prestígio e estatuto. De uma forma geral pode assumir diferentes formas e estruturas (Ingoldsby, 1995b), a saber: monogamia (predominante nas modernas sociedades ocidentais), poligamia, poliandria e cenogamia. Cada uma destas possíveis estruturas pode ser relacionada com os aspectos económicos da sociedade, diferentes exigências impostas pelo ambiente, tradições, crenças religiosas e políticas. Uma outra forma de associação que tem sido muito estudada é a coabitação. Em muitos

casos esta é encarada como uma experiência pré-conjugal, uma forma de avaliar a compatibilidade antes do casamento. Não existe evidência no sentido de que esta coabitação apresente uma associação positiva com a posterior satisfação ou estabilidade conjugal (Brehm, 1992).

Quando se pensa num casal considera-se, sempre, uma multiplicidade de aspectos (afectos, crenças, expectativas, crenças ou pressões sociais). As crenças são importantes quando se aborda a conjugalidade porque, frequentemente, o seu processo de construção e desenvolvimento está delas impregnado. Uma são mais sustentadas pelas heranças familiares, outras por influências sociais.

Na revisão de literatura efectuada foram seleccionados alguns dos principais aspectos relativos à evolução da investigação sobre o casamento, formação e desenvolvimento das relações conjugais. A diversidade cultural foi permanentemente considerada. Algumas das principais questões relativas ao recente domínio de investigação denominado relações de intimidade foram, também, equacionadas.

## **2.1. Evolução da investigação sobre o casamento**

Podem identificar-se três momentos na emergência da investigação científica relativa ao casamento e família (Christensen, 1964). A fase de pré-investigação, anterior a 1850, caracterizada pela pouca sistematização do pensamento relativo à família. A maior parte das ideias reflectiam as crenças tradicionais, pressupostos religiosos e morais, fantasias poéticas e especulações filosóficas. Seguiu-se-lhe um período de Darwinismo social, em que a teoria Darwinista da evolução foi aplicada a uma variedade de instituições sociais, incluindo o casamento e a família. Com o virar do século, a modificação das condições económicas e sociais captaram a atenção da opinião pública para os problemas das famílias, conduzindo a um período em que uma abordagem científica começou a emergir. O desejo de compreender e resolver os problemas da família estimulou um estudo mais directo utilizando procedimentos com uma base empírica (Jacob, 1987). Apesar da Sociedade Americana de Sociologia ter dedicado o seu encontro de 1908 aos problemas das relações interpessoais na família, foi só por volta dos anos 20 que os primeiros trabalhos sobre o casamento ocorreram (Burr, Hill, Nye & Reiss, 1979). Os dois primeiros estudos neste domínio incidiram sobre o comportamento sexual, ambos examinando o seu

papel na satisfação ou sucesso das relações (Davis, 1929; Hamilton, 1948). Os livros de Terman, Burt, Ferguson, Johnson e Wilson (1938) e de Burgess & Cottrell (1939) são clássicos e descrevem estudos que constituem protótipos das posteriores investigações sobre a correlação entre qualidade e estabilidade conjugal. A maioria das primeiras investigações sobre o casamento foi conduzida por sociólogos, caracterizando-se pela utilização de questionários em larga escala e investigando toda uma variedade de potenciais correlações. Este tipo de investigação foi, durante muito tempo, a dominante permanecendo até à actualidade. A herança de todo este percurso foi a possibilidade de compreender que as variáveis com características interpessoais (p.e. descrições do casamento) tendem a ser mais importantes na predição da qualidade conjugal do que as que focam simplesmente o individual (p.e. traços de personalidade).

Na década de setenta assistiu-se à publicação de uma série de estudos sobre o comportamento manifesto dos casais (Weiss & Heyman, 1990), mas o interesse neste domínio limitava-se essencialmente à área da psicologia clínica. Os trabalhos de Gottman (1979) tentaram incrementar o interesse dos psicólogos face à investigação sobre o casamento. Este concretizou-se na década de oitenta na sequência da emergência do estudo das relações próximas. Um outro factor que acompanhou esta mudança foi o reconhecimento das limitações de uma abordagem puramente comportamental e importância de uma perspectiva mediacional. Isto reflecte a tentativa de providenciar uma compreensão mais completa das relações conjugais, estimulando o desenvolvimento de modelos gerais de interacção neste tipo de relacionamento (Kelley et al., 1983; Bradbury & Fincham, 1989). Do ponto de vista teórico podem identificar-se quatro perspectivas que têm influenciado muita da investigação longitudinal sobre o casamento, permitindo a interpretação dos dados obtidos e o desenvolvimento de uma estrutura integrada passível de orientar a posterior investigação. Estas perspectivas são a teoria da troca social, a comportamental, do attachment e teoria da crise. A primeira é a perspectiva teórica mais citada na investigação derivando da teoria da interdependência de Thibaut & Kelley (1959) que defende que “as relações crescem, desenvolvem, deterioram-se e terminam como consequência do desenvolvimento de um processo de troca social...” (Huston & Burgess, 1979). Levinger (1965,1976) foi dos primeiros a aplicar os conceitos de troca social ao casamento. De acordo com esta perspectiva, os casamentos terminam quando as atracções na relação são poucas, as barreiras para

deixar a relação são fracas e as alternativas são atraentes. Esta abordagem tem sido uma ferramenta útil na explicação do início de um processo de divórcio, mas não explica como é que a satisfação na relação conjugal se altera ao longo do tempo. As teorias comportamentais, tal como as anteriores, têm as suas origens no trabalho de Thibaut & Kelley (1959). Consideram que a acumulação de experiências, durante e após a interacção, influenciam gradualmente os julgamentos dos cônjuges acerca da qualidade conjugal (Bradbury & Fincham, 1991; Gottman, 1990, 1993b). Estes modelos constituem contribuições únicas para a compreensão do desenvolvimento conjugal sugerindo mecanismos concretos e plausíveis para a avaliação da qualidade conjugal. As teorias do attachment acerca do casamento derivam do trabalho de Bowlby (1969) tendo Hazan & Shaver (1987, 1984), Shaver, Hazan & Bradshaw (1988) aplicado directamente estas ideias às relações entre adultos. Segundo estes autores as relações próximas reflectem estilos de attachment desenvolvidos na infância e primeiros tempos de vida. Defendem, igualmente, que os estilos de attachment descritos por Ainsworth et al. (1978) descrevem com precisão os estilos de attachment dos adultos. O sucesso de uma determinada relação depende de cada um dos cônjuges confiar na capacidade do outro para preencher as suas necessidades (Hazan & Shaver, 1994). Este corpo teórico centra-se no papel da história pessoal no casamento, variável ignorada pelas teorias anteriormente referidas. Contudo, não explica a razão pela qual os casais se modificam ao longo do tempo ou porque é que ocorrem diferentes percursos conjugais. A teoria da crise deriva dos trabalhos de Hill (1949) no sentido de explicar as formas possíveis de uma família reagir a acontecimentos stressantes. Para o efeito propôs o modelo ABCX. McCubbin & Batterson (1982) ao constatarem que o modelo original de Hill (1949) focava apenas as variáveis existentes antes de uma crise ocorrer adicionaram-lhe uma componente temporal, expandindo o modelo em dois sentidos: reconhecimento de que as respostas a um acontecimento podem ser desenvolvidas ao longo do tempo; a forma de reagir a um acontecimento pode influenciar as respostas a acontecimentos futuros. Apesar desta teoria ter sido desenvolvida para explicar o funcionamento das famílias, alguns investigadores utilizaram-na para explicar e prever as respostas conjugais. Por exemplo o declínio da satisfação conjugal e a ocorrência de separações ou divórcios reflectem falhas no recuperar das crises. Esta teoria fez várias contribuições para a compreensão do desenvolvimento conjugal, e de uma forma mais directa, do que as anteriormente apresentadas. Salienta que os acontecimentos

externos ao casal influenciam o decurso do casamento. Reconhecer estes efeitos possibilita prever quando, no decurso de um casamento, casais inicialmente vulneráveis podem experienciar mudanças na sua satisfação podendo continuar a resistir. Por outro lado, os construtos da teoria da crise não estão ligados a processos específicos do casamento. Como resultado esta teoria reconhece a importância dos acontecimentos exteriores nas mudanças ocorridas no casamento, mas não explica como é que estas mudanças acontecem.

As contribuições de cada uma destas perspectivas apontam no sentido da necessidade de mais trabalho empírico, estudos longitudinais e em diferentes culturas de forma a estabelecer um enquadramento teórico mais adequado desta temática. Actualmente considera-se que esta área de investigação se desenvolveu no sentido da elaboração de modelos multi-níveis sobre as relações, integrando explicitamente o impacto da cultura e de aspectos da estrutura social. Os estudos longitudinais incrementados (Berscheid, 1994) constituem, ainda, uma parcela minoritária dos trabalhos publicados. O reconhecimento de que o casal deve ser estudado como uma díade, em detrimento do individual foi determinante (Kenny, 1988). A acompanhar todo este percurso o leque de tópicos estudados expandiu-se. De considerar o crescente interesse nos processos sócio-cognitivos que caracterizam as relações interpessoais (Berscheid, 1994). A investigação inter-cultural permite rever as interpretações das inconsistências dos resultados de uma forma que nunca poderia ocorrer apenas pela análise dos dados de um só país ou realidade cultural. Os valores culturais estão fortemente enraizados no ambiente ecológico em que as sociedades estão localizadas. As relações pessoais nas diferentes culturas estão a mudar sendo que a modernização e as migrações produzem uma mistura complexa de adaptações e conflitos. Estas considerações estão patentes aquando do iniciar de uma relação conjugal. Afigura-se, então, fundamental redimensionar os resultados ocidentais estabelecidos, verificando o quanto podem ser replicados em diferentes culturas (Kohn, 1987). Isto permite clarificar a compreensão dos diferentes fenómenos relativos às relações (Kagitcibasi, 1996).

## 2.2. Formação das relações conjugais

O papel do amor no casamento tem variado desde a antiguidade (Goode, 1959). A escolha do par e o casamento ocorre na maioria das culturas (Rosenblatt & Anderson, 1981). No entanto a aparente escolha livre praticada no mundo Ocidental contemporâneo não é uma constante na maior parte das sociedades (Ingoldsby, 1995b; Stephens, 1963). Em algumas ele é totalmente combinado, noutras os indivíduos têm liberdade completa na escolha do par (Rosenblatt & Anderson, 1981). Apesar de tudo, em todas elas existem algumas limitações face à escolha do parceiro (Eriksen, 1995; Rosenblatt & Anderson, 1981; Schlegel, 1995). Vários trabalhos, em diferentes culturas, têm sido levados a cabo nesta área (Simpson et al., 1986 nos EUA; Strange, 1976 na Malásia; Xiaole & Whyte, 1990 na China; Corwin, 1997 na Índia; Brown, 1994 na Coreia; Tashakori & Thompson, 1988, 1991 no Irão; Oppong, 1980 no Gana). O método mais comum para a selecção do par conjugal é a combinação feita, usualmente, pelos pais com a ajuda de parentes ou “casamenteiros” (Ingoldsby, 1995b). O casamento combinado é percebido como uma relação entre grupos em vez de indivíduos (Eriksen, 1995), sendo a ideia de se ter “apaixonado” substituída pelo conceito de “ser um bom partido para as famílias” (Duck et al., 1997; Nasselín-Behman, 1985; Sow, 1985). Esta estratégia pode ser encarada como encerrando enormes benefícios para a sociedade. Permite a preservação da estrutura social, o controlo familiar por parte dos mais velhos, a promoção de laços políticos e económicos entre as famílias, a preservação das famílias e suas propriedades ao longo das gerações (Fox, 1975). As alianças entre famílias podem providenciar a única forma de protecção social e económica numa sociedade pobre. O estatuto social e a reputação da família são, também, importantes na escolha do par. No Irão o casamento ocorre, usualmente, dentro da mesma classe social sendo, frequentemente, endogâmico (Hanassab & Tidwell, 1989). Nas sociedades africanas tradicionais ocorrem casamentos combinados dentro da família alargada e as uniões entre primos são encorajadas (Sow, 1985). Isto ocorre igualmente no Kuwait onde, num estudo com 526 casais, se verificou que metade eram casados com parentes sendo mais de três quartos destes com primeiros primos (Al-Thakeb, 1985). Este padrão é menos frequente nas classes mais instruídas e mais elevadas. Em muitas sociedades não são só as redes de parentesco a impor-se mas,

igualmente, a conveniência de determinadas “lealdades”. Gupta (1976) descreveu vários rituais religiosos e crenças associadas à selecção do par, nomeadamente na Índia. A liberdade de escolha do parceiro pode, também, ser influenciada por fortes factores políticos e sociais. É o caso da China em que o papel da regulação estatal e forças de modernização têm sido determinantes (Harrell, 1992). Portanto, as formas de escolher o par romântico variam significativamente entre as culturas, com um elevado número de casamentos combinados pelo Mundo. Estas escolhas são usualmente determinadas pelo valor do parceiro para a família (e, por vezes, para a comunidade). Desta forma, aspectos políticos e práticas religiosas têm funcionado como variáveis mediadoras na escolha do parceiro. O facto de se verificar um aumento da liberdade de escolha do parceiro em sociedades não ocidentais, não significa que este padrão ocidental tenha sido implementado, pelo contrário, ele ainda é extremamente raro. O amor é uma emoção valorizada nas diferentes culturas apesar de a sua presença não conduzir, necessariamente, ao casamento.

Durante mais de 50 anos os investigadores deste domínio listaram os atributos que os indivíduos desejam no seu par romântico (Goodwin, 1990). Os estudos mais expressivos sobre esta temática foram os de Buss (1989) e Buss et al. (1990). A investigação ocidental tem enfatizado a primazia de qualidades abstractas (honestidade, amabilidade) como traços desejados num parceiro. O desejo tem sido, também, visto como uma característica das sociedades individualistas (Goodwin, 1999; Woll, 1987). Em sociedades rurais como a China (Dion & Dion, 1988) prevalecem atributos de cariz mais pragmático (obrigações financeiras e de parentesco). Hatfield & Sprecher (1995) num estudo conduzido nos Estados Unidos, Rússia e Japão, envolvendo mais de 1500 estudantes universitários, constataram que, de uma forma geral a amabilidade, compreensão, sentido de humor, expressividade e abertura eram as características mais desejadas nos sujeitos da amostra americana. Estes esperavam mais das relações do que os sujeitos da amostra japonesa. Num estudo com jovens indianos, Sprecher & Chandak (1992), constataram que a amabilidade, o sentido de humor e uma personalidade expressiva e aberta eram as características mais desejadas no parceiro conjugal. Hofstede (1996) num estudo com 400 mulheres, em torno dos 20 anos e provenientes de 8 cidades asiáticas, encontrou uma distinção entre namorado e marido. O primeiro concebido como o símbolo do amor e o segundo como o da família. Esta diferenciação nas preferências não se

encontra correlacionada com os resultados nas dimensões individualismo/colectivismo. As semelhanças de atitudes parecem ser importantes na escolha do parceiro. Byrne (1971) verificou que os estudantes eram atraídos pelos que demonstravam atitudes semelhantes. Este padrão foi encontrado em diferentes subgrupos étnicos nos Estados Unidos, bem como na Índia, Japão e México. Estes efeitos da semelhança atitudinal foram também referidos por Shaiken & Kanekar na Índia (1994) e Chang (1976) em Taipe. Chiasson et al. constataram que os sujeitos franco-canadianos se sentiam mais atraídos por indivíduos do mesmo grupo étnico. De assinalar que a noção de atracção pressupõe que existe uma lista de características consideradas desejáveis. Em muitas sociedades a religião, raça e classe social podem ser mais significativas na escolha do parceiro. Mesmo no ocidente a questão do ser atraente pode ser desvalorizada (Duck et al., 1997; Murstein, 1986). Ao longo da história, em todos os países e culturas, as pessoas tentaram manipular a sua capacidade de atrair (Liggett, 1974). O estudo da atracção física constitui uma área considerável da investigação no domínio das relações pessoais (Pazter, 1985). Muitos investigadores ocidentais têm sugerido que se fazem inferências acerca dos atributos pessoais com base na capacidade de atrair. A hipótese de que “é bonito, é bom” (Dion et al., 1972), assume que a capacidade de atrair fisicamente é uma parte central da estrutura cognitiva que processa a informação acerca das pessoas. Diferenças culturais no seu conteúdo não afectam este processamento básico (Pepitone & Triandis, 1987). No estudo clássico de Dion et al. (1972) os sujeitos atribuíram traços de personalidade mais favoráveis e percursos de vida mais favoráveis a indivíduos fisicamente atraentes. No entanto na meta-análise efectuada por Eagly et al. (1991) os efeitos dos estereótipos foram considerados apenas moderados, embora variando consideravelmente de estudo para estudo. Resultados semelhantes foram registados por Feingold (1992b) no seu estudo meta-analítico da literatura. Dion (1986) sugeriu que esta tendência para desenvolver estereótipos depende do contexto sócio-cultural. Dion et al. (1990) ao examinarem estudantes de etnia chinesa no Canadá concluíram que quanto mais envolvidos estivessem na comunidade chinesa menos tendência tinham para utilizar estereótipos nas suas avaliações. Wheeler & Kim (1997) ao examinarem o conteúdo dos estereótipos sobre a capacidade de atrair fisicamente numa cultura colectivista (Coreia) e numa individualista (Estados Unidos) encontraram que o peso desta capacidade era forte nas duas culturas, mas que o seu conteúdo variava de acordo com os valores

culturais. Chen et al. (1997) desenvolveram uma hipótese sócio-cultural evidenciando, numa investigação em Tawain, que este estereótipo só era óbvio em atributos que reflectiam crenças culturalmente relevantes para os participantes. Cunningham et al. (1995) apresentaram uma proposta mais ambiciosa relativamente aos factores envolvidos neste processo apelidada de Modelo da Adaptação Múltipla. Para eles a evolução biológica, forças sócio-culturais, personalidade individual e motivação influenciam a percepção. As variáveis evolucionistas são importantes dado que estão relacionadas com a sexualidade e reprodução (Robin, 1990). Este modelo reconhece a interacção entre factores individuais, culturais e biológicos.

Jankowiak & Fisher (1992) concluíram que o amor romântico estava presente em cerca de 90% das 166 amostras examinadas no seu estudo (Standar Cross-Cultural Sample). Apesar das expectativas relativas ao amor poderem ser raras em muitas culturas tribais, isto não quer dizer que elas não existam com as suas diferentes dimensões (Doherty et al., 1994; Jankowiak & Fisher (1992)). O amor é um fenómeno multidimensional que tem sido encarado diferentemente em vários contextos e culturas (Hatfield & Rapson, 1987, 1996; Wu & Shaver, 1993). Considera-se que foi só a partir de 1700 que, na cultura ocidental, passou a ser associado ao casamento (Hatfield & Rapson, 1996; Ingoldsby, 1995a). O mesmo tem ocorrido face ao grau em que ele é expresso abertamente, formando a base do casamento (Hatfield & Rapson; Rosenblatt & Anderson, 1981). Existe no entanto uma forte evidência de que as crenças ocidentais face à sua relevância no casamento podem não ser universais (Levin et al., 1995). No caso dos casamentos combinados, considerações de ordem prática assumem maior relevância, podendo o laço de amor entre os cônjuges minar as alianças familiares tradicionais devido à transferência de lealdades da família para um “estranho” (Gupta, 1976). Quando a família extensa é fundamental por razões económicas e socio-emocionais, as relações de amor devem ser mantidas ao mínimo (Fox, 1975) ou controladas para que só as ligações aprovadas se concretizem. Parece que as pessoas só são atraídas por aqueles que devem ser (Rosenblatt & Anderson, 1981).

O grande debate relativo ao amor e valores culturais prende-se com a extensão em que os valores individualistas o podem promover ou inibir (Sprecher et al., 1994). Para alguns autores o individualismo é incompatível com o amor (Beck &

Beck-Gernshein, 1995; Bellah et al., 1983), sendo para outros um complemento. Por exemplo Ting-Toomey (1991) defende que, nos Estados Unidos, o amor romântico actua como a solução para as questões levantadas por uma sociedade altamente individualista. Dion & Dion (1993) defendem, igualmente, que o amor romântico é mais importante neste tipo de sociedade. Consideram que ele é uma oportunidade para explorar o *self* real e que a intimidade psicológica no casamento é menos importante para a satisfação conjugal em sociedades colectivistas. Outros compromissos (relações familiares) podem ser mais importantes. No Japão defende-se que amizades de longa data e relações com crianças constituem a fonte central da intimidade. Isto é consistente com os dados obtidos por Lee & Stone (1980) que, através de um questionário passado a mais de 100 sociedades não industriais, verificaram que o casamento baseado no amor estava menos presente em sistemas de famílias extensas do que nas de características nucleares. Dos vários estudos realizados em diferentes culturas, e que tentaram avaliar a importância do amor na escolha do parceiro conjugal, salienta-se o de Levin et al. (1995) realizado em 11 culturas (países desenvolvidos e não desenvolvidos). Foram encontradas diferenças consideráveis entre os vários países. Nos mais ocidentalizados (USA, Inglaterra, Austrália e Brasil) o amor era encarado como um pré-requisito para o casamento. Índia e Paquistão foram os que mais se posicionaram relativamente ao casamento na ausência do amor. Estes autores apontaram que o colectivismo está negativamente relacionado com a importância do amor romântico. Nas suas conclusões consideraram que a prosperidade económica influencia o individualismo que, por sua vez, influenciam a importância do amor na escolha conjugal e eventual divórcio. Este estudo oferece uma síntese de toda uma tradição de trabalho que compara as relações ocidentais centradas no amor com outras menos centradas em culturas não ocidentais. O trabalho de Sprecher et al. (1994), realizado em três culturas (EUA, Rússia e Japão), examinou as crenças e valores relativos às relações incluindo crenças no amor como base do casamento, frequência das experiências amorosas, attachment, estilos de amor e atitudes românticas. Utilizaram um questionário e uma amostra de estudantes, tendo constatado uma série de aspectos comuns às várias amostras: a maior parte dos estudantes acreditavam que o amor deveria ser a base para o casamento, possuindo uma visão moderadamente romântica acerca dele. Como principais determinantes do “apaixonar-se” apontaram a atractividade física, personalidade e ligação recíproca. Porém, algumas diferenças entre as culturas

emergiram como, por exemplo, *scores* mais baixos nas crenças românticas entre os japoneses (possíveis reflexos de uma orientação colectivista). Mais uma vez este estudo limitou-se a uma amostra de estudantes e as questões eram importadas de itens ocidentais. O amor romântico tem, também, sido encarado como tendo pouca relevância nas sociedades africanas (Oppong, 1980). Por exemplo entre os Masai, nômadas da África Oriental, um forte amor romântico entre os cônjuges pode ser encarado como disruptivo (Eriksen, 1995). Uma série de estudos contrastaram as atitudes africanas e ocidentais relativamente ao amor utilizando a Escala de Atitudes de Munro-Adams (Munro & Adams, 1978). Esta escala avalia três aspectos do amor: idealismo romântico (o amor como a essência da vida); poder romântico (amor como uma força poderosa); amor conjugal (o amor como uma influência calmante). Philbrick & Opolot (1980) testaram 50 estudantes universitários ugandeses com esta escala, tendo encontrado uma confirmação relativamente forte face às atitudes românticas. Num segundo estudo Vandewile & Philbrick (1983) compararam estes scores e os de Munro & Adams (1978) com uma amostra de estudantes senegaleses. Os seus resultados demonstraram que, o amor conjugal era particularmente importante na América, mas menos significativo no Uganda. No Senegal, o amor conjugal e o romântico foram avaliados como tendo a mesma importância. A explicação para estes resultados senegaleses foi a de que a longa associação entre a cultura senegalesa, outras sociedades e grupos étnicos resultou na combinação dos conceitos tradicionais de amor e ideais românticos ocidentais. Num terceiro estudo, Stones (1986) utilizando esta escala, examinou 375 estudantes universitários da África do Sul de raça branca e negra. Verificou que, apesar dos scores Sul-Africanos no amor romântico serem similares aos dos Estados Unidos e Uganda, os referentes ao idealismo romântico e poder conjugal eram muito inferiores aos dessas culturas. Payne & Vandewiele (1987) utilizaram a mesma escala com 369 estudantes das ilhas Caraíbas dos Barbados e Santa Lúcia. Os resultados demonstraram uma confirmação relativamente forte face ao amor romântico e idealista, e uma baixa representação dos aspectos conjugais nas relações adultas. Isto foi interpretado à luz da crescente distância entre ideal romântico e experiências conjugais na vida real de uma sociedade onde o casamento é relativamente raro e a fonte habitual de intimidade reside na relação mãe-criança (Cross, 1979). Estes estudos, apesar de claramente limitados em tamanho e abrangência, são importantes por evidenciarem que muitos aspectos do amor ocidental são importantes em África e na Índia Ocidental, mas que

a constelação particular de crenças acerca do amor e comportamentos adoptados é uma síntese complexa de crenças tradicionais, condições locais e influências exteriores. Simmons et al. (1986, 1989) também contrastaram scores de amor romântico em várias culturas usando a Escala de Romantismo de Hobart (Hobart, 1958) e a Escala de Atitudes face ao Amor de Knox-Sporakowski (1968), com estudantes da Alemanha Ocidental, Japão e Estados Unidos (de origem europeia). Verificaram que o amor romântico era menos valorizado pela amostra japonesa do que a alemã e americana, apesar de existir uma interacção significativa entre os géneros nas diferentes culturas nas subescalas de Knox-Sporakowski de “amor tradicional” ou “poder” (que avalia a crença de que “o amor ultrapassa tudo”). Outros estudos compararam as culturas chinesas e ocidentais sugerindo que o amor “paixão” e “erótico” evidente no Ocidente é substituído, na sociedade chinesa, por preocupações mais pragmáticas, sendo o amor e a intimidade, de uma forma geral, menos significativos (Dion & Dion, 1993). Shaver et al. (1992) compararam estudantes dos Estados Unidos e de Pequim, verificando que o amor é visto como essencialmente positivo nos Estados Unidos, enquanto que na China muitos aspectos são considerados negativos (reforçado pela investigação etnográfica na China continental). Num conjunto de três estudos, Wu & Shaver (1993) pediram a estudantes chineses que listassem, livremente, características do amor e que classificassem o quanto central cada uma delas é para o conceito de amor. Apesar de os chineses facilmente se prontificaram a listar os aspectos negativos do amor avaliando-os como centrais no conceito de amor, muitas similaridades entre as concepções de amor nos Estados Unidos e na China transpareceram. A análise factorial efectuada sugeriu que as crenças podem ser decomposta em factores similares de intimidade, paixão e negatividade em ambas as culturas.

Em todas as sociedades existem variações significativas nas crenças acerca do amor, o que não tem sido muito explorado num contexto inter-cultural. A maior parte da investigação tem sido realizada com grupos étnicos nos Estados Unidos. Hendrick & Hendrick (1986) utilizaram o seu questionário sobre estilo de amor em mais de 800 estudantes da Universidade de Miami verificando que os de origem asiática são mais “companheiros”, “pragmáticos” e menos “eróticos” que os americanos brancos ou negros. Num estudo de replicação Dion & Dion (1993) estudaram uma amostra canadiana etnicamente heterogénea da Universidade de Toronto. Também eles

verificaram que os chineses e outros sujeitos de origem asiática apresentavam classificações mais elevadas no amor “companheiro” do que os seus pares Anglo-saxónicos ou europeus. Goodwin & Findlay (1997) estudaram as variações culturais nos estilos de amor entre estudantes Ingleses e de Hong Kong, verificando que os chineses são mais pragmáticos, mais amor altruísta e menos eróticos do que os Ingleses. Finalmente, na comparação feita por Sprecher et al. (1994) entre estudantes Norte Americanos, Japoneses e Russos, constataram que os Americanos apresentavam *scores* mais elevados na escala de amor “erótico” (paixão) do que os sujeitos das outras amostras, bem como confirmavam o amor companheiro mais fortemente. Sugeriram, também, que as diferenças de género nos estilos de amor podem não ser tão universais como previamente se considerava. Os trabalhos de Hatfield & Rapsan (1996) examinaram a influência dos estilos de *attachment* como determinantes do amor paixão ou companheiro. Doherty et al. (1994) defenderam que estes podem ser mais significativos na formação de atitudes face ao amor do que as variações culturais. Muitos conceitos no estudo das relações culturalmente centradas podem ser mais universais do que habitualmente se pensa. Como exemplo aponta-se o tradicional, complexo e multifacetado conceito chinês de *yuan*. Este refere-se à noção de “Fatalismo Relacional”, ou seja, a crença de que as relações pessoais estão predestinadas a ter sucesso ou a falhar, tendo os sujeitos um controlo limitado (Lee, 1985; Yang & Ho, 1988). Este conceito é visto, normalmente, como uma resposta única da cultura chinesa face às relações pessoais. De certa forma, esta crença num amor “misterioso”, “predestinado” é, também, muito forte nas concepções do amor romântico ocidental (Keller, 1992). Goodwin & Findlay (1997) avaliaram a extensão em que este pode ser partilhado por estudantes na China e Inglaterra. Os resultados dos estudantes chineses foram mais elevados do que os dos estudantes ingleses mas, os destes apresentaram-se mais elevados do que se supunha.

### **2.3. Desenvolvimento das Relações conjugais**

A existência de normas e regras ajuda a moldar as relações em todas as culturas. Estas podem ser explícitas (na forma de restrições legais) ou implícitas. As mais explícitas ocorrem em sociedades onde a formação das relações é involuntária e prescrita (Moghaddam et al., 1993). Argyle et al. (1986) sugeriram que as regras

existem para permitir a acessibilidade das relações ou objectivos situacionais. Elas permitem a estabilidade da relação podendo ser utilizadas para minimizar os conflitos. Estes autores encontraram, em várias culturas, similaridades nas regras existentes.

Muitos trabalhos levados a cabo em várias culturas têm-se dedicado ao estudo das diferentes formas de experienciar o compromisso e a satisfação. A título de exemplo, Rusbult (1983) desenvolveu o Modelo do Investimento que distingue entre níveis de satisfação (amor ou outros sentimentos positivos face ao parceiro) e nível de compromisso (*attachment* psicológico e intenção de manter uma relação). A satisfação aumenta quando a relação preenche necessidades importantes, o compromisso intensifica-se quando a qualidade percebida das alternativas é baixa. Os indivíduos também se comprometem como consequência de um maior investimento na relação (p. e.: despende tempo e esforço na relação ou ter um filho). Alguns investigadores têm argumentado que os cálculos individualistas e conceitos relacionados inerentes às teorias do investimento são essencialmente Ocidentais, com pouca relevância em culturas mais colectivistas (Wallach & Wallach, 1993). De acordo com Johnson (1998) o compromisso na relação pode ser visto como contendo três componentes: pessoal (o desejo do indivíduo em permanecer na relação, reflectindo a capacidade de sedução do seu parceiro e a sua atracção face à relação); moral (o sentido individual de obrigações pessoais e sociais) e estrutural (as pressões para ficarem juntos e os custos sociais da separação). Esta última componente enfatiza a importância da estrutura social e tem sido largamente negligenciada ao nível da investigação conduzida em diferentes culturas. Lin & Rusbult (1995) examinaram a aplicabilidade do modelo do investimento de Rusbult (1983) em Taiwan, questionando estudantes universitários Americanos e Taiwaneses. Verificaram que os Americanos confiavam menos nos seus parceiros do que os chineses, suportando a hipótese de Dion & Dion (1988) de que o compromisso pode ser um desafio em sociedades individualistas devido à sua inerente ameaça à autonomia. Gao (1991) examinou a estabilidade das relações românticas de estudantes chineses na China e de estudantes americanos nos EUA. Salientou quatro factores como parecendo contribuir para a estabilidade na relação em ambas as culturas: abertura (a desejo em revelar seja o que for que se passe na relação); envolvimento (desejo em investir um tempo considerável na relação); uma compreensão não verbal partilhada; uma avaliação partilhada e positiva da relação.

Os resultados de Gao sugerem que, enquanto que diferenças culturais podem ser esperadas aquando do iniciar da relação, elas são menos predictivas da sua estabilidade. No entanto há que ressaltar que este autor utilizou uma amostra muito pequena, daí que futuros estudos devam utilizar amostras maiores e mais representativas. Ainda segundo esta perspectiva (teoria da Troca), a ameaça à relação é maior quando uma alternativa atractiva surge (Levinger, 1979). Udry (1981) identificou dois grandes tipos de alternativas: aquelas que têm que ver com a substituição do parceiro e aquelas associadas aos custos económicos de um novo parceiro ou custos psicológicos e físicos de permanecer sozinho. Num estudo conduzido no EUA, Udry questionou cerca de 400 casais sobre a possibilidade de encontrarem um parceiro melhor e como seriam afectados por deixarem o actual. As alternativas à relação foram consideradas como sendo fortes predictores da disfuncionalidade conjugal durante esse ano, independentemente da satisfação conjugal. Outros investigadores Norte Americanos confirmaram estes dados. Rusbult et al. (1986) descobriram que as alternativas estavam negativamente correlacionadas com as obrigações na relação, enquanto que Kelley & Thibaut (1978) argumentaram que a força das alternativas estavam positivamente correlacionadas com o poder de negociação do parceiro na sua relação. No entanto, a oportunidade de optar por um parceiro alternativo é severamente reduzida numa cultura onde os factores estruturais tornam a dissolução de uma relação dispendiosa (Hatfield & Rapson, 1996; Rosenblat & Unangst, 1979). É o caso da China onde as barreiras estruturais face à ruptura das relações incluem rejeição pelos parentes (Xiantian, 1985), bem como custos pessoais significativos (“perca da face” descrita por J. Hsu, 1985). Outro factor encorajador da harmonia é o conceito de *yuan* encarado como uma espécie de mediador das alternativas.

Os casamentos Japoneses são muitas vezes caracterizados como unidades instrumentais de produção e reprodução, em vez de as unidades de afecto representadas na literatura Norte-Americana (Kamo, 1993). A noção de *ie* é uma representação social dominante da família Japonesa (Kamo, 1993). Apesar da selecção do par ser, actualmente essencialmente uma escolha individual, este autor defende que, mesmo após o casamento, existe menos envolvimento emocional nos casais japoneses do que nos americanos. Um estudo comparativo de Ting-Toomey (1991) realizado com mulheres estudantes dos EUA, França e Japão suporta esta posição (as provenientes de países individualistas esperavam mais que as ligações

preenchessem as suas necessidades, do que as provenientes das sociedades colectivistas).

O trabalho de Ferri & Smith (1996) sublinhou o significado do emprego na satisfação das relações. O stress resultante das dificuldades económicas é predictivo de um alto grau de infelicidade conjugal e vulnerabilidade à depressão. Num trabalho com famílias Americanas de origem Africana (Orbuch & Veroff, 1997) demonstrou-se que, no mesmo país, podem ocorrer variações étnicas consideráveis nos factores subjacentes às avaliações da relação. A segurança financeira pode ser mais importante para um marido negro do que para um branco relativamente ao que sente acerca do casamento. Nos maridos brancos é a realização sexual o factor apontado como mais significativo no casamento.

Cláusulas relativas ao divórcio existem em praticamente todas as sociedades. Motivos comuns para o divórcio podem ser encontrados em várias culturas. Estes incluem o adultério, esterilidade, fuga e violência (Kephart & Jedlicka, 1988). Betzig (1989) examinou causas de divórcio em 160 sociedades utilizando a Amostra Standard Inter-Culturas desenvolvida por Murdock & White (1969). Constatou que a principal razão da dissolução conjugal é a infidelidade, sendo a feminina a que põe o casamento mais em risco. O autor interpretou estes dados a partir de uma perspectiva evolucionista alegando que a infidelidade feminina é mais ameaçadora para o potencial reprodutivo dos casais. A segunda razão mais citada foi a esterilidade e a terceira a violência conjugal. Na maior parte dos casais as situações de violência referem-se a maus-tratos do homem face à mulher. Além destas causas mais comuns para o divórcio, factores locais importantes são tidos em conta. No Japão o aumento do número de divórcios durante os últimos 30 anos tem sido parcialmente atribuído à economia Japonesa e crescente aumento das oportunidades de emprego para as mulheres. Isto aliou-se a atitudes sociais mais favoráveis face ao divórcio e à diminuição do papel da família extensa (McKenny & Price, 1995). Apesar de tudo, o divórcio ainda não é muito bem aceite podendo, inclusivamente manchar a reputação das crianças de casais divorciados (Hutter, 1988). Na Polónia, onde a taxa de divórcios é muito baixa segundo os standards europeus, é usualmente a mulher que inicia o processo do divórcio (Fuszara, 1997). Este surge, geralmente, do abuso psicológico ou físico associado ao uso de álcool pelo parceiro. As realidades económicas da Polónia pós-comunismo têm, apontado também, um papel

determinante. Na Rússia a elevada taxa de divórcios está muitas vezes ligada ao alcoolismo do marido (Pereveclentsev, 1978). No entanto, baixas taxas de recasamentos são observadas; só menos de metade de todos os indivíduos divorciados é que se voltam a casar (comparando com os 80% nos Estados Unidos). Segundo Moskoff (1983) esta baixa taxa de recasamento está ligada à falta de casas, bem como ao desejo das mulheres manterem um estilo de vida independente e profissional. Na China, Xiaoche & Whyte (1990), verificaram que o divórcio é ainda pouco comum, apesar de ter sido evidenciado um recente aumento na sua taxa após a implementação da Lei do Casamento de 1980 (em que o principal critério para a dissolução de uma relação é a ausência de amor). Um número elevado de divórcios resultou de casamentos infelizes ocorridos no período da Revolução Cultural (Honig & Hershatter, 1988). A modernização económica, maior nível educacional e oportunidade de trabalhar das jovens mulheres têm sido apontadas como as principais causas de divórcio nas sociedades Africanas. No Gana, aquelas que vivem nas regiões urbanas, influenciadas pela modernização, apresentam taxas mais elevadas de divórcio. Também a taxa é maior entre os casais que se casam cedo e aqueles em que a mulher trabalha (Amoateng & Heaton, 1989). Se o homem for incapaz de trabalhar, o divórcio é também estimulado (McKenny & Price, 1995). Na Nigéria espera-se que a taxa de divórcio acompanhe o aumento da urbanização. Antecipa-se, igualmente, o incremento do divórcio nas áreas rurais onde o trabalho feminino passe a ser essencial (McKenny & Price, 1995).

Pode-se constatar que ainda poucas sociedades valorizam positivamente o divórcio. Os mecanismos que o permitem diferem grandemente entre as culturas e, em muitas delas, um dos parceiros (geralmente os homens) têm mais direitos na sua obtenção (Hatfield & Rapson, 1996). A relação directa entre valores culturais e dissolução da relação não tem sido muito estudada. Simmel (1971) numa análise histórica sugeriu que a individuação numa sociedade pode levar a que o alcançar da satisfação seja mais difícil porque o indivíduo procura constantemente o “único par”. Fine (1994) relacionou os valores culturais com as leis do divórcio. Ao analisar estas leis em 5 culturas Ocidentais (EUA, Inglaterra, País de Gales, França e Suécia), verificou que a maior parte dos países adoptou posições menos tradicionalistas. O mesmo ocorrendo na legislação que protege as crianças após uma situação de divórcio. A sociedade americana altamente individualista tem enfatizado a noção de direitos individuais, enquanto que a Suécia, que também os valoriza, tem-se

preocupado com uma orientação mais igualitária atribuindo muito valor às redes de suporte público. Ao Simultaneamente, em várias culturas, as leis liberais sobre o divórcio dos anos 70 e 80 têm vindo a ser refinadas. Fine (1994) aponta que estas modificações na legislação face ao casamento e divórcio têm sido bidirecionais na sua influência: seguem os valores culturais existentes e, simultaneamente, são importantes no ajudar a modificar as perspectivas sociais sobre o casamento e divórcio.

Pode constatar-se que o casamento, ao longo das culturas, pode assumir diferentes formas desde a monogamia à cenogamia. Cada uma delas relaciona-se com diferentes exigências ecológicas e o preservar de crenças políticas e religiosas. Têm sido encontradas regras nas relações em várias culturas, muitas delas moderadas pelos valores culturais. Em algumas sociedades, como o Japão, a satisfação no casamento pode estar mais fortemente ligada às relações intergeracionais; os modelos ocidentais de obrigações na relação, com a sua ênfase nas alternativas à relação, ignoram frequentemente as importantes variáveis estruturais centrais à manutenção de uma relação em outros referenciais culturais. Apesar de certos factores, tais como a infidelidade, serem fortes predictores interculturais da ruptura das relações, a oportunidade para obter um divórcio favorece o homem em muitas sociedades. A violência na relação pode ser parcialmente predizível a partir dos níveis gerais de agressividade de uma cultura e grau de igualitarismo e expectativas sociais existentes.

#### **2.4. A conjugalidade como uma relação íntima**

Falta investigação básica sobre os processos de intimidade no casamento e mecanismos de desenvolvimento do sentido de *ligação* e *apoio* no dia-a-dia. A importância dos processos interpessoais adaptativos (como a intimidade), têm vindo a ser progressivamente reconhecidos como uma área fundamental de estudo, influenciando decisivamente o bem-estar e qualidade de vida (Ryff & Singer, 2000). Desta forma, o estudo das relações próximas e íntimas tem vindo a ser considerado como fundamental para a compreensão da relação conjugal. Diferentes definições e operacionalizações destes conceitos têm sido produzidas podendo, no entanto,

delimitar-se dois pontos em comum, a saber: o envolvimento do *self*; natureza fundamentalmente interaccional. Vejamos algumas das principais conceptualizações sobre relações próximas e íntimas referidas na literatura. Fehr (2004) em vez de definir intimidade, recorre à compreensão intuitiva das pessoas para identificar as crenças comumente sustentadas acerca dos acontecimentos que precipitam a intimidade. Concluiu que esta é inerentemente interaccional e que as expectativas face à intimidade se baseiam no conhecimento de padrões específicos de relação entre o *self* e os outros. Quer isto dizer que os leigos compreendem a intimidade como sendo fundamentalmente baseada na interacção entre *selves*. Esta é a conclusão chave para as subseqüentes articulações teóricas. Aron & Aron (2004) definiram proximidade como a inclusão do outro no *self*. Segundo esta perspectiva os *selves* são centrais, enfatizando a importância das interacções entre eles. Prager & Robert (2004) defenderam que a intimidade não é exclusivamente interaccional. Nem todas as interacções são íntimas e nem todas contribuem para uma relação íntima. A verdadeira intimidade requer o compromisso do *self*, “tocando-o”. Estes autores enfatizam o papel que os “autênticos” *selves* têm nas ligações com os outros, de forma a facilitar a abertura, positividade e compreensão partilhada. Laurenceau, Rivera, Shaffer & Pietromonaco (2004) fizeram uma revisão do vasto suporte empírico ligado ao Modelo do Processamento Interpessoal da Intimidade de Reis & Shaver (1988). O modelo em si, e a evidência que suporta a sua exactidão, deixa bem claro que a interacção entre *selves* é proeminente no estabelecimento da intimidade numa relação. Este modelo é, fundamentalmente, o dos *selves* interagindo de forma a criar um sentido de intimidade partilhada. Todas estas perspectivas apontam no sentido de que a *proximidade* e *intimidade* envolvem o *self* (provavelmente o mais profundo e autêntico *self*), podendo mesmo originá-lo. São processos e não meros estados. O facto de não existir apenas uma abordagem na conceptualização da proximidade e intimidade, não significa ser impossível uma integração das diferentes propostas.

### **2.4.1. Algumas considerações sobre as bases culturais das relações de proximidade e intimidade no contexto da África Ocidental.**

Tendo como suporte o já referido face à importância da cultura nos processos de intimidade, considera-se como fundamental apontar alguns dados que derivam de trabalhos em contextos específicos. Os investigadores que se dedicam a temáticas Africanas têm utilizado frases como “self-relacional” (Piot, 1999) ou “individualismo relacional” (Shaw, 2000), para descrever as construções do *self* que são proeminentes no discurso social e realidade material dos diversos contextos da África Ocidental (AO). Estas denominações contrastam com as construções ocidentais do *self*. Defendem que o self individual da tradição ocidental reveste-se de uma forma mais relacional em muitos dos espaços da AO (Piot, 1999; Shaw, 2000). Transposto para uma referência típica da psicologia social, pode-se utilizar o rótulo interdependente para se referir à construção do *self* dominante nesses contextos e independente para a construção do self característica dos contextos ocidentais contemporâneos (Dion, K. L. & Dion, K. F., 1988; Cross & Gore, 2004; Markus & Kitayama, 1991). Dada a habitual interpretação destas expressões (e.g. Li, 2000) pode-se equacionar que a proximidade e intimidade terão um grande peso psicológico nas realidades Africanas Ocidentais. Mas, a investigação sugere um padrão oposto. A proximidade e intimidade são encaradas com uma cautelosa ambivalência no discurso social destas realidades (Adams, G., 2000; Adams, G. & Plaut, 2003; Shaw, 2000). A chave desta questão reside no significado de independência e interdependência entendidas como constructos implícitos do *self* e realidade social. Segundo esta perspectiva interdependência não é sinónimo de valores colectivistas ou de não conexão ao nível interpessoal. Refere-se, sim, a uma experiência ontológica do *self* em termos de conexão inerente. A sua essência não reside no valor da conexão relacional mas no facto de ser construída e experienciada como algo inevitável. Estas construções interdependentes do *self*, predominantes em muitas das realidades da AO, não são somente ideias acerca das relações. Estas estão ligadas à realidade das relações (e. g., permanecer até tarde ou para sempre na casa da família; casamento combinado).

Como em muitas regiões do mundo pós-colonial, existe alguma evidência de que as ideologias sobre as relações em muitos contextos da AO defendem o incremento da intimidade emocional em função do ideal ocidental (Bleek, 1976; C.F. Dion, K.K. & Dion, K.L., 1993). No entanto, esta ideia vai contra uma realidade na qual as relações conjugais e o amor não são nem construídas, nem experienciadas como conexões íntimas (Bohannan, 1971). Em vez de companheirismo íntimo, os parceiros referem cumprimento mútuo de obrigações complementares como sendo o objectivo das relações (Franklin, Odongo & Binka, 1998; Robertson, 1984). Em vez de “abertura”, a ideologia de relacionamento nestas realidades defende que os parceiros devem exercitar a prudência nas suas revelações mútuas (Kilson, 1974; Mikell, 1995). Nestes contextos as conceptualizações sobre o casamento defendem que os parceiros devem resistir a uma intimidade auto-condescendente, focando-se num conjunto de obrigações (Mikell, 1995; Oppong, 1981). Esta ambivalência acerca da intimidade nas relações conjugais/casamento e de amor é um reflexo das realidades diárias que divergem das que são assumidas pela ciência psicológica. Provavelmente o aspecto mais saliente é o que se prende com a prática da poligamia. As estimativas contemporâneas sugerem que cerca de 25% dos adultos casados em vários contextos AO vivem abertamente em união poligâmica (Dodoo, 1998; Klonegah, 1997; Hatfield & Rapsson, 1996). Mesmo nas realidades em que esta prática baixou, os investigadores defendem que o seu legado histórico persiste nas interações formalizadas e no baixo nível de intimidade psicológica entre os pares amorosos (Karanja, 1987). Outro aspecto da realidade diária que contribui para esta ambivalência é a prática dos casamentos combinados anteriormente referida. A ideia que prevalece é que a proximidade e intimidade não são essenciais a um casamento ou relações amorosas saudáveis podendo, inclusive, levar a resultados indesejáveis (Mikell, 1995). Portanto, os diferentes protótipos relacionais estão ligados às diferentes realidades diárias. Um exemplo desta questão é o padrão de residência. O padrão típico do mundo ocidental é a residência num espaço próprio, diferenciado do da família de origem. Na realidade da AO existe uma menor expectativa face ao par conjugal estabelecer uma residência autónoma. No mundo ocidental dormir junto à noite e intimidade conjugal é um imperativo habitual (Shweder, Jensen & Goldstein, 1995). No contexto AO muitos casais felizes não possuem a rotina de residir na mesma casa, nem se espera que durmam juntos (c. f. Franklin, 1998; Mikell, 1995; Oppong, 1998).

Com base na investigação existente é, ainda, prematuro concluir que as construções interdependentes do *self* estão sempre associadas a uma cautela ambivalente face à proximidade e intimidade. As realidades da AO caracterizam-se por aspectos muito particulares, por exemplo: herança da escravatura e de um contexto violento (Ferme, 2001; Piot, 1999; Shaw, 2000); crenças na bruxaria (Assimerng, 1989; Geschiere, 1997; Meyer, 1998); constante vivência da pobreza (Foster, 1965; Mullings, 1984). Tudo isto desenvolveu variedades únicas de interdependência. A investigação sobre a associação entre auto-revelação e satisfação na relação sugere que a auto-revelação mútua não funciona como um poderoso determinante da satisfação conjugal nestes contextos. As pessoas experienciam as relações em termos de complementaridade e não de companheirismo (Hendrick, 1981; Franzoi, Davis & Young, 1985; Yelsme & Athappilly, 1988). Os dados existentes sugerem, como base para a proximidade e intimidade nestas realidades, a percepção relativa à forma de reagir face a obrigações relacionais (Laurenceau et al., 2004; Reis, Clark & Holmes, 2004; Clark & Reis, 1988; Fiske, 1981). O suporte teórico para esta possibilidade provém da investigação sobre as bases culturais da experiência emocional (Mesquita, 2001). Esta abordagem propõe diferentes conceptualizações relativas à partilha de emoções, sugerindo diferenças na compreensão da proximidade e intimidade.

A problemática das bases culturais das relações de proximidade e intimidade não é, simplesmente, uma questão de diferenças quantitativas. O que de mais importante este tipo de investigação sugere é uma diferença qualitativa. Estes conceitos podem apresentar diferenças significativas, ter bases e apresentar formas diferentes, dependendo das construções do *self* e realidades sociais que dão forma às experiências relacionais nas várias realidades culturais.

---

## Capítulo 3

### Parentalidade

Desde há muito que os psicólogos se interessam pelo estudo da família e parentalidade, procurando a forma mais correcta e completa de compreender e analisar o seu significado. Actualmente, já existe um número significativo de conhecimentos partilhados pela maior parte dos investigadores e profissionais que trabalham nesta área (Cruz, 2005).

O conceito de parentalidade reporta-se ao conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais biológicos ou substitutos) junto dos filhos, com o objectivo de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível. Para que isto se concretize utilizam os recursos de que dispõem dentro da família e na comunidade. Uma análise atenta da literatura sobre parentalidade revela uma amplitude de temas que compõe o seu domínio de estudo (cf. Bornstein, 2002). Ela tem sido analisada em função das características das crianças (idade, sexo, temperamento, domínios de desenvolvimento, problemas psicopatológicos específicos), características dos pais (género, classe social, cultura, nível socio-económico, qualidade da relação conjugal) e factores contextuais extrafamiliares. Têm sido, igualmente, estudadas as situações em que a parentalidade assume formatos considerados menos habituais, p. e.: monoparentalidade, adopção, divórcio, parentalidade adolescente, homoparentalidade, situação de maus-tratos. A transição para a parentalidade, o sistema intergeracional e fraternal, são aspectos também frequentemente investigados.

Muitos autores encaram a parentalidade como “a tarefa mais desafiante e complexa da vida adulta” (Zigler, 1995, p.XI). Apesar de as crianças serem influenciadas por múltiplos factores os pais são os adultos com maior responsabilidade na sua educação (Bornstein, 1995a). Kuczynski & Grusec (1997) consideram que estes constituem a influência mais significativa na aquisição de valores por parte da criança. Assim sendo, importa delimitar as funções e papéis por eles desempenhados. Cruz (2005) inspirando-se em Bornstein (2002a), Palacios & Rodrigo (1998), Parke & Buriel (1998) sistematizou cinco funções, a saber: satisfazer as necessidades mais básicas de sobrevivência e saúde; disponibilizar um

mundo físico organizado e previsível; responder às necessidades de compreensão cognitiva das realidades extrafamiliares; satisfazer as necessidades de afecto, confiança e segurança; enquadrar as necessidades de interacção social da criança e sua integração na comunidade. Quanto aos papéis o modelo tripartido referido por Parke & Buriel (1998) salienta que os pais actuam como parceiros de interacção, instrutores directos, preparam e disponibilizam oportunidades de estímulo e aprendizagem em contextos extrafamiliares.

É possível delimitar três componentes na parentalidade – comportamentos, cognições e afectos – que têm sido os focos privilegiados da investigação em diferentes momentos. Alguns dos primeiros estudos acerca da parentalidade centraram-se no estudo dos comportamentos educativos parentais. Os trabalhos de Diane Baumrind, a partir da década de 60, são dos mais ilustrativos. Só mais tarde surgiu a questão do porquê da relação entre acções parentais e resultados observados nos filhos, partindo-se para a análise dos processos subjacentes às relações observadas entre variáveis (Bugental & Goodnow, 1998). Nesta linha, é na década de 80 que ocorre o ressurgimento do interesse por variáveis psicológicas internas, nomeadamente crenças e ideias parentais, e pelas teorias *naive* do desenvolvimento da criança (Goodnow & Collins, 1990). Impôs-se, assim, o interesse pelos processos cognitivos parentais. Palacios (1987a) chama a atenção para o facto de só tão tarde os investigadores se terem interessado, de uma forma sistemática pela questão dos processos cognitivos parentais. Segundo Schaeffer (1989) a hipótese de que as atitudes e os valores parentais podem influenciar os comportamentos educativos dos pais e o desenvolvimento da criança incentivou a investigação relativa aos aspectos cognitivos da interacção pais-filhos. De acordo com Goodnow & Collins (1990) este renovar do interesse pelos aspectos internos surge no âmbito de um panorama mais vasto de que se salienta: as abordagens cognitivas do desenvolvimento das crianças extensíveis ao adulto; ênfase nos modelos internos que os indivíduos desenvolvem acerca da natureza das relações tendo como base as suas experiências de infância (actuam como filtros); o questionar da natureza da psicologia quotidiana, *naive*, senso comum, informal e sua relação com a psicologia científica; incremento do interesse pela cognição social e quotidiana. Considera-se que o comportamento dos pais não é um acto automático, mas algo que resulta e interage com aquilo que não é directamente observável (pensamentos, ideias, valores, conhecimentos). Neste sentido é inevitável, também, o estudo dos processos afectivos parentais dado que o

ser humano não é um processador de informação neutro. Considera-se a parentalidade como sendo dos domínios onde as emoções e os afectos são vividos com maior intensidade, consistência ao longo do tempo, gasto de energia nos investimentos e frustrações (Dix, 1991). Portanto, também neste domínio as emoções estão intrinsecamente ligadas às acções e cognições. Desta forma, a parentalidade não é desmontável estando estes três componentes intimamente ligados.

De acordo com o já exposto a emergência de uma nova abordagem das crenças foi-se estabelecendo. Até, sensivelmente, à segunda metade da década de 90 existiam diferentes perspectivas acerca da sua existência. Desde conceptualizações quasi-filosóficas, a derivações das antigas teorias da Psicologia Social sobre atitudes, sentimentos, valores e crenças (Baldwin, 1965; Goodnow, 1985; McGuine, 1999; Rokeach, 1980). Simultaneamente alguns investigadores evitavam o termo “crenças” devido ao seu passado histórico e significados provenientes do senso comum (Goodnow & Collins, 1990). O livro de I. Sigel sobre crenças parentais, editado pela primeira vez em 1985, é considerado por alguns autores como o “primeiro reconhecimento oficial da centralidade das cognições no âmbito das interações familiares” (Bugental & Johnston, 2000, p. 316). A partir desta data os investigadores, mesmo trabalhando segundo diferentes abordagens, passaram a defender que a componente central do constructo crenças é a cognição. Assim, as crenças parentais são importantes porque são cognições intrínsecas ao exercer das responsabilidades parentais. Pode-se afirmar que as cognições acerca das crianças e da parentalidade são a nova face das crenças parentais (Bugental, 1992). Estas desempenham funções determinantes, a destacar: gerar e moldar o comportamento dos pais; mediar a eficácia da parentalidade; ajudar a organizar as práticas parentais dado afectarem o sentido de competência e *self* dos pais (Darling & Steinberg, 1993; McGillicuddy-De Lisi & Sigel, 2002). Observar e compreender as crenças face à educação de uma criança permite determinar o como e o porquê do comportamento dos pais.

Os estudos etnográficos e antropológicos têm demonstrado que diferentes grupos culturais possuem crenças próprias acerca da infância e educação das crianças. Desde que existem registos históricos que se sabe que em diferentes épocas existiram conceitos implícitos de infância estritamente relacionados com os conceitos acerca da educação (Bornstelmann, 1983). A consciência destas variações históricas

e culturais, em particular ao longo do século XX, é um dos factores explicativos do interesse pelo estudo do conceito criança (Goodnow, 1984).

A conceptualização da existência de um pensamento parental varia segundo os autores (Palacios, 1987a). Por exemplo Siegel & McGillicuddy-De Lisi (2002) consideram que os pais têm ideias claras e sistematizadas sobre a natureza das crianças e o seu desenvolvimento, cumprindo as crenças parentais o importante papel de organizar o mundo do indivíduo, permitindo-lhe um funcionamento diário eficaz, sem sobrecarga de informação e desgaste desnecessário com as tomadas de decisão. É aquilo que Rodrigo & Palacios (1998) apelidam de modelo de guia. Outros autores, seguindo um modelo de processamento de informação, assumem as ideias dos pais como estruturas cognitivas (representação de valores e normas sociais) que medeiam a percepção do comportamento da criança e a resposta socializadora dos pais. Segundo este modelo o processamento de informação faz-se na sua generalidade a um nível automático, inconsciente ou pouco reflectido (Bacon & Ashmore, 1996; Goodnow, 1985). Para Rodrigo & Palacios (1998), isto corresponde a um modelo mediacional.

Aquando da situação de entrevista os pais são confrontados com questões relativas ao desenvolvimento e educação das crianças sobre as quais nunca tinham pensado ou reflectido (Sigel, 1986). Neste sentido, o autor, fala em crenças construídas recentemente, estimuladas pela entrevista e que reflectem o sistema de crenças global acerca das crianças que os pais já possuíam previamente mas, em relação ao qual, não tinham acesso imediato. Goodnow (1984) considera que o estudo das ideias parentais acerca da natureza do desenvolvimento e da educação das crianças pode servir vários objectivos, por exemplo: estudar a cognição social no adulto; alterar as abordagens parentais na educação dos filhos através da criação de programas de educação de pais; descrever os efeitos da cultura e classe social; aumentar a capacidade de previsão do nível de desenvolvimento a atingir pela criança; permitir um estudo psicológico abrangente da interacção pais-filhos. O estudo das cognições tem objectivos teóricos e práticos, esperando-se que a sua análise permita uma melhor perspectiva da forma como os pais actuam, sentem e respondem à criança e de que maneira se relacionam com o contexto social em que o seu desenvolvimento ocorre (Goodnow, 1995). Isto permitirá o incremento do domínio mais prático das recomendações ao nível da educação no contexto familiar e das políticas educativas (Goodnow, 2002). Clarke-Stewart (1998) aponta a existência

de flutuações nos interesses relativos a estes temas o que tem moldado o decurso da investigação, política social e agenda política. Sugere que as crenças acerca das práticas educativas parentais que influenciam o desenvolvimento da criança são consistentes com muitas das metas da própria parentalidade. Apesar das oscilações no interesse face a investigações empíricas neste domínio, estas encontram-se presentes em diferentes formas de literatura popular e profissional onde o seu papel nas práticas e objectivos face às crianças é abordado.

O reconhecimento da importância da tradição e das crenças profundamente enraizadas que os pais possuem relativamente à educação das crianças relaciona-se com a sobrevivência da sociedade através das práticas parentais. Isto permitiu o ressurgimento do interesse relativo ao papel das tradições das diferentes sociedades e culturas, consequências das crenças parentais acerca da natureza da criança, objectivos das práticas parentais e estratégias educativas (Harkness & Super, 1996). As ligações entre tradição e diferentes conceptualizações acerca das crianças e seus comportamentos, práticas parentais e investigações que exploram como é que as crenças variam com a aculturação, evidenciam a vitalidade deste constructo.

Na revisão de literatura realizada por Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington & Bornstein (2000) está patente o impacto dos pais no desenvolvimento das crianças. Demonstraram, igualmente, que a natureza das relações entre comportamentos parentais e aquisições desenvolvimentais é complexa. Os estudos dedicados a estas questões revelam, assim, que o interesse é nas crenças parentais como fonte de influência do desenvolvimento de crianças pequenas. Já existe alguma informação disponível relativa às origens e desenvolvimento das crenças parentais resultante do reconhecimento de que os pais afectam os desempenhos dos filhos. Nesta linha emergiu a questão relativa ao onde e ao quando as crenças parentais se manifestam e influenciam, tendo como referência os desempenhos das crianças. Os dados de investigação significativos nesta área são geralmente baseados em estudos correlacionais, embora existam estudos significativos concebidos em termos de influências causais, nomeadamente os culturalmente elaborados (Harkness & Super, 1996). A revisão de literatura efectuada incidiu sobre alguns estudos onde o papel das crenças parentais está patente.

### 3.1. Papel das crenças parentais no desenvolvimento das crianças

O objectivo de muitos trabalhos tem sido investigar a relação entre crenças parentais e alguns domínios específicos do desenvolvimento das crianças. Como principal foco de atenção pode-se apontar os efeitos das crenças no seu desenvolvimento cognitivo, com particular ênfase nas áreas relativas ao desempenho escolar e, neste, ao nível da Matemática e Língua. Jacobs (1991) e Jacobs & Weisz (1994) constataram que as crenças parentais são influenciadas pelos estereótipos face ao género e que as autopercepções e desempenhos escolares de jovens adolescentes são mais influenciados por estas crenças do que pelos seus desempenhos iniciais no domínio da Matemática. As aquisições no domínio da linguagem, leitura, competências verbais e de comunicação foram também investigadas. Sonnenschein et al. (1997) questionaram pais de crianças pré-escolares e de jardim-de-infância quanto à melhor forma de ajudar as crianças a aprender a ler. Constataram que os pais que acreditavam que a leitura deve ser apresentada como uma actividade divertida os filhos apresentavam desempenhos superiores em testes de literacia, em contraste com aqueles que acreditavam que a leitura é uma competência que necessita ser ensinada e praticada.

Os diferentes trabalhos já realizados apontam no sentido de que as crenças parentais influenciam os desempenhos escolares das crianças no domínio da matemática e língua. A maior parte da investigação tem presumido que estas afectam o desenvolvimento das crianças através dos comportamentos parentais. Estes promovem atitudes nas crianças através de expectativas, encorajamento, semelhança e das próprias interacções que originam ambientes de aprendizagem específicos no interior do contexto familiar. Alguns estudos longitudinais e *path* análises sugerem que as crenças parentais influenciam os desempenhos ou, pelo menos, exercem uma função mediadora. Estas relações foram observadas em diferentes grupos etários, apesar de que, no que concerne às competências linguísticas e de leitura, a ênfase foi nas crianças pré-escolares e nos primeiros anos de escolaridade. Existe pouca informação sobre o seu papel no desempenho escolar dos adolescentes, especialmente face aos mais velhos frequentando os últimos anos do secundário. Questões relativas ao género, raça e factores étnicos têm sido consideradas.

Na área do desenvolvimento social existem, igualmente, alguns estudos a considerar. Peet (1995), p. e., solicitou aos pais para apontarem as fontes de informação nas quais eles confiavam relativamente ao desenvolvimento social e cognitivo dos seus filhos. Verificou que estes consideravam a intuição, crenças religiosas e experiências de infância como mais importantes na área do desenvolvimento social dos filhos do que para o desempenho cognitivo. Hostings & Rubin (1999), numa investigação longitudinal durante 2 anos com crianças de 2 anos, debruçaram-se sobre a relação entre crenças maternas acerca de comportamentos agressivos e de retraimento. Constataram que muitos manifestavam diferentes crenças acerca das causas destes comportamentos. Por consequência exibiam crenças diferentes acerca das estratégias educativas a utilizar com crianças que manifestem diferentes comportamentos.

Os dados mais recentes sugerem que crenças e comportamentos parentais face aos filhos estão relacionados, exercendo algum efeito nas crianças. No entanto, a investigação é escassa, não cobrindo o espectro das competências pessoais/sociais características do domínio social. Muita da literatura nesta área centra-se em comportamentos negativos (p. e.: agressão, inibição comportamental). A literatura sobre desenvolvimento cognitivo, pelo contrário, enfatiza os resultados positivos das crianças, examinando as crenças parentais associadas aos desempenhos escolares ou competências cognitivas. Os modelos e métodos que caracterizam o trabalho nestes dois domínios são semelhantes. A utilização da auto-descrição e da observação é uma constante. Outras fontes de informação podem incluir relatos de “partes independentes” (p. e.: professores). Vários estudos longitudinais providenciam informação acerca do desenvolvimento das crenças parentais e sua influência nas crianças.

### **3.2. Cultura e desenvolvimento das crenças parentais**

Segundo McGillicuddy-De Lisi & Sigel (1995) é necessário mais informação acerca da origem e função das crenças. Em particular a questão relativa à forma como as crenças se associam na mente dos pais, tendo em conta diferentes experiências culturais, raciais, étnicas, de classe social e género. Tem-se constatado um aumento no número de trabalhos sobre as crenças de pais provenientes de

diferentes origens culturais e grupos étnicos. Em seguida apresentam-se alguns dos trabalhos empíricos resultantes das três grandes linhas de investigação neste domínio.

### **3.2.1. Investigação em culturas específicas**

As crenças parentais têm sido investigadas em muitas culturas. Por exemplo Hortacsu (1995) constatou que a realização escolar de crianças turcas frequentando o 4º ano estava relacionada com as crenças das mães e pais acerca do desenvolvimento infantil. Igualmente, Li, Pan, Yi & Xia (1997) referiram que as crenças das mães chinesas relativas ao desenvolvimento infantil se encontravam relacionadas com o nível de desenvolvimento intelectual dos seus filhos. McBride-Chang & Chang (1998) investigaram as crenças parentais e o desempenho escolar de adolescentes de Hong Kong. Referiram que as crenças parentais acerca da necessidade de apoiarem academicamente os filhos não se encontravam relacionadas com o seu desempenho escolar, apesar da auto-descrição dos comportamentos parentais estar correlacionada com as exigências escolares das escolas frequentadas pelos filhos. Zeitlin (1996) analisou as crenças parentais dos Yoruba acerca da natureza das crianças, tendo como base a cosmologia e as crenças religiosas tradicionais em relação a práticas que promovem o desenvolvimento motor, comportamento em geral e comportamento alimentar. Os Yoruba são uma sociedade em transição, que valoriza a auto-suficiência; é dominada pelos homens e espera-se que as mulheres sejam as principais cuidadoras; preferem bebés ágeis estimulando o seu desenvolvimento motor através de restrições da alimentação. Para observadores ocidentais estas práticas podem ser consideradas maus-tratos. Muitas das crenças e métodos de educação tiveram a sua origem numa sociedade rural tradicional.

Os dados providenciados pelos trabalhos sobre crenças parentais numa determinada sociedade ou cultura sugerem que os sistemas de crenças que guiam os comportamentos educativos parentais derivam de aspectos específicos e gerais da cultura.

### 3.2.2. Investigação inter-cultural

As expectativas e crenças relacionadas com a pressão para a realização presentes em diferentes culturas têm sido consideradas como estando relacionadas com níveis mais elevados de desempenho escolar das crianças. Por exemplo: Chao (1996) e Stevenson et al. (1990) encontraram diferenças culturais nas crenças parentais relativas à importância atribuída aos esforços parentais no posterior desempenho académico das crianças, nas práticas que expressam estas crenças e no valor atribuído a um elevado desempenho académico.

A relevância da relação entre cultura e crenças parentais acerca das competências sociais das crianças foi enfatizada por Rubin (1998) propondo que a própria cultura pode ser pensada como um sistema de crenças, atitudes e comportamentos característicos de um grupo de pessoas, passando de uma geração para a outra. A sua análise demonstrou que os significados culturais dos acontecimentos e comportamentos das crianças conduzem às crenças parentais e práticas educativas. Os trabalhos que se têm centrado nas relações entre crenças relativas ao comportamento e aptidões ao nível pessoal/social das crianças têm tentado analisar a cultura de forma a entender porque motivo estes significados são desenvolvidos pelos adultos. Chen et al. (1998) recolheram informação sobre mães chinesas e canadianas acerca da “inibição comportamental” (crianças que demonstram elevados níveis de alerta). Este tipo de trabalhos defendem que as crenças parentais fazem parte de um conjunto mais alargado de crenças culturais que permitem atribuir significado ao comportamento das crianças. No caso da “inibição comportamental” os pais chineses acreditam que este tipo de comportamento indicia competência social (ênfase colocada no desenvolvimento da auto-contenção resultante da filosofia de Confúcio e Taoista), sendo a base cultural para a manutenção da harmonia social e ordem. No Canadá as crenças culturais são bastante diferentes considerando-se a autonomia, individualismo e assertividade como uma manifestação de maturidade e competências sociais. Nas duas amostras as crenças maternas, valores, atitudes e práticas educativas foram avaliadas através de um questionário e de medidas de observação do comportamento em estudo em crianças de dois anos. As mães canadianas rejeitam e punem com maior probabilidade comportamentos de inibição, enquanto que as chinesas revelam aceitação e ausência de punição. Os resultados

revelaram que crenças relativas à socialização mediadas pela cultura produzem diferentes atitudes acerca da inibição comportamental. Estes dados são consistentes com os encontrados por Schneider, Attili, Vermigli & Younger (1997), que avaliaram as crenças de mães italianas e canadianas acerca dos comportamentos agressivos e de distanciamento dos seus filhos de sete anos. Schneider et al. (1997) constataram que as mães canadianas e italianas utilizam níveis moderados a elevados de poder assertivo quando os comportamentos agressivos são exibidos e níveis baixos para o distanciamento social. As mães canadianas ficavam mais transtornadas com estes comportamentos problema, não distinguindo género, as italianas diferenciam a utilização de poder com base no género. Rubin (1998) referiu que os sistemas de crenças baseados na cultura que são utilizados para atribuir significado ao comportamento das crianças podem resultar em diferentes desempenhos das crianças, mesmo quando as bases para os seus comportamentos são disposicionais num sentido biológico.

### **3.2.3. Investigação em grupos de um mesmo país com diferentes origens culturais**

Roerstrier & Rosenthal (1997) investigaram as crenças maternas de mães imigrantes de origem israelita e soviética relativas ao que consiste ser um adulto adaptado. Analisaram as suas teorias *naive* de desenvolvimento e expectativas desenvolvimentais, verificando que definições de adulto adaptado e suas teorias de desenvolvimento se encontram relacionadas com o país de origem. As mães soviéticas acreditavam mais facilmente do que as israelitas que o desenvolvimento cognitivo pode ser acelerado e que as crianças pré-escolares conseguem controlar as emoções negativas e compreender a competição social. Acreditavam menos que as crianças se podiam envolver, de uma forma independente, em situações de resolução de problemas. Estas crenças relacionam-se com as suas teorias *naive* sobre as características do desenvolvimento e assentam nas origens culturais das mães. Os autores defenderam que as crenças reflectem os valores das sociedades, funcionando como princípio orientador face aos objectivos da educação parental.

A relação entre crenças parentais e origens culturais relativamente aos desempenhos das crianças em diferentes áreas da cognição é, também, considerado

importante. Savage & Gauvain (1998) avaliaram as crenças parentais de americanos de origem europeia e latina relativamente ao desenvolvimento da capacidade de planeamento das crianças entre os 5-12 anos. As diferenças observadas nas crenças destes dois grupos eram consistentes com os valores culturais dos dois grupos. As crenças variavam, igualmente, em função da idade e género da criança. Constataram, também, que quanto maior o nível de aculturação das famílias latinas, maior a semelhança das crenças entre os dois grupos acerca do desenvolvimento em geral e comportamento dos filhos. Verificaram que o comportamento de planeamento das crianças em diferentes áreas se encontrava relacionado com as respostas parentais acerca das conquistas desenvolvimentais típicas de uma criança nesse domínio. Cote & Bornstein (2000) ao analisarem o processo de aculturação de mães americanas de origem japonesa e da América do Sul relativamente ao comportamento de captar a atenção dos filhos face a ela própria e a um objecto físico ou acontecimento, sugeriram que os comportamentos parentais podem aculturar-se mais rapidamente do que as crenças. Esta sugestão baseou-se, em parte, na descoberta de que os resultados das interacções mães-filhos não se relacionam com as auto-descrições maternas relativas aos seus comportamentos com os filhos (estas foram consideradas como medida das crenças). Os trabalhos levados a cabo por psicólogos de orientação antropológica como Harkness & Super (1996) revelam diferenças importantes entre os diferentes grupos estudados. Isto deve-se principalmente às diferentes conceptualizações de aspectos básicos como cultura, sua dinâmica e grau de influência. Utilizam, igualmente, uma metodologia de trabalho diferente da dos psicólogos da corrente dominante (trabalho de campo no interior da cultura em estudo vs questionários e avaliação formal).

Cada uma das abordagens da relação cultura-crenças contribui para a construção de um corpo teórico relativo ao papel da cultura. Habitualmente, de uma forma superficial, assume-se que um rótulo racial ou étnico é suficiente para o reconhecimento do factor cultural. Raramente uma justificação das questões culturais ou raciais é articulada. Em vez disso, ela é presumida. Por exemplo: muita da investigação efectuada com grupos de americanos de origem africana é baseada somente na cor. A variável raça, traduzida pela cor, é considerada como sendo determinante. A negritude é, nesta linha, uma justificação suficiente para considerar as pessoas de uma determinada cor como um grupo com uma cultura única.

Raramente se analisa a cultura. Ironicamente, este raciocínio é também utilizado com as populações brancas. O facto de os americanos de origem europeia diferirem em etnicidade ou orientação religiosa raramente é considerado como relevante (Hwang, Lamb & Sigel, 1995). Em muitos estudos sobre parentalidade, questões como classe social, educação e nível de ocupação têm sido os critérios considerados suficientes para classificar as populações em estudo. Em suma, as subtis e mesmo não óbvias, características culturais das amostras de investigação não têm sido devidamente equacionadas, comprometendo a validade de muitas investigações sobre crenças acerca da educação das crianças. A atribuição de significado às crenças através de uma perspectiva cultural tem sido das áreas de maior expansão neste domínio. Particularmente significativa tem sido a ênfase na intra e inter variabilidade das crenças, bem como as comparações entre crenças parentais, práticas e efeitos nas crianças. Estes estudos têm enriquecido, consideravelmente, o nível de conhecimentos, tendo impacto na conceptualização relativa à natureza das crenças e dos processos através dos quais elas afectam as vidas das crianças.

### **3.3. Questões relativas à autoeficácia parental**

As crenças parentais acerca da autoeficácia, da autoconfiança como “cuidadores” e modelos competentes, estão intimamente relacionadas com a forma de funcionar no contexto familiar. Muitos trabalhos têm sido produzidos nesta área. De seguida salientam-se alguns.

Markus, Cross & Wurf (1990) referiram que o sentimento de competência como pais constitui o segundo aspecto mais comum do *self* desejado pelos adultos. O trabalho de Hastings & Rubin (1999) já referido demonstrou que as mães das crianças inibidas ou distantes se sentem desconfortáveis relativamente a esses comportamentos dos filhos. Sugerem que, de certa forma, se sentiam responsáveis pelos comportamentos sociais negativos dos seus filhos. Sentiam-se “mal” com o seu desempenho parental.

Muitos dos trabalhos nesta área derivam da teoria da auto-eficácia de Bandura (1986). A auto-eficácia é aplicada às crenças parentais sob a hipótese de que se os pais se sentirem competentes, comportar-se-ão de uma forma mais eficaz com os seus filhos. Coleman & Karraker (1998) fizeram uma revisão de literatura sobre os

sentimentos de auto-eficácia dos pais. Sumariaram muitos estudos que sugerem que as crenças maternas acerca da sua capacidade de efectivamente cumprirem o papel parental estão relacionadas com práticas parentais específicas. Estas estão frequentemente relacionadas com “estados” e comportamentos positivos das crianças. As crenças parentais acerca da sua competência como pais têm sido directamente relacionadas com comportamentos parentais positivos e indirectamente com as aquisições e comportamentos das crianças. Grolnick, Benjet, Kurowski & Apostoleris (1997) interrogaram mães de crianças dos 8-10 anos acerca das suas crenças parentais e envolvimento na vida escolar. Referiram que mães que possuíam crenças relativas à sua auto-eficácia e que acreditavam que o papel parental inclui funcionarem como professores dos seus filhos, se envolvem mais em actividades cognitivas com as crianças. Brody, Flor & Gibson (1999) também estudaram as crenças de auto-eficácia das mães e encontraram uma relação complexa com as práticas parentais. Perguntaram a mães americanas de origem africana, com crianças entre os 6 e os 9 anos, acerca das suas crenças de auto-eficácia, objectivos e práticas educacionais. Obtiveram, igualmente, medidas de competência académica e psicossocial dos filhos. As crenças de auto-eficácia encontravam-se relacionadas com os objectivos educacionais que, por sua vez, eram preditivos das práticas educativas das mães. Estas encontravam-se relacionadas, indirectamente, com as competências académicas e sociais das crianças. Os objectivos e as práticas educacionais foram consideradas como variáveis mediadores. O estudo de Perozynski & Kramer's (1999) sobre crenças maternas e paternas acerca da forma mais adequada de lidar com os conflitos entre irmãos, incluiu medidas relativas ao sentido de confiança dos pais acerca das suas capacidades para lidar com estes conflitos. Os resultados sugerem que o sentido de eficácia dos pais pode influenciar a sua capacidade de seleccionar estratégias e de manifestar as suas crenças nos encontros disciplinares diários.

Wentzel (1998) concluiu que os pais que acreditam que a inteligência é uma capacidade maleável e não fixa também acreditam que podem afectar directamente o desempenho escolar dos filhos através da sua intervenção como professor. Têm aspirações escolares mais elevadas para os filhos resultante de uma maior confiança na sua capacidade de influenciar os seus desempenhos escolares. Num estudo intercultural sobre as crenças maternas de auto-eficácia, Bornstein et al. (1998) investigaram as crenças de mães de crianças de 20 meses, de 7 países, face ao seu

desempenho parental. Analisaram as diferentes formas de conceber o papel parental, conceito de criança e educação, objectivos das práticas parentais. Esta análise das diferenças nas crenças culturais conduziu a predições e análises sobre as crenças maternas acerca da sua própria parentalidade. Quando as mães crêem que as suas práticas afectam os desempenhos dos filhos mais provavelmente são activas na promoção de desempenhos desenvolvimentais nos seus filhos. Apesar do conteúdo específico das suas crenças, parece que níveis elevados de auto-eficácia como progenitor conduzem a um maior envolvimento da mãe, e de uma forma mais completa e intensa, no seu papel sendo os seus esforços e investimento na parentalidade maiores.

O estudo de Haight, Parke & Black's (1997) sobre crenças parentais acerca das brincadeiras preferidas de crianças pequenas difere das investigações mais descritivas sobre as ligações entre crenças e diferentes desempenhos das crianças. O seu interesse nas crenças entronca num quadro de referência no qual os pais são vistos como construtores de significados em contextos sociais. Isto pressupõe um meio cultural que providencia experiências sociais aos membros da comunidade. Apontaram aspectos das dimensões motivacionais e afectivas das crenças, questões relativas à forma como as crenças em diferentes áreas se relacionam umas com as outras e como crenças relativas ao "brincar" se relacionam com os comportamentos maternos e paternos de brincar com crianças. O resultado deste estudo revela que as crenças relativas ao "brincar" estão relacionadas com a forma como mães e pais se envolvem nesse tipo de comportamento. As crenças e comportamentos mostraram ser consistentes com as experiências culturais, que são diferentes para mães e pais, estando igualmente ligadas a experiências pessoais específicas e outras crenças, tais como as religiosas. A análise da variabilidade na conexão entre crenças e comportamentos baseou-se nas teorias relativas ao papel do contexto cultural nas crenças, bem como a consideração de como o domínio investigado pode ser um factor na construção dos sistemas de crenças. Este trabalho é particularmente revelador da natureza das crenças parentais, providenciando informação específica acerca das crenças parentais relativamente às funções cognitivas e sociais de "brincar".

Os dados de investigação anteriormente apontados evidenciam que as crenças estão frequentemente relacionadas com os comportamentos dos pais e, em especial, com os das crianças. Estudos longitudinais têm ligado crenças a trajetórias desenvolvimentais. A magnitude das descobertas não é muito elevada, sendo a significância estatística função do tamanho da amostra. Isto é importante porque apenas se possui uma compreensão superficial sobre a relação crença-desempenho. A lacuna mais importante nesta área é a não existência de uma teoria que guie a investigação no futuro e que ajude a compreender porque é que uma crença parental acerca de algo influencia as relações obtidas. Um exemplo de um trabalho que aborda este tipo de investigação de uma forma mais abrangente do que a maioria dos já apresentados, é o de Mize, Petit & Brown (1995). Efectuaram uma análise da complexidade do constructo crença, estando interessados em identificar os factores influenciadores da competência social das crianças com os seus pares. O problema foi contextualizado em termos de que acções parentais influenciam as interacções dos filhos com os pares. Os autores apresentaram uma conceptualização que liga as crenças maternas acerca da modificabilidade e importância das competências sociais às crenças acerca da competência social dos filhos com os pares e estratégias utilizadas como resposta aos problemas de interacção entre pares. Estes resultados permitiram uma compreensão mais adequada de como é que as crenças interagem com o conhecimento de forma a influenciar a qualidade da supervisão parental. Por sua vez Sigel & Kim (1996) exemplificaram como o comportamento das crianças influencia não só as crenças mas, também, as respostas imediatas dos pais. Evidenciaram como o nível de compreensão da linguagem por parte da criança tem uma influência significativa nas estratégias parentais de questionamento.

Por último apresenta-se, sucintamente, uma recente proposta relativa a esta temática. Sigel (1985) e McGillicuddy-De Lisi (1982a) afirmaram que as crenças parentais estão interrelacionadas e organizadas hierarquicamente formando um sistema organizado (em subsistemas) de conhecimento. Quer isto dizer que existem grupos de crenças entre os quais ocorre uma relação de dependência (McGillicuddy-De Lisi, 1982a; Sigel, 1986). Subsistemas de menor dimensão estão organizados no interior de sistemas mais amplos, existindo um certo grau de coerência interna. Mais recentemente, e na linha da Teoria dos Sistemas, propuseram um modelo dinâmico de sistemas de crenças organizado em cinco níveis: sistema de crenças mais amplo;

domínios de conteúdos das crenças (cognitivo, sociomoral, interpessoal e intrapessoal); conteúdos específicos de cada domínio; crenças práticas (justificação para a acção); formas de expressão comportamental (Sigel & McGillicuddy-De Lisi, 2002). Em cada crença podem-se delimitar oito componentes: conhecimento construído com base na experiência; domínios de categorias de conhecimento ligados entre si; natureza absoluta ou probabilística da crença; conteúdo cultural subjacente à crença; intensidade do afecto associado; objectivos associados à crença; valor atribuído à crença e crenças ligadas à prática. Segundo este modelo a expressão das crenças resulta destas componentes que se conjugam na produção de uma acção única, sendo a forma como se conjugam dependente da crença ou crenças em questão.

---

## Capítulo 4

### Cabo Verde: Passado e Presente

O arquipélago de Cabo Verde, situa-se entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul a cerca de 500 km a oeste de Dakar, Senegal. Tem uma superfície de 4033 km<sup>2</sup> (reduzindo-se a 3985 km<sup>2</sup> de terras habitadas), sendo constituído por 10 ilhas, 9 delas habitadas. Estão geograficamente divididas em 2 grupos: Barlavento, ao Norte (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Boa Vista e Sal) e Sotavento, ao Sul (Santiago, Maio, Fogo e Brava). Os principais centros urbanos são: Cidade da Praia (Capital do País, ilha de Santiago) e Mindelo (ilha de São Vicente). Foi uma colónia portuguesa durante 5 séculos, tendo alcançado a independência a 5 de Julho de 1975. Durante 15 anos viveu sob um regime de partido único fortemente influenciado pela Ex-União Soviética, todo o Bloco de Leste e Cuba. Em 1990 ocorreu um movimento de democratização e instauração de um regime democrático pluri-partidário. Durante todo este percurso transformou-se numa sociedade estruturada em função do desenvolvimento dos recursos humanos de forma a beneficiar das oportunidades recorrentes da globalização. Consolidou-se uma sociedade democrática de referência caracterizada pela alternância política. Actualmente, a sua planificação estratégica assenta na adopção de Grandes Opções do Plano (GOP) e no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2002-2005 de que fazem parte planos sectoriais, a destacar o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP). Este contém: um Projecto de Desenvolvimento do Sector Social financiado pelo Banco Mundial; um Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural que se consubstancia no desenvolvimento de actividades de animação local, criação e formalização jurídica de associações comunitárias, construção de infra-estruturas sociais; um Projecto de Promoção Socioeconómica de grupos desfavorecidos nas áreas da saúde, educação, água e saneamento (os grupos alvo são as mulheres, sobretudo as chefes de família, e os desempregados). É uma nação mestiça, não existindo etnias. A maioria da população é católica, embora outras igrejas estejam bem implantadas (de destacar a Igreja Nazarena e a Adventista do Sétimo Dia). Tem um clima típico da zona do Sahel (árido e semi-árido com alternância de uma longa estação seca e uma curta estação húmida).

As características da sociedade cabo-verdiana contemporânea, nomeadamente no que concerne a vivência da conjugalidade e parentalidade, remontam ao seu processo de formação. Importa, então, salientar alguns dos principais aspectos da organização e estrutura familiar durante os primeiros tempos da ocupação das ilhas. A pobreza, sempre presente no arquipélago, potenciou o desenvolvimento e implementação de algumas práticas, em particular a emigração.

#### 4.1. Organização da sociedade

Após a ocupação das ilhas, em 1460, desenvolveu-se uma sociedade baseada na instituição escravocrata. Estas foram oficialmente descritas como não habitadas suspeitando-se, no entanto, que tenham sido visitadas por árabes, fenícios e diferentes povos provenientes do Continente Africano. Mas, foi só após a vinda dos Europeus que o povoamento começou a ter expressão. Assim, durante a primeira fase da ocupação pode-se delimitar dois grandes grupos de habitantes: o dos *senhores* constituído por europeus de diferentes nacionalidades (portugueses, genoveses, sevilhanos, p. e.), reduzido número de nobres, plebeus, homens de ofícios, degredados, “*brancos da terra*” resultantes do cruzamento do homem europeu e mulher africana, escrava ou livre; o dos *escravos* que constituía a maioria. No final do século XVIII e primeiros anos do XIX a sociedade caracterizava-se pela existência de 3 grupos sociais demarcados, sobretudo, pelo índice de riqueza e privilégios sociais, a saber: número reduzido de reinóis, muitos “brancos da terra” (sargentos, capitães-mores, padres, morgados); poucos mestiços ou negros que diferentes circunstâncias permitiram a ascensão social (detinham as melhores terras e todo o sistema económico insular, bens patrimoniais e privilégios); sesmeiros e/ou seus descendentes, uma minoria localizada em Barlavento e a maioria em Santiago, Fogo e Brava, rendeiros e parceiros dos senhores das terras, profissionais de ofícios, pequenos negociantes e povo. O número de escravos foi sucessivamente diminuindo até à data da sua extinção.

A abolição da escravatura teve grande impacto, abreviando a evolução e transformação da sociedade. O desequilíbrio económico e social daí decorrente fez-se sentir até há poucas décadas. Segundo Carreira (1977,1984) a composição dos grupos sociais na primeira metade do século XX era: burguesia numericamente

insignificante (1 a 2% da população total); uma camada intermédia constituída pela pequena burguesia (3 a 4%); trabalhadores rurais e outros, o “povo” (90 a 95% da população total). Portanto, no início do povoamento predominavam os europeus (poucos e na sua maioria portugueses) pertencentes à classe nobre, apoiados por moços de câmara, criados e outros servidores. Os artífices e trabalhadores braçais não constam dos registos históricos mas, com certeza, vieram para apoiar os considerados “homens de qualidade”. Ao longo dos séculos o número de europeus imigrantes livres nunca foi grande. Foi só no século XIX que a imigração europeia forçada ganhou vulto (p. e. de 1802 a 1882 foram enviados para as ilhas 2433 degredados, sendo 2352 homens e 81 mulheres). Alguns textos antigos dão conta, igualmente, do povoamento das ilhas por diferentes etnias de africanos. De todos estes contactos entre diferentes povos resultou a mestiçagem de sangue, de cultura e o instrumento de comunicação que é o crioulo. Este expandiu-se com relativa rapidez a partir das ilhas de Santiago e Fogo. Em particular, durante a transição do século XIX para o XX, impôs-se em toda a área da costa ocidental africana (do Senegal à Serra Leoa).

## **4.2. Estrutura Familiar**

Tendo em conta o processo de formação da sociedade insular e sua organização, a estrutura familiar que se foi desenvolvendo reflecte as características específicas imprimidas pela miscigenação de elementos masculinos europeus com os femininos de origem africana. O europeu, apesar de uma minoria insignificante, dominou o africano através da cultura. Em regra os europeus chegavam às ilhas sem as suas mulheres (em 1513 existiam apenas 4 mulheres solteiras). A mulher europeia não ia para África e raramente acompanhava o seu marido. Mas, mesmo com a presença da mulher, o homem da sua etnia, ligava-se a uma ou mais mulheres africanas. As uniões entre homem europeu e mulher africana tornaram-se frequentes e socialmente aceites, independentemente das funções ou cargos desempenhados pelo homem. Daí o elevado número de descendentes “bastardos” de capitães-mores, governadores, altos funcionários régios e ministros da igreja. Os padres pregavam a conveniência da regularização e legalização dessas uniões. Mas o isolamento potenciava o desenvolvimento de padrões comportamentais, de certa forma,

incompatíveis com as funções exercidas e normas da época. Os próprios ministros da igreja seguiam o comportamento dos representantes da coroa, tornando-se dessa forma povoadores (p. e. o Padre Nicolau, Cidade Velha, deixou 54 filhos). Das inúmeras uniões com as mulheres da terra, escravas ou livres, nasciam crianças apelidadas de “filho de fora”. A sociedade no seu todo, ou em grande parte, aceitava pacificamente que o homem, mesmo casado pela igreja, vivesse maritalmente com uma ou mais mulheres, quase sempre cada uma delas em casa própria. A documentação existente dá conta do comportamento típico do europeu, sendo possível reconstituir o tipo de ligações mantidas entre os extractos mais elevados e médios e as escravas. Este comportamento começou a ser imitado pelos escravos e “libertos” (daí o elevado número de crianças baptizadas em que só o nome da escrava-mãe figurava nos registos). Este padrão comportamental foi-se estabelecendo constatando-se que todos, mulatos e negros, sem olhar à posição social, imitavam o comportamento das camadas mais elevadas. A figura da “mãe-solteira” tornou-se uma realidade sociológica aceite sem qualquer sentido discriminatório. O “filho de fora” constituiu-se, igualmente, como uma verdadeira instituição.

Pode-se concluir que a estrutura familiar das ilhas se foi desenvolvendo com base na ligação do homem com a mulher escolhida, não sendo imperativo a sua legitimação através do casamento. A sociedade reconhece e aceita a situação. Assim, tornou-se habitual o homem possuir uma mulher, aquela com quem casou ou não e com a qual co-habita normalmente, e estabelecer ligações com uma ou mais mulheres. Os filhos gerados em ambos os grupos são sempre considerados seus filhos. A mulher com que co-habita aceita mais ou menos pacificamente a existência das outras mantendo mesmo, por vezes, relações amigáveis ou de cortesia. Pode-se afirmar que se foi estabelecendo uma poligamia de facto e não de direito. Cabia à mulher, além das tarefas domésticas, educar os seus filhos e os das outras mulheres, se necessário. Sabe-se que em alguns sectores da sociedade, em particular nos principais centros urbanos, o chefe de família nem sempre adoptava esse tipo de conduta.

### **4.3. Migrações Internas e Emigração**

Ao longo da história de Cabo Verde a pobreza natural das ilhas e os efeitos das secas causaram períodos de “fomes” acompanhadas de um elevado número de mortes (p. e. nas primeiras décadas do século XX morreram “à fome” mais de 82 mil pessoas). Estes períodos produziram efeitos significativos na estrutura socio-económica da sociedade e na dinâmica psicológica dos indivíduos. A situação de pobreza permanente, ausência de estruturas de base e aumento da população conduziu aos fenómenos da migração inter-ilhas e da emigração. Esta começou muito cedo através dos navios baleeiros americanos (registos dos Boletins Oficiais apontam que de 1887 a 1893 embarcaram em Cabo Verde com destino aos Estados Unidos 356 emigrantes) que chegavam ao arquipélago para apanhar cetáceos. Dados estatísticos mais precisos que permitem avaliar a emigração cabo-verdiana datam do início do século XX. Tem sido descrita como espontânea ou forçada. A primeira voluntária e livre; a segunda decorrente de períodos de ruptura do equilíbrio produção/população e em que, através de medidas legislativas ou processos administrativos, os governos incentivavam ou encaminhavam a população para outros países onde mão-de-obra abundante e barata era necessária. É o caso da emigração para São Tomé em que este tipo de mão-de-obra era necessária para o desenvolvimento da cultura do cacau e café nas roças. Este tipo de emigração foi sempre considerado pela população como uma deportação, uma condenação sem se ter cometido nenhum crime.

### **4.4. Situação actual**

O último Censo realizado em 2000 estimou a existência de 432.000 habitantes (alguns dados de 2002 apontam já para 458.030) sendo 48,1% homens, 51,9% mulheres e um crescimento anual de 2,4%. A população residente é maioritariamente feminina e jovem. Cerca de 53% tem menos de 20 anos, a faixa dos 0 aos 17 anos representa cerca de 48%, 35% tem menos de 15 anos e 18% da população encontra-se entre os 15 e os 24 anos. A supremacia feminina não se verifica em todas as faixas etárias (aos 0 anos elas são a maioria, a partir de 1 ano de idade até aos 24 predominam os homens, após os 65 anos constituem quase 60% da

população). O número de emigrantes cabo-verdianos ultrapassa a população residente. A penúria das terras e as frequentes secas têm favorecido estes fluxos migratórios. Os principais destinos são, actualmente, os Estados Unidos da América, Portugal, França, Holanda, Itália e Reino Unido. No passado Angola, Senegal e Guiné-Bissau foram, também, destinos de emigração. De ressaltar, no entanto, que se podem encontrar Cabo-verdianos em praticamente todos os países do mundo. Cabo Verde distingue-se no seio da África ao sul do Sahara pelas suas performances de crescimento e desenvolvimento humano. O Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) tem aumentado ao longo dos últimos anos (0,587 em 1990, 0,631 em 1995, 0,670 em 2002 e 0,72 em 2005). Paralelamente o Indicador de Pobreza Humana (IPH) tem baixado (28% em 1990, 24,8% em 1995, 19,1% em 2000, 17,7% em 2002 e 18,7 em 2005). Após 30 anos de independência conseguiu deixar o grupo dos países menos desenvolvidos pertencendo, já, ao grupo dos Países de Desenvolvimento Médio. Apesar dos avanços em Matéria de Desenvolvimento Humano é, ainda, um País vulnerável (instabilidade pluviométrica, poucos recursos naturais, descontinuidade territorial e dependência face ao exterior), com focos de pobreza preocupantes. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), dados relativos a 2001-2002, 37% da população é pobre (vivem com menos de 433 euros por ano) e 20% muito pobre (vivem com menos de 289 euros por ano). A pobreza afecta sobretudo a população jovem com menos de 15 anos, as mulheres e os idosos (6%). Sendo a taxa de desemprego habitual de 22% (para os pobres é de 33%), as remessas da emigração contribuem significativamente para a redução dos níveis de pobreza. Esta incide particularmente no meio rural onde cerca de 51% da população é pobre (25% na população urbana). De ressaltar que a economia cabo-verdiana é, ainda, dominada pelos serviços (comércio, transportes e serviços públicos). Possui uma fraca capacidade de exportação, sendo um país fortemente dependente do exterior em sectores fundamentais como a alimentação. A produção agrícola local só cobre cerca de 20% das necessidades de base da população.

As mulheres têm um peso considerável na sociedade cabo-verdiana devido ao papel de chefe de família que muitas delas exercem. A percentagem de famílias dirigidas por uma mulher aumentou passando de 38,3% em 1990, 40,1% em 2000 para 41% em 2002 (em alguns concelhos chegam aos 53%). Cerca de 26% das mulheres em idade reprodutiva (15 - 49 anos) vivem sozinhas com pelo menos um filho. Estima-se que 80% das crianças nascem à margem de qualquer contexto

conjugal. A instabilidade e infidelidade conjugais são significativas, bem como o número de crianças que nascem como consequência de diferentes relacionamentos e sem que ocorra uma continuidade efectiva da relação (esta situação é válida para homens e mulheres). Esta realidade traduz-se numa figura típica denominada “*pai-de-filho*” e “*mãe-de-filho*”. Neste sentido muitas crianças crescem em agregados familiares em que as funções parentais são inadequadamente cumpridas. Verifica-se um predomínio das uniões de facto em detrimento do casamento formal. A análise efectuada no último censo sobre o estado civil incidiu sobre a população com idade superior ou igual a 12 anos (cerca de 319787 indivíduos). Constatou-se que a população cabo-verdiana é maioritariamente solteira (57%). Dos que alguma vez viveram em união de facto, 27% encontra-se a viver de novo e 10% são casados legalmente (neste grupo é de referir a existência de “filhos de fora”, apesar de não existirem dados oficiais sobre a sua incidência). Verifica-se que os pobres preferem a união de facto (24%) ao casamento legal (8%), sendo 62% solteiros. A maioria dos que se casam têm níveis mais elevados de instrução, melhor emprego e remuneração.

Tanto a Constituição como a Lei de Bases sobre a Saúde garantem o direito à Saúde a todos os cidadãos cabo-verdianos, independentemente da sua condição socio-económica, sendo uma das prioridades da política nacional de saúde a implementação de um sistema operacional de cuidados primários de saúde. As ofertas ao nível do sector público são: 2 hospitais centrais (Praia e Mindelo), 3 regionais, 2 centros de saúde reprodutiva de referência (Praia e Mindelo), 3 centros de saúde reprodutiva, 18 centros de saúde (com valência de saúde reprodutiva), 20 postos de saúde e 100 unidades sanitárias de base. Nas cidades da Praia e Mindelo existem, igualmente, estruturas de saúde privadas.

No que concerne à saúde materna 53% dos partos são assistidos por profissionais de saúde, embora as parteiras populares legais ainda intervenham em cerca de 35% das situações. Em meio urbano predominam os partos hospitalares, contrastando com a situação em meio rural (82% e 36% respectivamente). Os últimos dados revelam uma média de consultas pré-natais de 4,2% a nível nacional sendo 4,8% em meio urbano e 3,8% em meio rural. Verifica-se que 45% das gravidezes são vigiadas durante o primeiro trimestre e 32% só no segundo trimestre. As políticas desenvolvidas no quadro da promoção da saúde sexual e reprodutiva visam, essencialmente, melhorar a saúde da mãe e reduzir a taxa de mortalidade materna (baixa em comparação com a dos restantes países da África Subsariana;

7,6% em 2002). A redução da mortalidade infantil (42% no período 1988-1993; 32,5% em 2000) é outra prioridade.

Relativamente à fecundidade alguns resultados foram já alcançados durante os últimos anos, tendo-se verificado uma tendência para baixar (o Índice Sintético de Fecundidade, ISF, passou de 6 para 4 crianças por mulher entre 1980 e 2000, a Taxa Bruta de Natalidade é de 29,3% e a idade média de procriação de 29,2 anos). A taxa de fecundidade nas jovens entre os 15 e os 19 anos (1998) é ainda muito elevada tendo sido estimada em 84% em meio urbano e 116% em meio rural. Os últimos dados referem que 12,5% dos recém-nascidos vivos provêm de jovens com menos de 20 anos, sendo metade destas gravidezes não desejadas. Neste grupo etário 17,5% das jovens já estiveram grávidas pelo menos uma vez. As idades médias das primeiras relações sexuais são 16,3 para as raparigas e 15,3 para os rapazes. A utilização de contraceptivos aquando destas primeiras relações no grupo dos 15 aos 24 anos é diminuta: 18% nas raparigas e 13% nos rapazes (dados do Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, 1998; INE).

O Programa do Governo para 2001-2005 assumiu a reorganização e revitalização dos programas de Saúde Pública de forma a torná-los mais eficazes, dando prioridade ao Programa Nacional de Saúde Reprodutiva (2002). Neste preconiza-se: melhoria do acesso dos jovens e adolescentes aos serviços de saúde reprodutiva; avançar com uma estratégia de Informação, Educação e Comunicação em Saúde Reprodutiva (IEC/SR) adequada às necessidades reais da população e em harmonia com as prioridades nacionais; reforço das capacidades das comunidades e das ONG's na promoção da Saúde Reprodutiva; promoção de um maior envolvimento dos homens na partilha das responsabilidades e na tomada de decisões. A FNUAP, UNICEF e OMS foram fundamentais no equacionar destas questões e na sua integração nos serviços nacionais (nomeadamente nos centros de saúde reprodutiva). No entanto, não existem ainda estudos apropriados relativos à problemática da sexualidade dos jovens cabo-verdianos. Esta carência limita o desenvolvimento de medidas de prevenção adequadas.

A prevalência contraceptiva aumentou de 38,5% em 1999 para 45% em 2001, constatando-se também um aumento ao nível da utilização do preservativo masculino (6,6% em 1999 para 7,4% em 2001). No entanto o número de casos de SIDA tem aumentado. O primeiro caso declarado em Cabo Verde foi em 1986. A incidência de casos notificados aumentou continuamente tendo passado de 0,6 por 10.000 em 1996

para 1,8 por 10.000 em 2000. Os dados de 2002 revelam um total de 74 novos casos. De referir que a via de transmissão é sobretudo sexual (90% de todos os casos notificados). A transmissão vertical representa 7,3% e a devido a utilização de drogas 1,9%. Quanto ao sexo, os homens são os mais atingidos sendo em 2000 o rácio homem/mulher de 1,13 (399/353). O tipo de vírus predominante é o VIH1, embora apareçam cada vez mais casos de VIH2 notificados (em 2002 64,9% eram VIH1, 29,1% VIH2 e 6% VIH1+2). Adoptando uma margem de erro de 5% o Plano Estratégico Nacional de Luta Contra a SIDA-2002/2006 (PNLS) estima que a taxa bruta de prevalência do vírus nas idades entre os 15 e 49 anos se situa entre os 1,1% e 1,7%. Para o grupo dos 15 aos 24 anos esta era de 0,6% em 2002. A taxa de mortalidade em 2003 foi de 1,1 por 10.000. O grupo mais afectado tem sido o dos 15-49 anos apresentando uma taxa específica de prevalência de 6,8 por 10.000. Têm sido apontados diferentes factores de risco e vulnerabilidade. Os casos de IST (sem ser o VIH/SIDA) são motivo de preocupação. Os municípios da Praia e São Vicente são os mais atingidos. No grupo dos adultos jovens de ambos os sexos estas doenças representam uma das principais causas de morbilidade. No entanto, a ausência de dados fiáveis não permite avaliar o seu real impacto sobre a situação sanitária do país.

A redução da pobreza e suas consequências é o grande desafio da sociedade cabo-verdiana. A educação é um eixo fundamental nesse processo. De referir que a educação básica (o denominado Ensino Básico Integrado tem a duração de 6 anos, dividindo-se em três fases) cobre já toda a população. Entre os anos lectivos 90/91 e 98/99 o número de alunos passou de 69.821 para 92.033. A evolução da taxa líquida de escolarização progrediu de 73% em 1999 para 96% em 2000. No que concerne a repartição por género, verifica-se que o acesso das raparigas ao sistema escolar é idêntico ao dos rapazes. Relativamente à taxa de alfabetização constata-se um importante aumento durante os últimos anos passando de 63% em 1996 para 75% em 2000. Mas o analfabetismo continua muito elevado sendo 33% nas mulheres e 17% nos homens. A taxa de alfabetização no grupo dos 15 aos 24 anos apresenta uma evolução positiva (88% em 1990 e 95% em 2000). Os dados do recenseamento de 2000 sobre a alfabetização revela um aspecto novo. Pela primeira vez, no grupo dos 15 aos 24 anos, o analfabetismo é sobretudo masculino. No ensino secundário a taxa média de crescimento anual dos efectivos é de 18%, dos professores 20% e das infra-estruturas escolares 18%. De referir que este nível se estende do 7º ao 12º ano de

Escolaridade, dividido por três ciclos de dois anos cada. O número de alunos inscritos no secundário no ano lectivo 1999/2000 era de 42.973, sendo 51% do sexo feminino. As taxas de escolarização bruta e líquida situam-se em torno dos 65% e 52% respectivamente. A taxa de repetição é de 10%. O já existente Ensino Superior abrange diversas áreas de formação, destacando-se: a formação de professores do ensino secundário para as diferentes disciplinas leccionadas; engenharia; biologia; psicologia; sociologia; contabilidade. As escolas existentes repartem-se pelo ensino público e privado (nacional e internacional). O ensino médio está representado ao nível da formação de professores do Ensino Básico Integrado e Enfermagem. Está em processo de instalação a Universidade Pública de Cabo Verde que irá agregar as instituições já existentes e que coexistirá com as de cariz particular. O investimento na Educação tem sido uma das maiores apostas desde a independência.

O programa do governo na actual legislatura elege a juventude como uma das grandes prioridades de governação. O seu grande objectivo prende-se com a definição e a implementação de uma política nacional que visa a materialização dos direitos garantidos pela Constituição da República (Art. 74º).

Após esta síntese a nível nacional, apresenta-se alguns dados relevantes sobre a ilha de S. Vicente:

É uma ilha com 227km<sup>2</sup>, sendo a terceira mais pequena do arquipélago. É bastante seca, apenas com uma ligeira precipitação nos meses de Agosto a Setembro. Em termos alimentares depende da produção agrícola das vizinhas ilhas de Santo Antão e São Nicolau e da importação de produtos de Portugal, Brasil e Holanda. Esta ilha desenvolveu-se, sobretudo, devido à actividade comercial e portuária da cidade do Mindelo onde se concentra cerca de 75% da população da ilha. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2003) a população total é de 67.163 habitantes sendo a população urbana 62.497 e a rural 4.174. A população feminina é de 33.851 e a masculina 32.820, o número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e 17 anos é de 28.669 e a população com mais de 60 anos corresponde a 5.760. O número de agregados familiares é de 15.639, sendo o número médio de pessoas por agregado 4 (5 a nível nacional). A idade média de procriação é de 27,9 anos, a taxa bruta de natalidade de 22,3% e o ISF 2,62%. Sendo o segundo pólo de desenvolvimento do país possui: um Hospital Central, um Centro de Saúde Reprodutiva de Referência e três Centros de Saúde que incorporam a valência de

Saúde Reprodutiva. Detém, também, 2 Centros de Jovens (um dependente do Ministério da Educação e outro da Câmara Municipal). Na área da Educação, e relativamente ao Ensino Básico Integrado (EBI), existem 26 pólos e um total de 11.553 alunos (últimos dados disponibilizados relativos ao ano lectivo 01/02). No que concerne ao Ensino Secundário possui 5 escolas, 4 delas ministrando do 7º ao 12º ano (a Escola Salesiana apenas atende até ao 10º ano). No ano lectivo 01/02 o número de efectivos foi de 8.206. Mais concretamente os dados disponibilizados referem que 54,8% da população com mais de 4 anos possui o EBI e que 24,2% completam o Ensino Secundário. A taxa de analfabetismo em indivíduos com mais de 15 anos é 19,0% (25,2% a nível nacional). Em termos do Ensino Superior possui 5 estabelecimentos de ensino (2 estatais e 3 privados) e 2 de formação média (formação de professores do EBI e escola de enfermagem). A taxa de desemprego é de 23,3%, sendo 19,6% na população masculina e 27,7% na feminina.

## Método

---

### 1. Delineamento do estudo

Uma intervenção mais eficaz ao nível da família pressupõe possuir informação adequada relativamente à população em causa. Não existem, em Cabo Verde, estudos sobre a conjugalidade e parentalidade. Urge, assim, iniciar um processo de recolha sistemática e científica de informação. Daí, o carácter exploratório deste estudo que constitui uma primeira abordagem destas questões. A aquisição de conhecimento nesta área e a avaliação da pertinência dos dados obtidos é um dos principais objectivos.

Do ponto de vista metodológico o estudo tem um carácter exploratório sendo, num primeiro momento, descritivo e, num segundo, comparativo. Descritivo porque se pretendeu descrever as crenças face à conjugalidade e parentalidade que os jovens e adultos cabo-verdianos da Ilha de São Vicente possuem acerca da sociedade cabo-verdiana. Comparativo porque procurou comparar as crenças em função do sexo, idade, habilitações literárias, profissão, estado civil, ter ou não filhos, religião e entre os grupos de sujeitos nascidos após e antes da independência (15-35 anos vs  $\geq$  45 anos).

Desta forma, as questões de investigação foram:

- Quais são as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente?
- Como diferem as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente em função do sexo?
- Como diferem as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente em função da idade?
- Como diferem as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente em função das habilitações literárias?

- Como diferem as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente em função da profissão?
- Como diferem as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente em função do estado civil?
- Como diferem as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente em função do ter ou não ter filhos?
- Como diferem as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente em função da religião?
- Como diferem as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade dos jovens e adultos cabo-verdianos residentes na Ilha de São Vicente em função de dois grupos etários (dos 15 aos 35 anos e  $\geq$  a 45 anos)?

#### **Definição das variáveis:**

- **Variáveis independentes (natureza da variável)**

- Sexo (Escala Nominal)
- Idade (Escala de Rácio)
- Habilitações Literárias (Escala Ordinal)
- Profissão (Escala Nominal)
- Estado Civil (Escala Nominal)
- Ter filhos (Escala de Rácio)
- Religião (Escala Nominal)
- Ter nascido antes ou após a independência (15-35 anos vs.  $\geq$  45 anos) (Escala Nominal)

- **Variáveis dependentes (Natureza da Variável)**

- Crenças face à conjugalidade e parentalidade (Escala Ordinal) (definidas operacionalmente na secção do instrumento).

## 2. Participantes

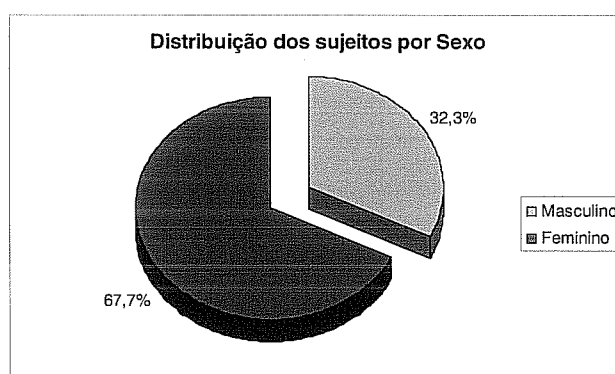
Este estudo teve por base uma amostra não probabilística, de conveniência, constituída por 371 sujeitos residentes na Ilha de São Vicente, Cabo Verde. Foram considerados válidos para a amostra todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos e de ambos os sexos que, após terem sido elucidados acerca do propósito do estudo, acederam em colaborar. Pretendeu-se que todas as dimensões sociais expressas através das variáveis independentes estivessem representadas.

### 2.1. Caracterização da amostra

Em seguida descrevem-se algumas das principais características da amostra nomeadamente, sexo, idade, habilitações literárias, profissão, estado civil, existência ou não de filhos, religião e faixa etária. De forma a ilustrar a análise efectuada, apresentam-se gráficos e/ou tabelas contendo informação quantitativa relevante.

#### a) Sexo

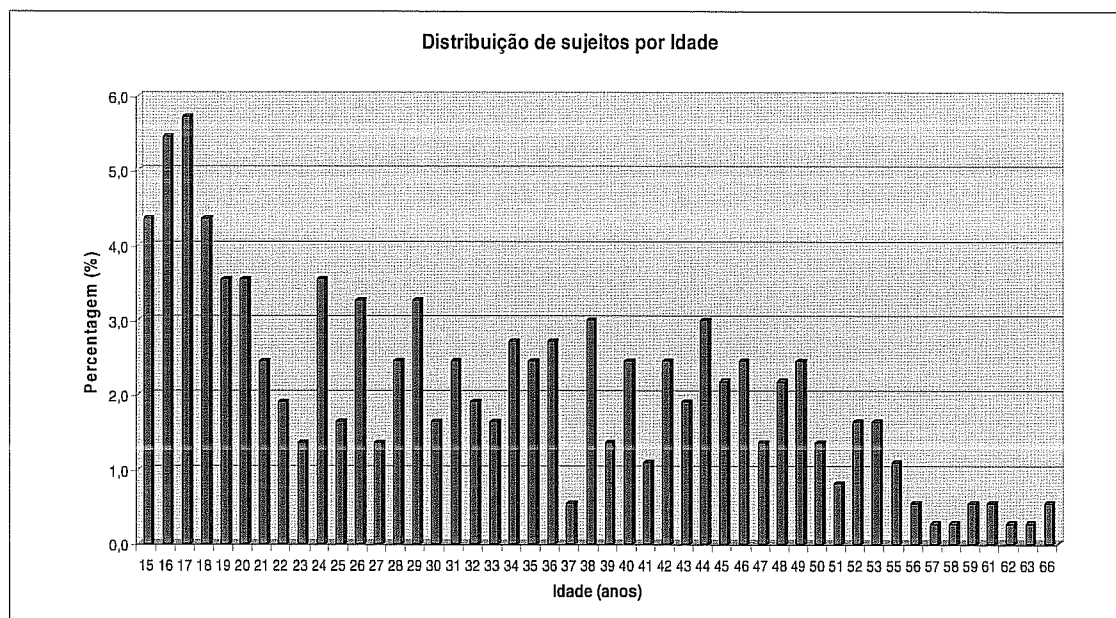
Como se pode constatar no gráfico, verifica-se um predomínio de sujeitos do sexo feminino.



*Gráfico 1 – Distribuição dos sujeitos por sexo*

#### b) Idade

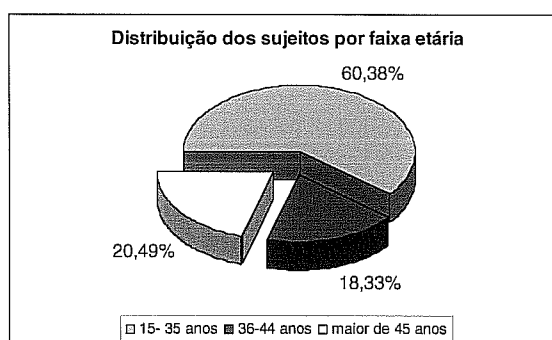
No que concerne à variável idade os sujeitos constituintes da amostra distribuem-se pelo intervalo 15-66 anos, sendo a média de 32 anos. O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos participantes em percentagem pelas idades do intervalo referido.



**Gráfico 2 – Distribuição dos sujeitos por idade**

Da análise do gráfico constata-se que a idade que apresenta maior número de inquiridos é 17 anos, seguida das idades mais próximas de 16, 15 e 18. Note-se que, devido à extensão do intervalo em questão, as percentagens por idades são reduzidas.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição de indivíduos por três faixas etárias. Para facilitar os cálculos na análise das variáveis independentes utiliza-se esta categorização e a com duas faixas etárias (15-35 anos vs  $\geq 45$  anos, ou seja, ter nascido após ou antes da independência).

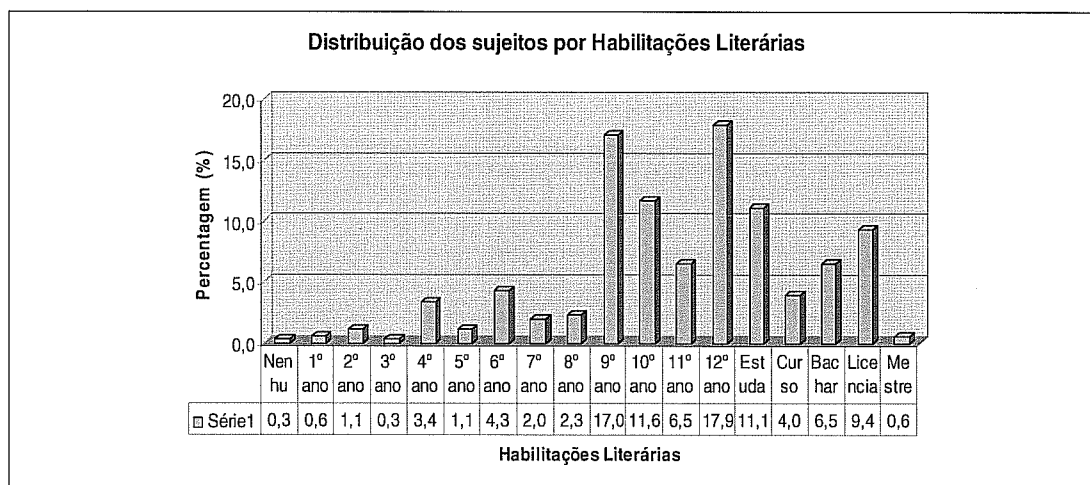


**Gráfico 3 – Distribuição dos sujeitos por faixa etária**

### c) Habilitações Literárias

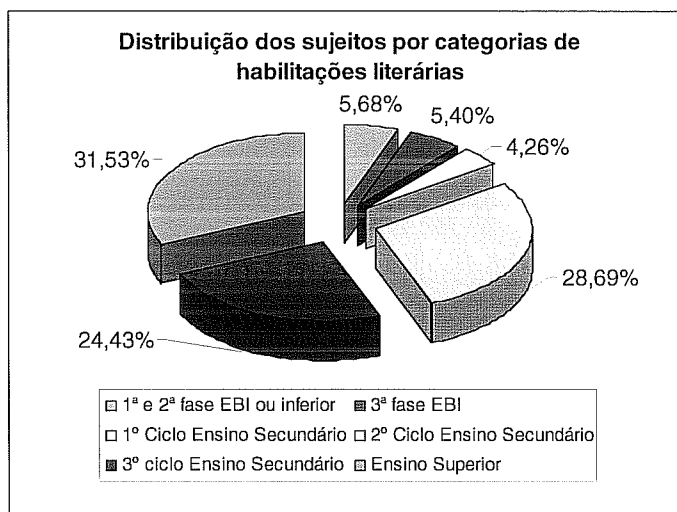
Através da análise do gráfico constata-se que a maioria dos sujeitos apresenta um nível de escolaridade superior ou igual ao 9º ano, sendo que o nível “12º ano” é o que apresenta maior número de sujeitos.

A esta questão não responderam 19 indivíduos (5,1% dos inquiridos). O histograma apresenta as percentagens relativas ao grupo dos indivíduos que responderam.



**Gráfico 4 – Distribuição dos sujeitos por habilitações literárias**

No questionário original deixou-se um espaço em branco para que o sujeito colocasse as suas habilitações literárias. Aquando do tratamento dos dados foi feita uma lista das habilitações presentes na amostra. De forma a facilitar a análise dos dados procedeu-se, então, a uma categorização das habilitações literárias existentes de acordo com a estrutura do sistema de ensino cabo-verdiano. Estas categorias passaram a funcionar como variáveis independentes, todos os cálculos posteriores foram efectuados com base nesta categorização. As categorias definidas e a distribuição dos sujeitos pelas mesmas constam do gráfico seguinte.



**Gráfico 5 – Distribuição dos sujeitos por categorias de habilitações literárias**

Como se pode constatar verifica-se uma predominância de sujeitos da categoria “Ensino Superior”, seguindo-se as categorias referentes ao “2º” e “3º Ciclo do Ensino Secundário”.

#### **d) Profissão**

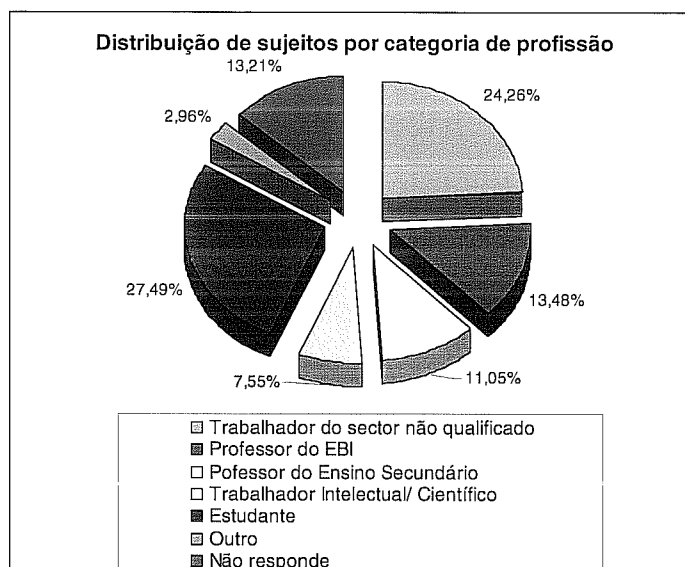
Para esta variável o procedimento foi idêntico ao já descrito relativamente à variável habilitações literárias. De salientar que a classificação das profissões em Cabo Verde não coincide com a portuguesa ou de outro país do espaço europeu. Devido ao alargado leque de profissões referenciado, o valor da distribuição dos sujeitos por cada uma delas é baixo.

**Tabela 1 – Distribuição dos sujeitos por profissão**

	Profissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
<b>Válido</b>	Empregada doméstica	19	5,1	5,9
	Trabalhador do sector de construção civil	5	1,3	1,6
	Trabalhador do sector de serviços e comércio	19	5,1	5,9
	Operário	1	0,3	0,3
	Monitor de Jardim-de-infância	8	2,2	2,5
	Professor do EBI	50	13,5	15,5

	Professor do Ensino Secundário	41	11,1	12,7
	Professor do Ensino Superior	3	0,8	0,9
	Auxiliar de Saúde	2	0,5	0,6
	Enfermeira	6	1,6	1,9
	Técnico Superior do Sector da Saúde	1	0,3	0,3
	Engenheiro	5	1,3	1,6
	Médico	5	1,3	1,6
	Advogado	1	0,3	0,3
	Empresário	1	0,3	0,3
	Trabalhador de Serviços Administrativos	23	6,2	7,1
	Assistente Social	1	0,3	0,3
	Jornalista	1	0,3	0,3
	Conductor/Operador veículos/equipamentos	5	1,3	1,6
	Técnico de Nível Intermédio	1	0,3	0,3
	Artista	1	0,3	0,3
	Outros do sector não qualificado	8	2,2	2,5
	Outros do sector intermédio	2	0,5	0,6
	Outros do sector das profissões intelectuais e científicas	4	1,1	1,2
	Militar/Polícia	1	0,3	0,3
	Nenhuma	4	1,1	1,2
	Estudante	101	27,2	31,4
	Técnico Intermédio	2	0,5	0,6
	Trabalhador/Estudante	1	0,3	0,3
	<b>Total Válidos</b>	322	86,8	100,0
<b>Em falta</b>	<b>Não Responde</b>	49	13,2	
<b>Total</b>		371	100,0	

Como se pode constatar da análise da tabela algumas profissões destacam-se apresentando valores mais elevados, são elas: Estudante (31,4%), Professor do EBI (15,5%) e Professor do Ensino Secundário (12,7%). Ou seja, a moda é a classe “Estudante”. Devido ao facto de existir um grande número de profissões/categorias de profissões, decidiu-se aglomerá-las de forma a simplificar a análise. O gráfico a seguir ilustra essa nova categorização.

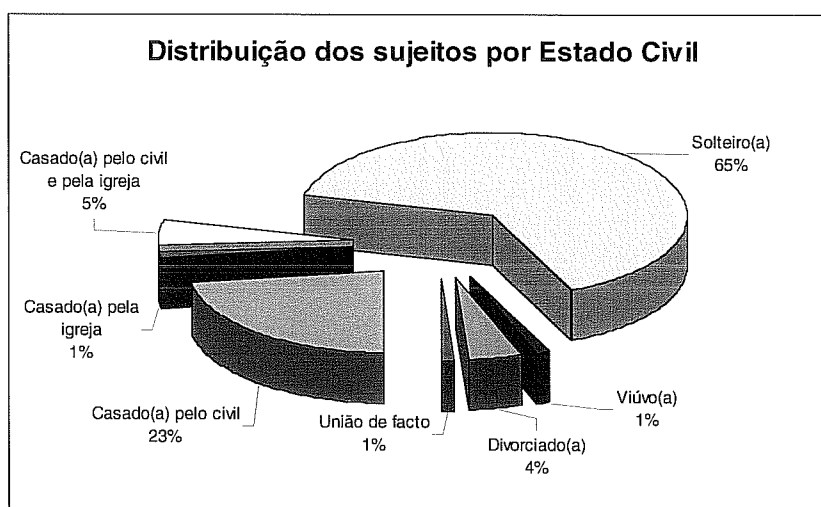


**Gráfico 6 – Distribuição dos sujeitos por categorias de profissão**

Na análise por categoria verifica-se que o grupo mais representado é o de “Estudante”, seguindo-se o dos “Trabalhadores do Sector não qualificado”. As categorias relativas a “Professor” são também significativas.

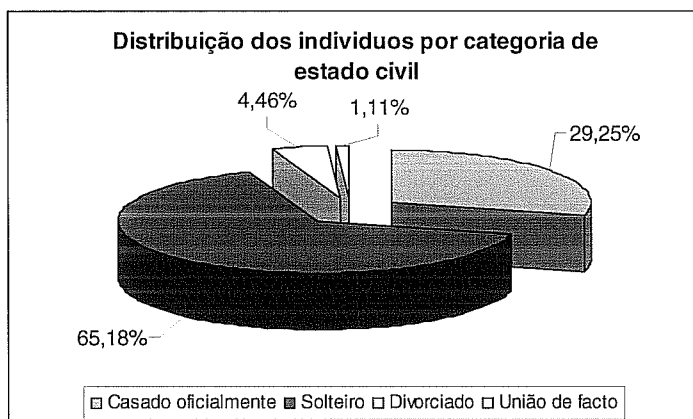
### e) Estado Civil

A esta questão não responderam 4 indivíduos. Nos gráficos seguintes, todas as percentagens são relativas ao grupo dos indivíduos que responderam.



**Gráfico 7 – Distribuição dos sujeitos por estado civil**

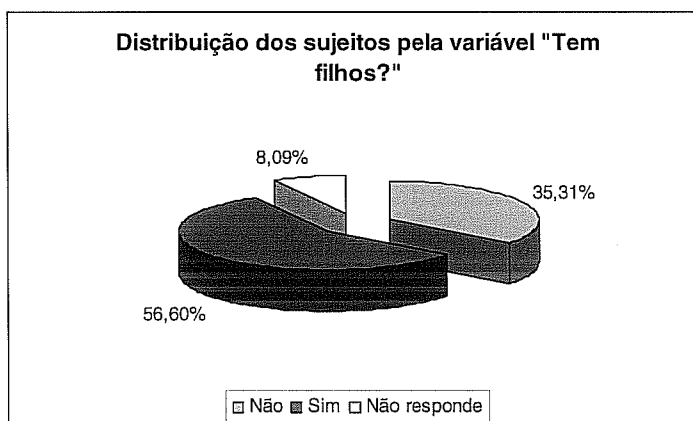
Mais uma vez, de forma a facilitar a análise, foram consideradas categorias que englobam vários estados civis existentes. Consta-se que a categoria predominante é “Solteiro” (moda) seguida da “Casado”.



*Gráfico 8 – Distribuição dos sujeitos por categorias de estado civil*

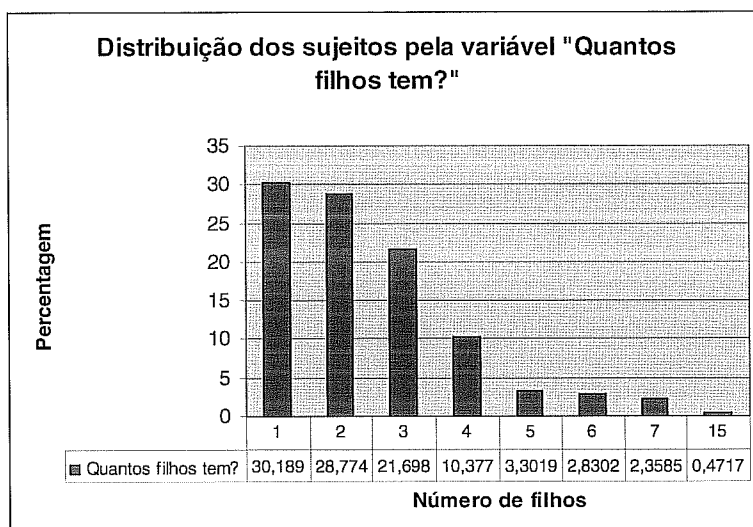
#### f) “Tem filhos?”

Como se pode constatar pelo gráfico, na amostra estudada, predominam sujeitos que têm filhos.



*Gráfico 9 – Distribuição dos sujeitos na variável “Tem filhos?”*

A título ilustrativo, e de forma a complementar a informação da variável anterior, considerou-se também a distribuição dos indivíduos pela variável “Quantos filhos tem?”. No entanto, esta não pertence ao grupo das variáveis independentes nem será futuramente utilizada.

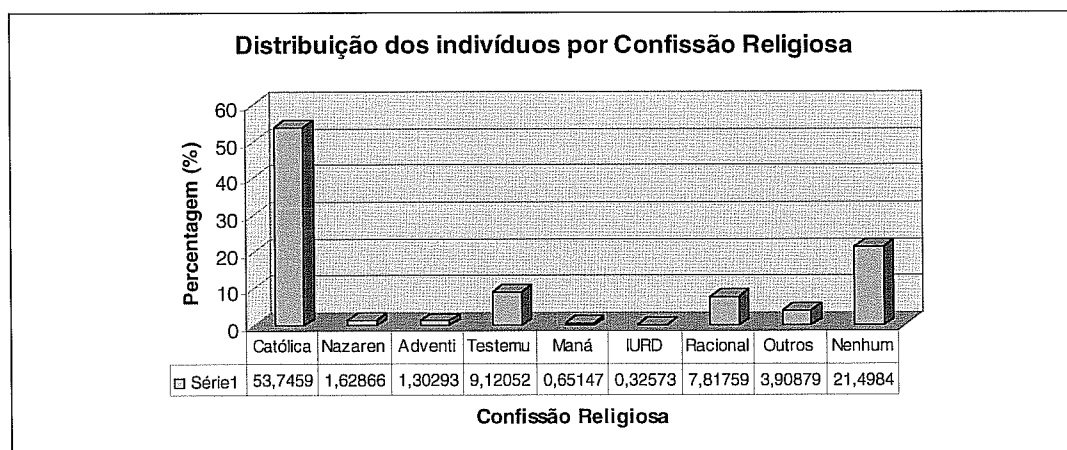


*Gráfico 10 – Distribuição dos sujeitos na variável “Quantos filhos tem?”*

Como se pode constatar pela análise do gráfico a maioria dos sujeitos tem de 1 a 3 filhos.

### **g) Religião**

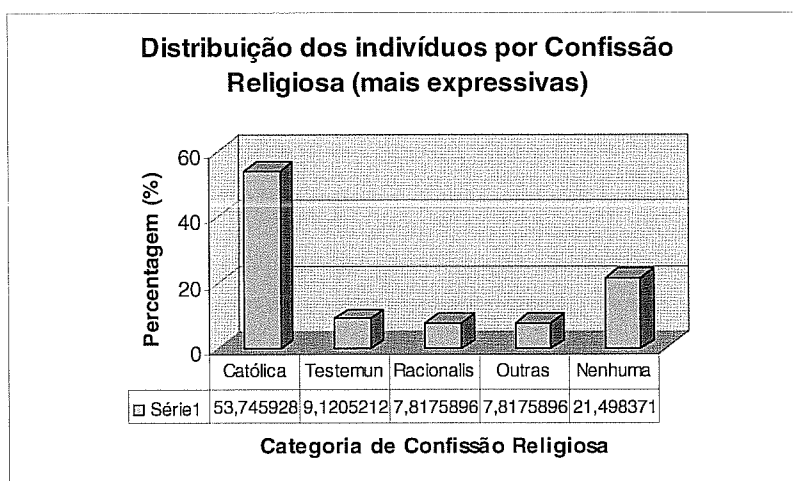
Em relação a esta variável foi considerado para efeitos de análise não só a “Confissão Religiosa” mas, igualmente, o ser “Praticante” ou não. Assumiu-se ser importante avaliar potenciais diferenças relacionadas com este item.



*Gráfico 11 – Distribuição dos sujeitos na variável “Confissão Religiosa”*

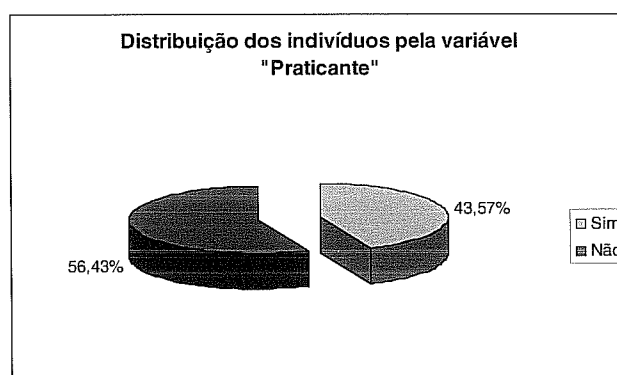
Pela análise do gráfico verifica-se que, na amostra, predominam indivíduos pertencentes à “Religião Católica”. Em segundo lugar situa-se o grupo dos que

afirmam não seguir nenhuma confissão. Relativamente às outras confissões consideradas destaca-se as “Testemunhas de Jeová”. De forma a facilitar a análise considerou-se, posteriormente, para efeitos de análise apenas as confissões com maior expressividade.



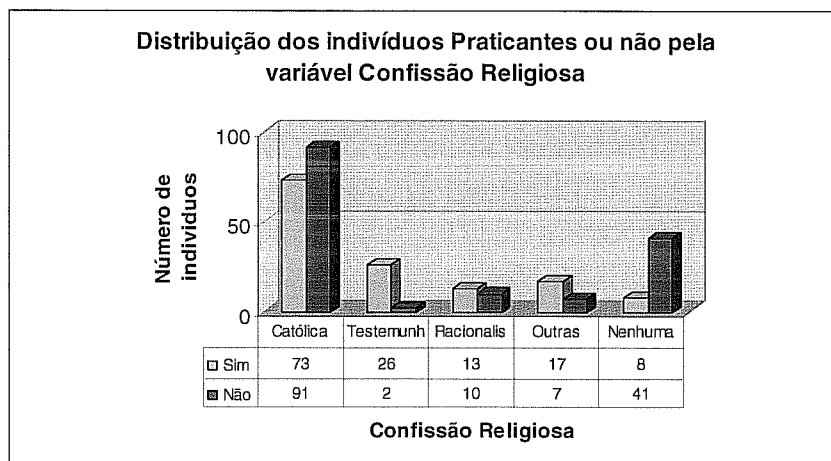
**Gráfico 12 – Distribuição dos sujeitos na variável “Confissão Religiosa” (mais expressivas).**

Relativamente à variável “Praticante” constatou-se que predominam os sujeitos que afirmam não ser praticantes.



**Gráfico 13 – Distribuição dos sujeitos na variável “Praticante”**

É no grupo dos “Católicos” que se verifica um maior número de indivíduos que afirmam não ser praticantes. Pelo contrário, nas “Testemunhas de Jeová” predominam o ser “Praticante”.



*Gráfico 14 – Distribuição dos sujeitos na variável “Praticante” por Confissão Religiosa*

### 3. Instrumentos

O instrumento utilizado na investigação trata-se de um protocolo constituído por duas partes (Anexo 1):

A) Questionário Sócio-Demográfico através do qual se pretendeu avaliar a amostra quanto às seguintes variáveis: sexo, idade, habilitações literárias, profissão, estado civil, composição do agregado familiar actual e do agregado de proveniência, religião (confissão religiosa, crente, praticante), posicionamento face às mudanças resultantes da independência.

B) Questionário de Crenças face à Conjugalidade e Parentalidade constituído por 41 itens, de autopreenchimento, tipo Likert, com 5 pontos, elaborado de forma a operacionalizar o conceito de *crença* em algumas dimensões. Dado o carácter exploratório deste estudo e a não existência de instrumentos concebidos para a avaliação da população em causa, optou-se pela construção de um instrumento. Na sua elaboração a vivência pessoal e actividade profissional desenvolvida nesta sociedade nas áreas da Saúde e Educação, bem como a revisão de literatura efectuada, foram decisivas. É uma versão culturalmente delineada, espelhando algumas situações características da vivência quotidiana de um habitante da ilha de São Vicente e de Cabo Verde. Utilizou-se, inclusivamente, expressões tipicamente cabo-verdianas (p. e. “enforçar”, “vão disfarçando”, “paternidade irresponsável”, “mãe de filho”, “riqueza”, “Deus tem”, “à vontade”, “desenrascar-se”). As dimensões concebidas foram:

- **Face à conjugalidade:**
  - **Formalização da relação conjugal** (itens 1 a 8) em que se pretendeu avaliar a vivência da conjugalidade no sentido da valorização ou não da sua legalização.
  - **Fidelidade** (itens 9, 10, 12 e 13) em que se pretendeu obter informação acerca da vivência da relação conjugal, mais particularmente, valorização e vivência da fidelidade.
  - **Estrutura familiar** (itens 20, 24, 25, 26, 27) em que se pretendeu averiguar as características da estrutura familiar da comunidade em estudo.

- **Divisão de tarefas e poder** (itens 19, 21 e 22) pretendeu-se avaliar o posicionamento dos participantes face a situações que remetem para o dia-a-dia da família, bem como as suas características em termos de poder.
- **Condicionantes da Conjugalidade** (itens 35, 37 e 41) pretendeu-se avaliar o posicionamento dos participantes face à emigração e pobreza. Face à emigração e pobreza aspectos muito presentes nesta sociedade.
- **Face à parentalidade:**
  - **Responsabilidade parental** (itens 14 a 16) em que se pretendeu avaliar o posicionamento dos participantes em relação às responsabilidades inerentes ao exercer da parentalidade. Na sociedade cabo-verdiana esta questão tem sido muito discutida e trabalhada (desenvolvimento e implementação de vários projectos por diferentes ministérios).
  - **Valor atribuído à parentalidade** (itens 11,17, 18, 28, 29, 39 e 40) pretendeu-se obter informação que permita compreender mais adequadamente porque é que, numa sociedade tão pobre, os indivíduos continuam a ter um número de filhos não compatível com as suas características económicas.
  - **Estratégias educativas** (itens 30 e 31) pretendeu-se obter informação face à forma como as crianças são educadas.
  - **Organização familiar** (itens 32 e 34) pretendeu-se avaliar a forma como as famílias se organizam, bem como o papel atribuído às crianças.
  - **Condicionantes da parentalidade** (itens 33, 36 e 38) pretendeu-se avaliar o posicionamento dos sujeitos face ao afecto dispensado à criança e situações potencialmente condicionadoras de uma relação afectiva mais próxima.
- Os itens 11, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 39 e 40 remetem, simultaneamente, para os domínios da Conjugalidade e da Parentalidade.

O formato dos itens só permitia uma alternativa de resposta, tendo o sujeito que se posicionar numa escala de Likert de 5 pontos. O tipo de respostas possíveis era: Concordo Completamente (CC), Concordo (C), Nem concordo nem discordo (NCND), Discordo (D) e Discordo Completamente (DC). A chave da cotação foi 1

para CC, 2 para C, 3 para NCND, 4 para D e 5 para DC. Esta chave foi apenas utilizada para efeito de cálculo, não atribuindo peso avaliativo às respostas.

### 3.1. Estudo das propriedades psicométricas do questionário

A análise das propriedades psicométricas do Questionário de Crenças (B) incidiu essencialmente sobre a fidelidade e a validade. Para o estudo da validade foi conduzida uma análise factorial. Os factores foram extraídos pelo método componentes principais e o método de rotação escolhido foi o Varimax (KMO=0,783 e Teste de Esfericidade de Bartlett: valor- $p < 0,05$ , rejeita-se a hipótese de que as variáveis não estão significativamente correlacionadas entre si). Pelo critério de Kaiser o número de factores extraídos foi 11. Estes explicam 60,88% da variabilidade dos dados. Os três primeiros explicam 20,9% da variância. Os factores extraídos contribuem para explicar, na maioria dos casos, mais de metade da variância de cada variável. Nas variáveis pb10, pb11, pb20 e pb31 a variância explicada é inferior a 0,5 mas superior a 0,4. Estes valores são bons indicadores da adequabilidade dos factores extraídos. Desta forma, foi obtida uma solução com 34 itens, tendo-se retirado sucessivamente os que saturavam em menos de 0,4 em qualquer factor extraído. Os itens 9, 16, 17, 19, 30, 33 e 34 foram retirados. A distribuição dos itens por factor é a seguinte: factor 1, itens 10, 20, 21, 22 e 23; factor 2, itens 11, 18, 39 e 40; factor 3, itens 24, 25, 26 e 27; factor 4, itens 1, 2 e 3; factor 5, itens 28, 29, 31 e 32; factor 6, itens 4, 5 e 6; factor 7, itens 7 e 8; factor 8, itens 14 e 15; factor 9, itens 35 e 36; factor 10, itens 37 e 38; factor 11, itens 12 e 13.

De seguida apresenta-se o quadro com os valores relativos a cada um dos factores (Anexo A).

*Tabela 2 - Matriz da rotação de factores*

Rotated Component Matrix(a)

	Component										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
pb1				0,76							
pb2				0,76							
pb3				0,67							
pb4						0,7					
pb5						0,64					
pb6						0,64					

pb7							0,79			
pb8							0,82			
pb10	0,43									
pb11		0,48								
pb12										-0,55
pb13										0,692
pb14							0,7			
pb15							0,62			
pb18		0,53								
pb20	0,54									
pb21	0,73									
pb22	0,74									
pb23	0,64									
pb24	0,5		0,44							
pb25			0,74							
pb26			0,79							
pb27			0,55							
pb28					0,64					
pb29					0,7					
pb31					0,42					
pb32					0,67					
pb35								0,74		
pb36								0,78		
pb37									0,82	
pb38									0,79	
pb39		0,7								
pb40		0,7								
pb41								0,49		

Extraction Method: Principal Component Analysis.  
 Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.  
 a. Rotation converged in 12 iterations.

A interpretação dos factores permite concluir que:

- O primeiro aponta no sentido de que as pessoas que mais concordam que os homens têm várias mulheres (pb10), tendem a concordar também que as famílias são constituídas pela mãe e filhos de vários parceiros (pb20), que os homens não participam nas tarefas domésticas (quando vivem em conjunto com a mãe do(s) filho(s) (pb21), passam o tempo livre na rua com os amigos (pb22)) e que as relações entre homens e mulheres são pouco estáveis (pb23). Este factor corresponde a um eixo de **“Envolvimento e estabilidade na relação conjugal”**.
- O segundo evidencia que as pessoas que mais concordam que na sociedade cabo-verdiana muitas mulheres têm filhos com vários homens porque dependem economicamente deles (pb11), tendem também a concordar que para o homem o número de filhos é sinal de masculinidade (pb18), para as jovens ter filhos significa já ser mulher e ter posição diferente na sociedade (pb39) e para os

jovens ter filhos é também sinal de masculinidade (pb40). Este factor é interpretado como associado à **“Importância da parentalidade (“económica” e de afirmação)”**.

- O terceiro agrega variáveis relativas à estrutura familiar: as pessoas que mais concordam que é com a mãe, avó ou outros parentes que vivem muitas jovens mulheres e seu filhos (pb24), tendem também a concordar que estas mantêm um relacionamento afectivo com o seu “pai de filho” mas nunca vão viver juntos (pb25), que muitos homens vivem com a família de origem mantendo uma relação afectiva com a “mãe de filho” (pb26) e que alguns homens têm uma “mãe de filho” e filhos já crescidos mas continuam a viver sozinhos (pb27). Factor denominado de **“Coabitação com família de origem e manutenção de relação afectiva com o pai/mãe de filho”**.
- O quarto evidencia que as pessoas que mais concordam que em Cabo Verde a maioria das pessoas não se casa (civil ou igreja) (pb1) tendem também em concordar que a maioria vive junto durante muitos anos sem legalizarem a sua situação (união de facto) (pb2) têm filhos e constroem um património mas não legalizam a situação (pb3). Este factor é denominado de **“Legalização da relação conjugal”**.
- O quinto aponta no sentido de as pessoas que mais concordam que em Cabo Verde os filhos são considerados “riqueza” (pb28) tendem também em concordar que quando nasce uma criança, e mesmo que os pais tenham muitas dificuldades económicas, diz-se que “Deus tem” (pb29), que os castigos corporais ainda são a principal maneira de educar as crianças (pb31) e que as crianças desde muito cedo têm que começar a “desenrascar-se”. Este factor corresponde a um eixo de **“Valor “cultural” da parentalidade e estratégias educativas”**.
- O sexto agrega variáveis relativas à formalização da relação conjugal: as pessoas que mais concordam que o casamento é “enforçar”, uma “prisão” (pb4), tendem também a concordar que a união de facto permite uma maior liberdade (poder mudar de parceiro frequentemente; não ter “obrigações”) (pb5) e que muitos não se casam porque “vão disfarçando”, acomodando-se à situação (pb6). Este factor é denominado de **“Formalização da relação conjugal (condicionantes de liberdade e acomodação)”**.
- O sétimo evidencia que as pessoas que mais concordam que ao fim de muitos anos a viverem juntos muitos não se casam porque têm vergonha e não se querem

expor (pb7), tendem também a concordar que ao fim de muitos anos de relacionamento com um determinado parceiro/parceira (sem coabitação) muitos não se casam porque não se querem expor (pb8). Este factor é denominado de **“Formalização da relação conjugal (condicionantes exposição/vergonha)”**.

- O oitavo aponta no sentido de as pessoas que mais concordam que a “paternidade irresponsável” é um dos grandes problemas da sociedade cabo-verdiana (pb14), tendem a concordar que muitos pais nem sequer registam os filhos (pb15). Este factor denomina-se de **“Responsabilidade parental”**.
- O nono evidencia que as pessoas que mais concordam que muitos consideram que a emigração é responsável pela instabilidade de muitas relações conjugais (pb35), tendem também a concordar que devido à emigração muitas crianças crescem sem a mãe, o pai ou ambos (pb36). Este factor é denominado de **“Emigração como condicionante da conjugalidade e da parentalidade”**.
- O décimo aponta no sentido de as pessoas que mais concordam que a pobreza tem sido uma das principais causas da instabilidade conjugal (pb37) tendem a concordar que a pobreza tem sido uma das principais causas da “irresponsabilidade” paterna e materna (pb38). Este factor corresponde a um eixo denominado **“Pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade”**.
- O décimo primeiro evidencia que as pessoas que mais concordam que geralmente as mulheres são mais fiéis do que os homens (pb12), tendem a discordar que cada vez mais as mulheres estão a comportar-se como os homens (infidelidade) (pb13). Este factor é denominado de **“Fidelidade feminina”**.

Como se pode verificar os factores/eixos resultantes da análise factorial não coincidem, completamente, com as dimensões predefinidas.

A fidelidade foi avaliada através da análise da consistência interna do instrumento (34 itens resultantes da análise factorial) calculando o Alpha de Cronbach cujo resultado foi 0,84. Este valor indica que o instrumento mantém uma elevada consistência interna. Em Anexo B constam os resultados detalhados. Procedeu-se, a título exploratório, à análise da consistência interna dos onze factores (“sub-escalas”). Os valores de Alpha de Cronbach encontrados foram: alpha1=0,706, alpha2=0,672, alpha3=0,750, alpha4=0,658, alpha5=0,626, alpha6=0,622,

$\alpha_7=0.762$ ,  $\alpha_8=0.560$ ,  $\alpha_9=0.626$ ,  $\alpha_{10}=0.614$  e  $\alpha_{11}=-0.225$  (Anexo C). Neste último, se invertido o código das respostas no item 12, obtém-se um  $\alpha$  de 0.184. Geralmente valores de consistência interna,  $\alpha \geq 0,70$ , são considerados bons/aceitáveis. Os resultados obtidos indicam que a décima primeira sub-escala apresenta uma consistência interna fraca; a oitava uma consistência abaixo de 0,60; a segunda, quarta, quinta, sexta, nona e décima sub-escalas apresentam uma consistência interna acima de 0,60; a primeira, terceira e sétima apresentam valores acima de 0,7. Considera-se que será importante rever, em particular, as sub-escalas que apresentam valores abaixo dos 0,6. Provavelmente dever-se-á aumentar o número de itens em algumas delas e rever a sua formulação. Nas sub-escalas 4, 5 e 6, analisando os valores em “Cronbach's Alpha if Item Deleted”, verifica-se que o  $\alpha$  não melhora caso se retire alguns dos itens em cada uma das sub-escalas. Nas restantes esse valor nem sequer é calculado pois as sub-escalas possuem apenas 2 itens e não faria sentido. Relativamente à segunda sub-escala deve-se atender, sobretudo, ao pb11 dado verificar-se um ligeiro aumento do  $\alpha$  caso ele seja eliminado (a saturação deste item no segundo factor foi também menor do que as restantes variáveis, 0,479, como se pode verificar no Anexo B). Após estes procedimentos foi possível obter uma Escala de Crenças face à Conjugalidade e Parentalidade em São Vicente de autopreenchimento, tipo Likert, com 5 pontos, construída e validada para o efeito numa amostra de 371 indivíduos (Anexo 2). Esta é constituída por várias dimensões, a saber: “envolvimento e estabilidade na relação conjugal” (itens 10, 20, 21, 22 e 23); “importância da parentalidade (económica e de afirmação)” (itens 11, 18, 39 e 40); “coabitação com a família da origem e manutenção de relação afectiva com o pai/mãe-de-filho” (itens 24, 25, 26 e 27); “legalização da relação conjugal” (itens 1, 2 e 3); “valor cultural da parentalidade e estratégias educativas” (itens 28, 29, 31 e 32); “formalização da relação conjugal (condicionantes da liberdade e acomodação)” (itens 4, 5 e 6); “formalização da relação conjugal (condicionantes exposição/vergonha)” (itens 7 e 8); “responsabilidade parental” (itens 14 e 15); “emigração como condicionante da conjugalidade e parentalidade” (itens 35 e 36); “pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade” (itens 37 e 38); “fidelidade feminina” (itens 12 e 13). Tal como referido, a escala obtida encontra-se no Anexo 2 sendo acompanhada de uma tabela de correspondência entre os seus itens e os do Questionário B. Em outro momento, este instrumento deverá ser trabalhado de forma a refinar as

dimensões/"sub-escalas" agora delineadas. Desta forma, todas as análises efectuadas ao longo deste trabalho têm como base o Questionário B, utilizando-se as denominações presentes neste instrumento (Item *i* denominado *pbi*).

## 4. Procedimento

Para seleccionar os indivíduos que constituem a amostra estudada procedeu-se da seguinte forma: elaboração de uma lista de potenciais participantes recrutados no universo de conhecimentos pessoais e profissionais; de entre estes seleccionou-se alguns alunos do 4º ano do curso de Psicologia e professores de Língua Portuguesa do ensino secundário ex-alunos do experimentador. A todos os indivíduos contactados, numa primeira fase, foi fornecida uma explicação sumária sobre os objectivos do estudo de forma a entenderem a sua pertinência e importância da sua colaboração. A confidencialidade e anonimato foram garantidos (Anexo 1). A quem concordasse participar eram, então dadas explicações mais específicas sobre as características dos questionários e forma de responder. Dadas as características da população em estudo foi permitido, a alguns participantes, levar os questionários para casa entregando-os alguns dias depois. Numa segunda fase, e só para o grupo mais restrito, previamente seleccionado e após terem respondido ao questionário, foram fornecidas informações mais detalhadas sobre os objectivos do estudo, características do instrumento e metodologia de resposta. Isto porque estes sujeitos iriam colaborar com o experimentador de forma a, na sua comunidade, universo de conhecimentos e local de trabalho aplicarem os questionários. Apesar do procedimento de amostragem seleccionado, o objectivo era conseguir a colaboração de um leque alargado da população. A sociedade mindelense não está habituada a participar em estudos desta natureza, existindo uma tendência para as pessoas se retraírem face à exposição e exprimir de opiniões. Daí que o factor “confiança” na pessoa que apresenta os questionários ser fundamental para o êxito do recrutamento. Por esta premissa se verificar foi relativamente rápido o processo de constituição da amostra e recolha de dados (Fevereiro-Março de 2006, 1 mês). De forma a garantir o anonimato e confidencialidade, cada participante recebeu um envelope com os questionários que, após o seu preenchimento, deveria selar. No caso dos sujeitos analfabetos ou com grandes dificuldades de leitura era necessária a sua permissão para que o aplicador, após a leitura dos itens, colocasse a cruz no local de resposta desejado (itens e opções de resposta lidos em voz alta, indicando o participante a opção seleccionada). Este procedimento potenciou a adesão ao estudo porque todos os participantes verbalizaram que se sentiam mais à vontade pelo facto de as suas

respostas serem “guardadas” num envelope fechado. Após a recolha dos dados estes foram inseridos, durante o mês de Abril de 2006, numa base de dados informatizada com vista ao seu posterior tratamento utilizando o *Statistic Program for Social Science* (SPSS - versão 14). Pode ser verificado em anexo (suporte electrónico).

## Resultados

---

Toda a análise presente nesta secção refere-se ao instrumento original (Questionário B), dado considerar-se este estudo como uma fase preliminar e exploratória na construção de uma escala definitiva. A sequência das análises efectuadas foi: análise descritiva dos dados; diferenças significativas por variável independente; análise utilizando como variáveis dependentes os três primeiros factores resultantes da solução final da análise factorial efectuada.

### 1. Análise descritiva dos resultados

Tendo como base o valor do percentil 75 constata-se que nos itens 1, 2, 3, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 34 e 36 (Anexo 1) a tendência de resposta é no sentido do “Concordo” (Anexo D). As frequências das respostas a estes itens confirmam, também, a tendência de resposta no sentido do “Concordo” como consta na tabela que se segue (em pormenor no Anexo E).

Em relação aos itens 5, 7, 8, 16, 18, 28, 30, 31, 32, 38, 39, 40 (Anexo 1) a tendência de resposta é no sentido do “Discordo” (Anexo D). Como se pode observar na tabela 3 as frequências das respostas a estes itens corroboram essa tendência de resposta (Anexo E).

Relativamente aos itens 4, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 19, 20, 23, 26, 33, 35, 37 e 41 (Anexo 1) a tendência de resposta é no sentido do “Nem concordo, nem discordo”. Isto indica que até ao percentil 75 a maioria está do lado do “Concordo” (Anexo D). As frequências das respostas a estes itens demonstram a tendência de resposta (Tabela 3 e Anexo E).

Tabela 3 – Frequência de respostas válidas a cada um dos itens do Questionário B

Nº do Item	Frequência de resposta válidas (%)				
	Concordo Completamente	Concordo	Nem concordo, nem discordo	Discordo	Discordo Completamente
1	22,38	55,52	15,19	6,91	0,00
2	35,14	55,68	7,30	1,62	0,27
3	18,84	61,50	12,74	6,37	0,55
4	16,16	39,45	19,73	18,90	5,75
5	7,97	25,82	28,57	28,85	8,79
6	12,19	49,86	23,82	11,63	2,49
7	3,84	15,89	27,12	41,37	11,78
8	1,94	16,90	35,73	39,89	5,54
9	15,79	50,14	26,04	7,20	0,83
10	22,13	45,08	24,04	8,20	0,55
11	17,12	48,37	15,76	15,49	3,26
12	19,13	39,34	29,78	9,84	1,91
13	16,85	55,71	20,65	5,71	1,09
14	54,47	41,46	2,17	1,90	0,00
15	34,71	50,96	8,82	4,13	1,38
16	7,97	20,88	19,78	34,07	17,31
17	9,32	32,60	36,44	18,90	2,74
18	7,90	22,62	32,70	26,16	10,63
19	20,60	52,03	9,49	13,28	4,61
20	12,30	54,10	22,13	10,38	1,09
21	33,70	47,55	10,05	8,42	0,27
22	23,56	52,33	15,89	7,40	0,82
23	9,59	41,92	35,07	12,05	1,37
24	19,84	65,22	10,60	3,53	0,82
25	16,53	61,52	15,45	5,69	0,81
26	12,47	60,98	19,24	7,32	0,00
27	12,84	63,66	17,49	5,74	0,27
28	9,19	26,22	24,32	27,57	12,70
29	21,35	56,76	11,35	8,92	1,62
30	6,58	40,00	28,22	22,19	3,01
31	10,63	30,79	12,81	25,61	20,16
32	6,83	23,50	23,50	29,78	16,39
33	16,26	50,41	20,87	10,57	1,90
34	25,20	62,87	8,67	1,63	1,63
35	11,41	40,49	28,53	16,85	2,72
36	35,14	56,49	3,78	4,05	0,54
37	19,73	47,12	17,53	13,15	2,47
38	11,92	37,13	22,76	23,04	5,15
39	5,18	21,25	26,16	36,78	10,63
40	4,92	20,77	23,50	38,52	12,30
41	14,25	43,29	31,78	7,95	2,74

## 2. Apresentação dos resultados item a item

Nesta secção procede-se à análise item a item em função das variáveis independentes consideradas. Em todas elas considerou-se que se encontram diferenças significativas a um nível de significância de  $\alpha=0,05$  (resultados detalhados no Anexo F).

### a) Diferenças significativas para a variável “Sexo”

Como se pode constatar pelo quadro seguinte, com excepção dos itens pb7, pb8, pb13 e pb38, os homens tendem a discordar significativamente mais das afirmações do que as mulheres (valor  $p<0,05$ ), uma vez que apresentam valores das ordens médias mais elevados do que os elementos do sexo feminino.

*Quadro 1 – Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney para a variável “sexo”*

Test Statistics(a)							
	pb7	pb8	pb10	pb12	pb13	pb15	Pb16
Mann-Whitney U	12298,500	12011,000	12375,500	10266,500	12783,000	11363,500	12591,500
Wilcoxon W	19438,500	18914,000	43251,500	41142,500	19923,000	41744,500	42726,500
Z	-2,604	-2,591	-2,538	-4,851	-2,361	-3,567	-2,178
Asymp. Sig. (2-tailed)	,009	,010	,011	,000	,018	,000	,029

a Grouping Variable: Sexo

Test Statistics(a)							
	pb19	pb20	pb21	pb22	pb23	pb24	pb38
Mann-Whitney U	12296,500	12029,500	11440,000	11981,500	12621,500	12529,000	12549,000
Wilcoxon W	43421,500	42410,500	42565,000	42116,500	43002,500	43654,000	19809,000
Z	-2,992	-3,158	-3,830	-3,134	-2,273	-2,836	-2,593
Asymp. Sig. (2-tailed)	,003	,002	,000	,002	,023	,005	,010

a Grouping Variable: Sexo

Como o quadro a seguir demonstra, em alguns itens encontram-se diferenças quase significativas ( $\alpha=0,05$ ).

**Quadro 2 - Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney e ordens (pb 17 e pb 18)**

Test Statistics(a)		
	pb17	pb18
Mann-Whitney U	12913,000	12981,000
Wilcoxon W	20053,000	43857,000
Z	-1,913	-1,931
Asymp. Sig. (2-tailed)	,056	,054

a Grouping Variable: Sexo

Ranks				
	Sexo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
pb17	Masculino	119	168,51	20053,00
	Feminino	246	<b>190,01</b>	46742,00
	Total	365		
pb18	Masculino	119	198,92	23671,00
	Feminino	248	176,84	43857,00
	Total	367		

Nos itens pb17 e pb18 as diferenças quase significativas encontradas ( $\alpha=0,05$ ) poderão ser confirmadas em estudos futuros. As mulheres poderão apresentar uma tendência de discordar mais que os homens em relação ao item pb17, passando-se o inverso no item pb18.

### **b) Diferenças significativas para a variável “Grupo etário” (3 grupos)**

Relativamente à variável idade foram testados os 3 grupos etários: pessoas entre os 15 e os 35; entre os 36 e os 44 anos e com idade superior a 45 anos.

**Quadro 3 – Teste não-paramétrico de Kruskal Wallis para a variável “Grupo etário” (3 gs)****Test Statistics(a,b)**

	pb2	pb8	pb10	pb15	pb16	pb17	pb18
Chi-Square	9,196	7,821	15,576	9,628	16,805	14,437	10,750
Df	2	2	2	2	2	2	2
Asymp. Sig.	,010	,020	,000	,008	,000	,001	,005

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: grp\_etário

**Test Statistics(a,b)**

	pb28	pb31	pb32	pb38	pb39	pb40	pb41
Chi-Square	17,670	10,130	7,185	13,090	10,356	9,175	15,723
Df	2	2	2	2	2	2	2
Asymp. Sig.	,000	,006	,028	,001	,006	,010	,000

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: grp\_etário

Nos itens nos quais foram encontradas diferenças significativas, explorou-se os níveis da variável independente em questão que, especificamente, exibiam diferenças significativas, através de post-hoc tests (Anexo I). Apenas figuram no quadro 4 os itens nos quais se encontraram diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes. Alguns não foram colocados, apesar de apresentarem valores significativos no teste de Kruskal-Wallis, pois no teste de comparações múltiplas (post-hoc tests) não foram detectadas diferenças significativas entre os níveis da variável independente em causa. Encontram-se, também, as direcções das diferenças entre os níveis. De notar que níveis da variável com ranks superiores significam uma maior discordância relativamente ao item em questão.

**Quadro 4 – Diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes / direcções**

Item	Grupos onde existem diferenças	Valor-p	Direcção dos mean rank dos grupos
Pb2	1 e 3	0,02	1<3
Pb8	1 e 3	0,03	1>3
Pb10	1 e 2	0,01	1<2
	1 e 3	0,02	1<3
Pb15	1 e 2	0,04	1<2
Pb16	1 e 3	0,00	1>3
Pb17	3 e 1	0,00	3>1

	3 e 2	0,04	3>2
Pb18	3 e 1	0,01	3>1
	3 e 2	0,05	3>2
Pb28	1 e 3	0,00	1>3
Pb31	1 e 3	0,01	1>3
Pb32	1 e 3	0,03	1>3
Pb38	1 e 3	0,00	1>3
Pb39	1 e 3	0,01	1>3
Pb40	1 e 3	0,01	1>3
Pb41	1 e 3	0,00	1>3

15 – 35 anos=1; 36 – 44 anos =2; maior de 45 anos= 3

Da análise do quadro constata-se que em relação aos itens pb8, pb16, pb28, pb31, pb32, pb38, pb40 e pb41 os sujeitos mais novos (15-35 anos) tendem a discordar mais do conteúdo destes itens do que as pessoas com mais de 45 anos. Relativamente aos itens pb2 e pb10 verifica-se que os mais novos tendem a concordar mais com o teor do item do que os mais velhos. No que toca aos itens pb10 e pb15 constata-se que os sujeitos mais novos tendem a concordar mais com o conteúdo dos itens do que os indivíduos com idades compreendidas entre os 36 e 44 anos. Nos itens pb17 e pb18 verifica-se que os sujeitos mais velhos tendem a discordar mais das afirmações do que os mais novos e, também, do que os indivíduos pertencentes ao grupo 2.

### c) Diferenças significativas para a variável “Grupo etário” (2 grupos)

Relativamente a esta variável foram testados os grupos de pessoas dos 15 aos 35 anos, e o grupo de pessoas com mais de 45 anos.

**Quadro 5 - Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney / variável “Grupo etário”**

Test Statistics(a)								
	pb2	pb8	Pb10	Pb11	pb13	Pb15	Pb16	pb17
Mann-Whitney U	6777,000	6341,500	6552,000	7075,500	7170,500	7007,500	5915,500	6010,500
Wilcoxon W	31977,000	8969,500	31528,000	9925,500	32370,500	31760,500	8765,500	8860,500
Z	-2,980	-2,741	-2,832	-2,187	-2,121	-2,090	-3,821	-3,777
Asymp. Sig. (2-tailed)	,003	,006	,005	,029	,034	,037	,000	,000

a Grouping Variable: grp\_etário

Test Statistics(a)

	pb18	pb28	pb31	pb32	pb38	pb39	Pb40	pb41
Mann-Whitney U	6488,000	5984,000	6520,000	6747,500	6238,500	6408,000	6349,000	5915,000
Wilcoxon W	9414,000	8910,000	9370,000	9673,500	9164,500	9258,000	9050,000	8690,000
Z	-3,103	-3,982	-2,945	-2,627	-3,570	-3,141	-2,979	-3,877
Asymp. Sig. (2-tailed)	,002	,000	,003	,009	,000	,002	,003	,000

a Grouping Variable: grp\_etário

Analisando as ordens médias de cada grupo relativamente a esta variável, verifica-se que na sua maioria os itens revelam que o grupo 1 (dos 15 aos 35 anos) apresenta ordens médias significativamente superiores às do grupo 2 (mais de 45 anos). São estes os itens: pb8, pb11, pb16, pb17, pb18, pb28, pb31, pb32, pb38, pb39, pb40. Nestes itens, as pessoas do grupo etário inferior apresentam uma maior tendência para discordar da afirmação apresentada do que as pessoas com idades superiores a 45 anos. Apenas nos itens pb2, pb10, pb13 e pb15, o grupo 1 apresenta ordens médias significativamente inferiores às do grupo 2, ou seja, as pessoas mais novas tendem a concordar mais com estes itens do que os mais velhos.

#### d) Diferenças significativas para a variável “Habilitações Literárias”

Relativamente a esta variável foram testados os 6 grupos de pessoas: “1ª e 2ª fase do EBI ou inferior”; “3ª fase do EBI”; “1º ciclo do Ensino secundário, 2º ciclo do Ensino Secundário”; “3º ciclo do Ensino Secundário; Ensino Superior”.

**Quadro 6 - Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Habilitações literárias”**

Test Statistics(a,b)

	pb4	pb10	pb14	pb15	pb16	pb17	pb18	pb22	pb23
Chi-Square	11,591	15,493	15,292	11,053	15,409	15,760	11,188	14,411	12,511
Df	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Asymp. Sig.	,041	,008	,009	,050	,009	,008	,048	,013	,028

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Hab\_lit\_cat

## Test Statistics(a,b)

	pb31	pb32	pb33	pb35	pb36	pb37	pb38	pb39	pb40
Chi-Square	23,958	14,812	11,871	15,517	12,448	11,956	20,024	24,022	16,421
Df	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Asymp. Sig.	,000	,011	,037	,008	,029	,035	,001	,000	,006

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Hab\_lit\_cat

Nos itens nos quais foram encontradas diferenças significativas, explorou-se quais os níveis da variável independente em questão que, especificamente, exibiam diferenças significativas, através de post-hoc tests (Anexo I). Assim, apenas figuram no quadro seguinte os itens nos quais se encontraram diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes. Alguns itens não se encontram no quadro, apesar de apresentarem valores significativos no teste de Kruskal-Wallis, pois no teste de comparações múltiplas não foram detectadas diferenças significativas entre os níveis da variável independente em causa. Encontram-se, igualmente, as direcções das diferenças entre os níveis. Atender que níveis da variável com ranks superiores significam uma maior discordância relativamente ao item em questão.

**Quadro 7 – Diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes / direcções**

Item	Grupos onde existem diferenças	Valor-p	Direcção dos mean rank dos grupos
Pb16	1 e 5	0,02	1<5
Pb17	1 e 5	0,04	1<5
	4 e 5	0,04	4<5
Pb31	4 e 6	0,00	4>6
	5 e 6	0,01	5>6
Pb32	5 e 6	0,01	5>6
Pb35	1 e 3	0,02	1<3
	1 e 4	0,01	1<4
	1 e 5	0,02	1<5
Pb38	1 e 5	0,00	1<5
Pb39	1 e 4	0,02	1<4
	1 e 5	0,00	1<5
	5 e 6	0,03	5>6

1ª e 2ª fase EBI ou inferior=1; 3ª fase EBI=2; 1º Ciclo Ensino Secundário= 3; 2º Ciclo Ensino Secundário= 4; 3º Ciclo Ensino Secundário= 5; Ensino Superior=6

Pela análise do quadro constata-se que nos itens pb16, pb17, pb35 e pb39 os sujeitos com um nível mais baixo de escolaridade tendem a concordar mais com as

afirmações do que os indivíduos com o “3º Ciclo do Ensino Secundário” (11º e 12º ano). Em relação aos itens pb31, pb32 e pb39 verifica-se que os sujeitos com o “3º Ciclo do Ensino Secundário” tendem a discordar mais dos itens em questão do que os indivíduos com o “Ensino Superior”. No que concerne aos itens pb35 e pb39 constata-se que os sujeitos com menos nível de escolaridade tendem a concordar mais com o teor das afirmações do que os indivíduos com o “2º Ciclo do Ensino Secundário” (9º e 10º ano). Verifica-se que estes tendem, também, a concordar mais com o teor do item pb17 do que os sujeitos com o “3º Ciclo do Ensino Secundário”. Em relação ao pb31 os indivíduos com o “2º Ciclo do Ensino Secundário” apresentam uma maior tendência para discordar face ao conteúdo da afirmação do que os indivíduos com o “Ensino Superior”. Por fim, constata-se que em relação ao pb35 os sujeitos com menor nível de escolaridade tendem a concordar mais com o teor deste item do que os que têm o “1º Ciclo do Ensino Secundário” (7º e 8º ano).

#### e) Diferenças significativas para a variável “Profissão”

Relativamente a esta variável foram testados os 5 grupos de pessoas: “estudantes”; “professores do EBI”; “professores do Secundário”; “Profissões Intelectuais e Trabalhador do sector não qualificado”.

*Quadro 8 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis para a variável “Profissão”*

Test Statistics(a,b)

	pb10	pb13	pb15	pb16	pb17	pb23	pb24
Chi-Square	21,364	16,612	17,965	40,950	14,014	10,752	11,681
Df	4	4	4	4	4	4	4
Asymp. Sig.	,000	,002	,001	,000	,007	,029	,020

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Profissão\_cat

Test Statistics(a,b)

	pb25	pb28	pb31	pb32	pb38	pb39
Chi-Square	11,617	21,517	18,043	11,539	22,965	13,355
Df	4	4	4	4	4	4
Asymp. Sig.	,020	,000	,001	,021	,000	,010

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Profissão\_cat

Nos itens nos quais foram encontradas diferenças significativas, explorou-se quais os níveis da variável independente em questão que, especificamente, exibiam diferenças significativas através de post-hoc tests (Anexo I). Assim, apenas figuram no quadro seguinte os itens nos quais se encontraram diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes. Alguns itens não se encontram no quadro, apesar de apresentarem valores significativos no teste de Kruskal-Wallis, pois no teste de comparações múltiplas não foram detectadas diferenças significativas entre os níveis da variável independente em causa. No quadro encontram-se também as direcções das diferenças entre os níveis. Níveis da variável com ranks superiores significam uma maior discordância relativamente ao item em questão.

**Quadro 9 – Diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes / direcções**

<b>Item</b>	<b>Grupos onde existem diferenças</b>	<b>Valor-p</b>	<b>Direcção dos mean rank dos grupos</b>
Pb10	2 e 5	0,01	2>5
	3 e 5	0,01	3>5
Pb13	1 e 2	0,02	1<2
	2 e 5	0,00	2>5
Pb15	3 e 5	0,01	3>5
Pb16	5 e 1	0,00	5 > 1
	5 e 2	0,00	5 > 2
	5 e 3	0,00	5 > 3
	5 e 4	0,00	5 > 4
Pb17	1 e 5	0,01	1<5
Pb23	1 e 5	0,05	1<5
Pb28	5 e 1	0,00	5>1
	5 e 4	0,02	5>4
Pb31	5 e 2	0,01	5>2
	5 e 3	0,02	5>3
Pb32	5 e 2	0,05	5>2
Pb38	5 e 1	0,00	5>1
	5 e 4	0,03	5>4
Pb39	1 e 5	0,04	1<5

Trabalhador do sector não qualificado= 1; Professor EBI= 2; Professor do Ensino Secundário= 3; Trabalhador intelectual/ científico= 4; Estudante= 5

Pela análise do quadro constata-se que no pb16 os “Estudantes” apresentam uma maior tendência em discordar face ao conteúdo da afirmação do que os sujeitos pertencentes a todas as outras categorias profissionais consideradas. Também no pb28 se constata que este grupo tende a discordar mais do seu conteúdo do que os sujeitos pertencentes ao sector não qualificado e dos pertencentes ao grupo dos

trabalhadores intelectuais/científico. No pb31 de novo esta categoria se destaca pela maior discordância face à afirmação em relação ao grupo dos professores do EBI e do Secundário. Em relação ao item pb32 tendem, também, a discordar mais face ao conteúdo da afirmação do que o grupo dos professores do EBI. No que toca ao pb38 os estudantes tendem a discordar mais da afirmação do que os trabalhadores do sector não qualificado e dos da área intelectual/científica. Em relação aos itens pb17, pb23 e pb39 o grupo dos trabalhadores não qualificados tende a concordar mais com o teor das afirmações do que os estudantes. Relativamente aos itens pb10 e pb15 constata-se que os professores do Ensino Secundário tendem a discordar mais das afirmações do que os estudantes. No que concerne aos itens pb10 e pb13 verifica-se que os professores do EBI tendem a discordar mais do teor das afirmações do que os estudantes. Por fim, ainda em relação ao item pb13 constata-se que os trabalhadores do sector não qualificado tendem a concordar mais com esta afirmação do que os professores do EBI.

#### f) Diferenças significativas para a variável “Estado Civil”

Em relação a esta variável foram testados os quatro grupos de sujeitos considerados: “Casado oficialmente”, “Solteiro”, “Divorciado”, “União de facto”.

**Quadro 10 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis para a variável “Estado civil”**

Test Statistics(a,b)

	pb1	pb2	pb6	pb7	pb8	pb10	pb1 1	pb15	pb16	pb17	pb1 8	pb28	pb3 7
Chi-Square	7,58 8	9,95 3	10,6 39	13,5 77	12,4 41	11,0 83	7,66 8	10,4 27	19,2 41	10,4 60	8,95 3	11,1 70	7,85 1
Df	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Asymp. Sig.	,055	,019	,014	,004	,006	,011	,053	,015	,000	,015	,030	,011	,049

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Estado\_Civil\_Cat

Nos itens nos quais foram encontradas diferenças significativas, explorou-se quais os níveis da variável independente em questão que, especificamente, exibiam diferenças significativas através de post-hoc tests (Anexo I). Apenas figuram no quadro seguinte os itens nos quais se encontraram diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes. Alguns itens não estão presentes, apesar de apresentarem valores significativos no teste de Kruskal-Wallis, pois no teste de comparações múltiplas não foram detectadas diferenças significativas entre os níveis da variável independente em causa. Encontram-se também as direcções das diferenças entre os níveis. Níveis da variável com ranks superiores significam uma maior discordância relativamente ao item em questão.

**Quadro 11 – Diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes / direcções**

<b>Item</b>	<b>Grupos onde existem diferenças</b>	<b>Valor-p</b>	<b>Direcção dos mean rank dos grupos</b>
pb2	2 e 3	0,03	3>2
pb6	1 e 2	0,02	2>1
pb7	1 e 2	0,01	2>1
pb8	1 e 2	0,03	2>1
pb10	1 e 2	0,01	1>2
pb16	1 e 2	<0,01	2>1

Grupo 1=Casado oficialmente; 2= solteiro; 3=divorciado; 4=União de facto

Da análise do quadro constata-se que relativamente aos itens pb6, pb7, pb8 e pb16 os “solteiros” tendem mais a discordar com o conteúdo dos itens do que os “casados oficialmente”. Em relação ao item pb2 os “divorciados” tendem a discordar mais da afirmação do que os “solteiros”. No que concerne o item pb10 os “casados” tendem a discordar mais do que os “solteiros”.

#### **g) Diferenças significativas para a variável “Tem filhos?”**

Relativamente a esta variável foram testados os grupos de pessoas que não tem filhos (grupo 1) e o grupo de pessoas que tem filhos (grupo 2).

**Quadro 12 – Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney / variável “Tem filhos?”**

Test Statistics(a)							
	pb4	pb8	pb10	pb13	pb14	pb15	pb16
Mann-Whitney U	10732,500	10984,500	9842,000	11903,000	11875,000	11049,000	9677,000
Wilcoxon W	19247,500	31285,500	18357,000	20549,000	20521,000	19564,000	30587,000
Z	-3,127	-2,600	-4,356	-2,107	-2,269	-2,747	-4,291
Asymp. Sig. (2-tailed)	,002	,009	,000	,035	,023	,006	,000

a Grouping Variable: Tem filhos?

	pb17	Pb23	pb28	pb31	pb32	pb38	pb40
Mann-Whitney U	11571,500	11584,000	10544,500	11307,000	10984,500	10936,000	10893,500
Wilcoxon W	32686,500	32699,000	32489,500	32628,000	32305,500	32881,000	32008,500
Z	-2,125	-2,147	-3,671	-2,584	-2,962	-3,137	-3,047
Asymp. Sig. (2-tailed)	,034	,032	,000	,010	,003	,002	,002

a Grouping Variable: Tem filhos?

Através da análise das ordens médias dos grupos nos vários itens (Anexo F) observa-se que o grupo 1 (“não tem filhos”) apresenta ordens médias significativamente superiores às do grupo 2 (“tem filhos”) nos itens pb8, pb16, pb17, pb23, pb28, pb31, pb32, pb38 e pb40. Isto significa que existe um padrão nestes itens no sentido de as pessoas que não têm filhos mostrarem uma maior propensão a discordar das afirmações. Passando-se o inverso nos itens pb4, pb10, pb13, pb14 e pb15, significando que as pessoas sem filhos mostram uma tendência para concordar mais com estes itens do que as pessoas que têm filhos.

#### **h) Diferenças significativas para a variável “Religião”**

##### **“É praticante?”**

Em relação a esta variável foram testados os grupos de pessoas que se dizem praticantes (grupo 1) e os que se dizem não praticantes (grupo 2).

**Quadro 13 – Teste não-paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney/variável “É praticante?”**

**Test Statistics(a)**

	pb4	pb5	Pb7	pb16	pb20
Mann-Whitney U	9772,500	10323,500	10394,000	10585,000	9899,500
Wilcoxon W	19225,500	19639,500	19847,000	19901,000	19215,500
Z	-3,229	-2,465	-2,438	-2,045	-3,184
Asymp. Sig. (2-tailed)	,001	,014	,015	,041	,001

a Grouping Variable: É religioso praticante?

Através da análise das ordens médias dos grupos (Anexo F) observa-se que o grupo 1 (“é praticante”) apresenta ordens médias significativamente inferiores às do grupo 2 (“não é praticante”), nos itens: pb4, pb5, pb7, pb16 e pb 20. Como tal, as pessoas praticantes mostram uma tendência para concordar mais com estes itens do que as pessoas que não são praticantes.

### “Confissão Religiosa”

Nos itens nos quais foram encontradas diferenças significativas, explorou-se quais os níveis da variável independente em questão que, especificamente, exibiam diferenças significativas através de testes post-hoc (Anexo I). No quadro apenas figuram os itens nos quais se encontraram diferenças significativas entre níveis das variáveis independentes. Alguns itens, apesar de apresentarem valores significativos no teste de Kruskal-Wallis, no teste de comparações múltiplas não foram detectadas diferenças significativas entre os níveis da variável independente em causa.

**Quadro 14 - Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Confissão religiosa”**

**Test Statistics(a,b)**

	pb2	pb4	pb7
Chi-Square	11,593	14,361	12,609
Df	4	4	4
Asymp. Sig.	,021	,006	,013

a Kruskal Wallis Test  
b Grouping Variable: Religião\_cat

No quadro que se segue encontram-se também as direcções das diferenças entre os níveis. Níveis da variável com ranks superiores significam uma maior discordância relativamente ao item em questão.

*Quadro 15 – Diferenças significativas das variáveis independentes / direcções*

Item	Grupos onde existem diferenças	Valor-p	Direcção dos mean rank dos grupos
pb2	1 e 2	0,04	1 > 2
pb4	1 e 2	0,01	1 > 2
	2 e 5	0,03	2 < 5

**Grupos:** 1= Católica; 2= Testemunha de Jeová; 3= Racionalismo católico; 4= Outras; 5= Nenhuma.

Pela análise do quadro constata-se que nos itens pb2 e pb4 os “Católicos” tendem a discordar mais do teor das afirmações do que as “Testemunhas de Jeová”. Ainda em relação ao item pb4 os indivíduos pertencentes a esta confissão religiosa tendem a concordar mais com o seu conteúdo do que os indivíduos que não professam nenhuma confissão religiosa.

### **3. Análise usando como variáveis dependentes os 11 factores resultantes da solução final da análise factorial (34 itens)**

A análise factorial efectuada permitiu a extracção de 11 factores que explicam 60.88 % da variabilidade dos dados. Por os três primeiros explicarem cerca de 21% da variância optou-se por realizar, em primeiro lugar, a análise das diferentes variáveis independentes nestes factores. Em seguida procedeu-se ao estudo dos restantes oito (devido à extensão de alguns quadros nem sempre foi mantido o mesmo padrão de apresentação, remetendo-os para os respectivos anexos). Recorde-se que o primeiro remete para o “Envolvimento e estabilidade na relação conjugal”, o segundo para a “Importância da parentalidade (económica e de afirmação)”, o terceiro para a “Coabitação com a família de origem e manutenção da relação afectiva com o pai/mãe de filho”, o quarto para a “Legalização da relação conjugal”, o quinto para o “Valor “cultural” da parentalidade e estratégias educativas”, o sexto para a “Formalização da relação conjugal (condicionantes de liberdade e acomodação)”, o sétimo para a “Formalização da relação conjugal (condicionantes exposição/vergonha)”, o oitavo para a “Responsabilidade parental”, o nono para a “Emigração como condicionante da conjugalidade e da parentalidade”, o décimo para a “Pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade” e o décimo primeiro para a “Fidelidade feminina”. Tendo em mente que valores elevados nos factores representam discordância com os itens que os compõe, tem-se:

#### **a) Variável “Sexo”**

Em relação a esta variável verificam-se diferenças significativas nos valores médios obtidos para o factor 1 e 3 entre homens e mulheres ( $t(354)=4,4$ ;  $p<0,01$ ; e  $t(362)=2,43$ ;  $p<0,01$ ). Em ambos os factores as mulheres tendem a apresentar valores médios inferiores aos dos homens (*comparando as médias constantes da tabela group statistics*; ver Anexo G). Ou seja, as mulheres tendem a concordar mais do que os homens relativamente aos itens que os compõe.

**Quadro 16 – Teste t-student para a variável “Sexo”**

**Independent Samples Test**

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	Df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper	
Factor 1	Equal variances assumed	,488	,485	4,400	354	,000	1,44540	,32847	,79940	2,09140
	Equal variances not assumed			4,326	217,758	,000	1,44540	,33413	,78685	2,10395
Factor 2	Equal variances assumed	,366	,546	-,597	360	,551	-,20303	,34008	,87183	-,46577
	Equal variances not assumed			-,597	234,845	,551	-,20303	,33987	,87261	-,46655
Factor 3	Equal variances assumed	3,113	,079	2,425	362	,016	,60639	,25011	,11454	1,09823
	Equal variances not assumed			2,292	198,800	,023	,60639	,26455	,08471	1,12807

Quanto aos restantes oito factores verificam-se diferenças significativas nos valores médios obtidos para os factores 7, 8, 10 e 11 entre homens e mulheres ( $t(356)=-2,57$ ;  $p<0,05$ ;  $t(361)=2,17$ ;  $p<0,05$ ;  $t(362)=-2,73$ ;  $p<0,01$ ; e  $t(363)=-5,13$ ;  $p<0,01$ , respectivamente). Nestes 4 factores, com excepção do oitavo, as mulheres tendem a apresentar valores médios superiores aos dos homens (*comparando as médias constantes da tabela group statistics*, anexo G). Ou seja, elas tendem a discordar mais do que os homens face ao conteúdo dos itens que os compõem.

De referir que para computar o factor onze foi utilizado o item pb12 invertido e não o original, dado que os itens 12 e 13 estão formulados de forma contrária. Desta forma, um valor elevado no factor 11 significa maior concordância com o item pb12 e maior discordância com o pb13.

*Quadro 17 – Teste t-student para a variável “Sexo” (restantes factores)*

		Independent Samples Test								
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper	
Factor 4	Equal variances assumed	,004	,950	-,598	354	,550	-,11825	,19778	-,50721	,27072
	Equal variances not assumed			-,607	237,006	,544	-,11825	,19466	-,50174	,26525
Factor 5	Equal variances assumed	,211	,646	-,107	361	,915	-,03817	,35628	-,73881	,66247
	Equal variances not assumed			-,108	244,936	,914	-,03817	,35193	-,73136	,65502
Factor 6	Equal variances assumed	,097	,756	-,516	353	,606	-,13938	,27033	-,67105	,39228
	Equal variances not assumed			-,514	231,875	,608	-,13938	,27117	-,67365	,39488
Factor 7	Equal variances assumed	,473	,492	-2,573	356	,010	-,49152	,19100	-,86715	-,11589
	Equal variances not assumed			-2,626	238,934	,009	-,49152	,18718	-,86025	-,12280
Factor 8	Equal variances assumed	,835	,361	2,171	361	,031	,30029	,13829	,02834	,57224
	Equal variances not assumed			2,251	250,270	,025	,30029	,13340	,03756	,56302
Factor 9	Equal variances assumed	,184	,668	1,168	366	,244	,19355	,16570	-,13230	,51940
	Equal variances not assumed			1,173	238,009	,242	,19355	,16502	-,13153	,51863

Factor 10	Equal variances assumed	,450	,503	-2,726	362	,007	-,54221	,19888	-,93333	-,15110
	Equal variances not assumed			-2,753	242,910	,006	-,54221	,19696	-,93019	-,15424
Factor 11	Equal variances assumed	,794	,373	-5,128	363	,000	-,73465	,14327	-1,01639	-,45291
	Equal variances not assumed			-5,033	219,865	,000	-,73465	,14598	-1,02234	-,44695

### b) Variável “Grupo Etário” (3 categorias)

Relativamente a esta variável conclui-se que se pode aplicar ANOVA dado existir homogeneidade de variâncias nos valores dos 3 factores entre os 3 grupos (valores- $p > 0,05$ ), como se pode observar no quadro seguinte.

*Quadro 18 – ANOVA para variável “Grupo etário” (3 categorias)*

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Factor 1	Between Groups	9,110	2	4,555	,511	,600
	Within Groups	3119,230	350	8,912		
	Total	3128,340	352			
Factor 2	Between Groups	152,685	2	76,342	8,598	,000
	Within Groups	3161,087	356	8,879		
	Total	3313,772	358			
Factor 3	Between Groups	9,494	2	4,747	,936	,393
	Within Groups	1814,738	358	5,069		
	Total	1824,233	360			

Verificam-se então diferenças significativas no valor médio obtido para o factor 2 entre os indivíduos dos 3 grupos etários ( $F(2, 356)=8,6$   $p < 0,01$ ). Através da análise das comparações múltiplas é possível averiguar quais os grupos que diferem entre si Assim, observou-se que os indivíduos mais velhos diferem do mais novos (valor- $p < 0,01$ ) mas também dos pertencentes ao grupo etário intermédio (valor-

$p=0,027$ ). Os indivíduos mais velhos apresentam um valor médio inferior aos restantes indivíduos relativamente ao factor 2 ( $M=12,46$ ;  $DP=3,07$ ;  $M=12,10$ ;  $DP=2,92$  vs.  $M=10,79$ ;  $DP=2,73$ ).

**Quadro 19 – Estatísticas descritivas para variável “Grupo etário” (3 categorias)**

**Descriptives**

Factor 2 - Questionário B

	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
					Lower Bound	Upper Bound		
15- 35 anos	221	12,4615	3,07403	,20678	12,0540	12,8691	4,00	20,00
36-44 anos	65	12,1077	2,92149	,36237	11,3838	12,8316	4,00	18,00
maior de 45 anos	73	10,7945	2,72824	,31932	10,1580	11,4311	4,00	17,00
Total	359	12,0585	3,04242	,16057	11,7427	12,3743	4,00	20,00

**Quadro 20 – Teste de Tukey de comparações múltiplas de médias**

**Multiple Comparisons**

Dependent Variable: Factor 2 - Questionário B

Tukey HSD

(I) grp_etário	(J) grp_etário	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
15- 35 anos	15- 35 anos					
	36-44 anos	,35385	,42046	,677	-,6357	1,3434
	maior de 45 anos	1,66702(*)	,40226	,000	,7203	2,6138
36-44 anos	15- 35 anos	-,35385	,42046	,677	-1,3434	,6357
	36-44 anos					
	maior de 45 anos	1,31317(*)	,50818	,027	,1171	2,5092
maior de 45 anos	15- 35 anos	-1,66702(*)	,40226	,000	-2,6138	-,7203
	36-44 anos	-1,31317(*)	,50818	,027	-2,5092	-,1171
	maior de 45 anos					

\* The mean difference is significant at the .05 level.

## Factor 2 - Questionário B

Tukey HSD			
Subset for alpha = .05			
grp_etário	N	1	2
maior de 45 anos	73	10,7945	
36-44 anos	65		12,1077
15- 35 anos	221		12,4615
Sig.		1,000	,707

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

a Uses Harmonic Mean Sample Size = 89,264.

b The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Quanto aos restantes factores pode-se aplicar ANOVA dado existir homogeneidade de variâncias nos valores dos 8 factores entre os 3 grupos (valores –  $p > 0,05$  e  $n > 30$  em todos; aceita-se que as distribuições sejam aproximadamente normais).

*Quadro 21 – ANOVA para variável “Grupo etário” (3 cat. / restantes factores)*

ANOVA						
		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Factor 4	Between Groups	10,762	2	5,381	1,763	,173
	Within Groups	1068,337	350	3,052		
	Total	1079,099	352			
Factor 5	Between Groups	130,639	2	65,319	6,590	,002
	Within Groups	3538,517	357	9,912		
	Total	3669,156	359			
Factor 6	Between Groups	15,777	2	7,889	1,368	,256
	Within Groups	2011,970	349	5,765		
	Total	2027,747	351			
Factor 7	Between Groups	15,770	2	7,885	2,736	,066
	Within Groups	1014,269	352	2,881		
	Total	1030,039	354			
Factor 8	Between Groups	12,637	2	6,319	4,168	,016
	Within Groups	541,226	357	1,516		
	Total	553,864	359			
Factor 9	Between Groups	,102	2	,051	,023	,977
	Within Groups	810,966	362	2,240		
	Total	811,068	364			
Factor 10	Between Groups	27,768	2	13,884	4,411	,013
	Within Groups	1126,764	358	3,147		
	Total	1154,532	360			

Factor 11	Between Groups	,533	2	,266	,152	,859
	Within Groups	630,694	359	1,757		
	Total	631,227	361			

Verificam-se diferenças significativas no valor médio obtido para os factores 5, 8 e 10 entre os indivíduos dos 3 grupos etários ( $F(2, 357)=6,59$   $p<0,01$ ;  $F(2, 357)=4,17$ ;  $p<0,05$ ;  $F(2, 358)=4,41$ ;  $p<0,05$ ; respectivamente). Através da análise das comparações observou-se que no factor 5 e 10 as diferenças residem entre os indivíduos mais velhos e os mais novos (valor- $p<0,01$  e valor- $p<0,05$ , respectivamente), verificando-se através dos dados descritivos que os mais novos apresentam, em média, valores superiores aos indivíduos mais velhos nestes dois factores. No factor 8, as diferenças existem entre o grupo dos mais novos (15-35 anos) e o grupo dos indivíduos com idades intermédias (36-44 anos) (valor- $p<0,05$ ), os primeiros tendem a apresentar um valor mais elevado, em termos médios, relativamente aos segundos neste factor.

*Quadro 22 – Estatísticas descritivas para variável “Grupo etário” (3 cat. / restantes factores)*

**Descriptives**

		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
						Lower Bound	Upper Bound		
Factor 5	15- 35 anos	220	12,0409	2,97066	,20028	11,6462	12,4356	4,00	19,00
	36-44 anos	65	11,2308	3,41764	,42391	10,3839	12,0776	4,00	20,00
	maior de 45 anos	75	10,5733	3,40577	,39326	9,7897	11,3569	4,00	20,00
	Total	360	11,5889	3,19695	,16849	11,2575	11,9202	4,00	20,00
Factor 8	15- 35 anos	222	3,2252	1,23438	,08285	3,0620	3,3885	2,00	8,00
	36-44 anos	64	3,6719	1,19595	,14949	3,3731	3,9706	2,00	7,00
	maior de 45 anos	74	3,5405	1,25173	,14551	3,2505	3,8305	2,00	7,00
	Total	360	3,3694	1,24209	,06546	3,2407	3,4982	2,00	8,00
Factor 10	15- 35 anos	221	5,2353	1,78347	,11997	4,9989	5,4717	2,00	10,00
	36-44 anos	66	4,9242	1,70349	,20968	4,5055	5,3430	2,00	9,00
	maior de 45 anos	74	4,5405	1,80706	,21007	4,1219	4,9592	2,00	8,00
	Total	361	5,0360	1,79082	,09425	4,8507	5,2214	2,00	10,00

*Quadro 23 – Teste de Tukey de comparações múltiplas de médias (restantes factores)***Multiple Comparisons**

Dependent Variable	(I) grp_etário	(J) grp_etário	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval		
						Lower Bound	Upper Bound	
Factor 5	15- 35 anos	15- 35 anos						
		36-44 anos	,81014	,44446	,164	-,2359	1,8562	
		maior de 45 anos	1,46758(*)	,42096	,002	,4768	2,4583	
		36-44 anos	15- 35 anos	-,81014	,44446	,164	-1,8562	,2359
			36-44 anos					
			maior de 45 anos	,65744	,53352	,435	-,5982	1,9131
	maior de 45 anos	15- 35 anos	-1,46758(*)	,42096	,002	-2,4583	-,4768	
		36-44 anos	-,65744	,53352	,435	-1,9131	,5982	
		maior de 45 anos						
	Factor 8	15- 35 anos	15- 35 anos					
			36-44 anos	-,44665(*)	,17469	,029	-,8578	-,0355
			maior de 45 anos	-,31532	,16528	,138	-,7043	,0737
36-44 anos			15- 35 anos	,44665(*)	,17469	,029	,0355	,8578
			36-44 anos					
			maior de 45 anos	,13133	,21018	,807	-,3633	,6260
maior de 45 anos		15- 35 anos	,31532	,16528	,138	-,0737	,7043	
		36-44 anos	-,13133	,21018	,807	-,6260	,3633	
		maior de 45 anos						
Factor 10		15- 35 anos	15- 35 anos					
			36-44 anos	,31105	,24886	,425	-,2746	,8967
			maior de 45 anos	,69475(*)	,23827	,011	,1340	1,2555
	36-44 anos		15- 35 anos	-,31105	,24886	,425	-,8967	,2746
			36-44 anos					
			maior de 45 anos	,38370	,30037	,409	-,3232	1,0906
	maior de 45 anos	15- 35 anos	-,69475(*)	,23827	,011	-1,2555	-,1340	
		36-44 anos	-,38370	,30037	,409	-1,0906	,3232	
		maior de 45 anos						

Tukey HSD

\* The mean difference is significant at the .05 level.

**c) Variável “Grupo Etário” (2 categorias)**

Para esta variável verificam-se diferenças significativas no valor médio obtido para o factor 2 entre os indivíduos com 15-35 anos e os que possuem mais de 45 anos ( $t(292)=4,13$ ;  $p<0,01$ ). Os indivíduos mais jovens tendem a apresentar valores mais elevados ( $M=12,46$ ;  $DP=3,07$ ), em média, neste factor (discordando assim, mais dos itens que reportam para a importância dos filhos enquanto garante económico e factor de afirmação).

**Quadro 24 – Teste t-student para a variável “Grupo etário” (2 categorias)**

		Independent Samples Test								
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	Df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper	
Factor 1	Equal variances assumed	1,171	,280	-,472	286	,638	-,19309	,40946	-,99903	,61284
	Equal variances not assumed			-,487	125,928	,627	-,19309	,39664	-,97804	,59185
Factor 2	Equal variances assumed	1,263	,262	4,127	292	,000	1,66702	,40397	,87196	2,46208
	Equal variances not assumed			4,382	137,155	,000	1,66702	,38042	,91477	2,41927
Factor 3	Equal variances assumed	1,081	,299	-,650	292	,516	-,19978	,30715	-,80429	,40473
	Equal variances not assumed			-,612	111,847	,541	-,19978	,32620	-,84611	,44656

Relativamente aos restantes oito factores verificam-se diferenças significativas no valor médio obtido para os factores 5, 7 e 10 entre os indivíduos com 15-35 anos e os que possuem mais de 45 anos ( $t(293)=3,56$ ;  $p<0,01$ ;  $t(289)=2,16$ ;  $p<0,05$ ; e  $t(293)=2,89$ ;  $p<0,01$ ; respectivamente). Os indivíduos mais jovens tendem a apresentar valores mais elevados nestes factores (discordando, assim, mais dos itens que compõem cada um deles) relativamente aos indivíduos mais velhos.

**Quadro 25 – Teste t-student para a variável “Grupo etário” (2 cat. / restantes factores)**

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	Df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper	
Factor 4	Equal variances assumed	,001	,971	-1,848	288	,066	-,44805	,24250	-,92534	,02924
	Equal variances not assumed			-1,792	110,754	,076	-,44805	,25002	-,94350	,04740
Factor 5	Equal variances assumed	1,125	,290	3,556	293	,000	1,46758	,41268	,65538	2,27977
	Equal variances not assumed			3,325	114,756	,001	1,46758	,44133	,59337	2,34178
Factor 6	Equal variances assumed	,001	,971	-,327	286	,744	-,10677	,32660	-,74961	,53607
	Equal variances not assumed			-,324	117,294	,747	-,10677	,32973	-,75977	,54623
Factor 7	Equal variances assumed	,013	,909	2,162	289	,031	,51287	,23726	,04588	,97985
	Equal variances not assumed			2,097	112,894	,038	,51287	,24463	,02821	,99752

	assumed									
Factor 8	Equal variances assumed	,487	,486	-1,896	294	,059	-,31532	,16627	-,64255	,01192
	Equal variances not assumed			-1,883	123,704	,062	-,31532	,16744	-,64674	,01611
Factor 9	Equal variances assumed	,009	,923	,072	296	,942	,01472	,20365	-,38607	,41551
	Equal variances not assumed			,072	124,550	,943	,01472	,20384	-,38871	,41815
Factor 10	Equal variances assumed	,000	,992	2,891	293	,004	,69475	,24033	,22177	1,16774
	Equal variances not assumed			2,872	124,007	,005	,69475	,24191	,21595	1,17356
Factor 11	Equal variances assumed	1,155	,283	-,542	294	,588	-,09459	,17462	-,43825	,24906
	Equal variances not assumed			-,566	135,508	,572	-,09459	,16708	-,42502	,23583

#### d) Variável “Habilitações Literárias”

No que concerne a esta variável conclui-se que não existe normalidade da distribuição dos valores dos factores 2 e 3 nos diferentes grupos dentro da variável habilitações literárias e não existe homogeneidade de variâncias relativamente ao factor 1, pelo que se utilizaram testes não paramétricos para analisar todos os factores (Anexo H).

**Quadro 26 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Habilitações literárias”****Test Statistics(a,b)**

	Factor 1 - Questionário B	Factor 2 - Questionário B	Factor 3 - Questionário B
Chi-Square	14,682	21,099	4,481
Df	5	5	5
Asymp. Sig.	,012	,001	,482

a Kruskal Wallis Test  
b Grouping Variable: Hab\_lit\_cat

Existem diferenças significativas nos valores do factor 1 e 2 entre os 5 grupos considerados para esta variável ( $X^2(5, N=337)=14,682, p=0,012$ ;  $X^2(5, N=344)=21,099, p=0,001$ ).

Pela análise das comparações múltiplas averiguou-se entre que grupos residem as diferenças. Relativamente ao factor 1 não se encontraram diferenças nessa análise, pelo que não se pode especificar onde é que elas se situam. Apenas se pode supor as tendências de acordo com os valores das ordens médias dos 6 grupos (Anexo G).

**Quadro 27 – Comparações múltiplas**

Depend.: factor 2b	Multiple Comparisons p values (2-tailed); factor_2b (l Independent (grouping) variable: Hab_lit_cat Kruskal-Wallis test: H ( 5, N= 344) =21,09943 p =,000				
	1	2	3	4	5
	R:101,63	R:144,03	R:159,57	R:181,28	R:201,48
1		1,000000	1,000000	0,020788	0,001140
2	1,000000		1,000000	1,000000	0,445079
3	1,000000	1,000000		1,000000	1,000000
4	0,020788	1,000000	1,000000		1,000000
5	0,001140	0,445079	1,000000	1,000000	
6	0,258947	1,000000	1,000000	1,000000	0,066019

Relativamente ao factor 2, as diferenças encontram-se entre 1 e 4 (valor- $p=0,02$ ) e 1 e 5 (valor- $p=0,001$ ). Assim, pode-se afirmar que os indivíduos que possuem a 1ª e 2ª fase do EBI ou inferior obtêm valores menos elevados do que os que possuem 2º ou o 3º Ciclo Ensino Secundário em termos do factor 2 (o que significa que o primeiro grupo apresenta maior tendência para concordar com os itens que compõem o factor comparativamente aos indivíduos das outras categorias).

Quanto aos restantes factores verificam-se diferenças significativas no valor médio relativo aos factores 5,6, 9 e 10 entre os 6 grupos (habilitações literárias) ( $X^2(5, N=346)=23,48$ ;  $p<0,01$ ;  $X^2(5,N=338)=17,59$ ;  $p=0,004$ ;  $X^2(5, N=351)=15,9$ ;  $p=0,007$ ;  $X^2(5, N=346)=20,26$ ;  $p=0,001$ ; respectivamente).

**Quadro 28 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Habilitações literárias” (restantes factores)**

Test Statistics(a,b)								
	Factor 4	Factor 5	Factor 6	Factor 7	Factor 8	Factor 9	Factor 10	Factor 11
Chi-Square	6,225	23,475	17,587	4,899	8,899	15,909	20,256	2,169
Df	5	5	5	5	5	5	5	5
Asymp. Sig.	,285	,000	,004	,428	,113	,007	,001	,825

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Hab\_lit\_cat

Através da análise das comparações múltiplas (Anexo J) e ordens médias (Anexo G) constata-se que relativamente ao factor 5, as diferenças encontram-se entre os indivíduos com “1ª e 2ª fase EBI ou inferior” e aqueles que possuem “Ensino Superior” (valor- $p=0,000575$ ). Assim e analisando as ordens médias atribuídas a cada um destes grupos, pode-se afirmar que os indivíduos que possuem a “1ª e 2ª fase EBI ou inferior” obtêm valores menos elevados do que os que possuem “Ensino Superior” em termos do factor 5. No factor 6 as diferenças encontram-se entre os indivíduos com “Ensino Superior” e os que possuem o “2º ciclo do Ensino Secundário” (valor- $p=0,019$ ). Estes apresentam valores significativamente mais elevados neste factor que os do primeiro grupo. No que diz respeito ao factor 9, existem diferenças entre o grupo dos indivíduos com “1ª e 2ª fase EBI ou inferior” e os restantes grupos (com excepção dos pertencentes ao nível “3ª fase EBI”) ( $\alpha=0,05$ ). Os indivíduos com o nível de escolaridade mais baixo tendem a apresentar valores inferiores neste factor comparativamente aos restantes níveis (com a excepção atrás mencionada). As diferenças encontradas para o factor 10, residem entre o grupo que possui “Ensino Superior” e os dois grupos com escolaridade mais baixa (valor- $p<0,01$  e valor- $p<0,05$  para a comparação com os indivíduos com “1ª e

2ª fase EBI ou inferior” e para a comparação com os indivíduos com “3ª fase EBI”, respectivamente). Assim, os indivíduos com a escolaridade mais elevada apresentam níveis mais elevados neste factor comparativamente aos dois grupos referidos.

#### e) Variável “Profissão”

Relativamente a esta variável não se verificam diferenças significativas no valor médio obtido para os factores 1 e 3 entre os grupos profissionais ( $\alpha=0,05$ ).

**Quadro 29 – ANOVA para a variável “Profissão”**

#### ANOVA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Factor 1 - Questionário B	Between Groups	28,473	4	7,118	,818	,515
	Within Groups	2532,662	291	8,703		
	Total	2561,135	295			
Factor 3 - Questionário B	Between Groups	20,390	4	5,098	1,068	,373
	Within Groups	1427,212	299	4,773		
	Total	1447,602	303			

Por se ter constatado a não existência de homogeneidade de variâncias (valor  $p < 0,05$ ) foi efectuado um teste não paramétrico para o factor 2 (ver Anexo G).

**Quadro 30 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Profissão” (factor 2)**

#### Test Statistics(a,b)

Factor 2 - Questionário B	
Chi-Square	15,832
df	4
Asymp. Sig.	,003

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Profissão\_cat

Verificam-se diferenças significativas no valor médio obtido para o factor 2 entre os indivíduos dos 5 grupos profissionais ( $X^2(4, N=304)=15,83, p=0,003$ ).

Através da análise das comparações múltiplas (CM) verifica-se que as diferenças existentes são entre o grupo 1 e o 5 (“trabalhadores do sector não qualificado” e “estudantes”) (valor-p=0,004).

**Quadro 31 – Comparações múltiplas**

CM

Multiple Comparisons z' values; <b>factor_2b</b> (bd_henric Independent (grouping) variable: prof_cat Kruskal-Wallis test: H ( 4, N= 304) =15,83189 p =,003					
Depend.: <b>factor_2b</b>	1	2	3	4	5
	R:130,43	R:160,49	R:130,46	R:155,22	R:175,93
1		1,901890	0,001945	1,280237	3,538779
2	1,901890		1,606280	0,249097	1,002007
3	0,001945	1,606280		1,136457	2,793260
4	1,280237	0,249097	1,136457		1,087400
5	3,538779	1,002007	2,793260	1,087400	

Multiple Comparisons p values (2-tailed); <b>factor_2b</b> (l Independent (grouping) variable: prof_cat Kruskal-Wallis test: H ( 4, N= 304) =15,83189 p =,003					
Depend.: <b>factor_2b</b>	1	2	3	4	5
	R:130,43	R:160,49	R:130,46	R:155,22	R:175,93
1		0,571856	1,000000	1,000000	0,004020
2	0,571856		1,000000	1,000000	1,000000
3	1,000000	1,000000		1,000000	0,052180
4	1,000000	1,000000	1,000000		1,000000
5	0,004020	1,000000	0,052180	1,000000	

Em relação aos restantes factores verificam-se diferenças significativas no valor médio relativo aos factores 5,6,8 e 10 entre os 5 grupos profissionais ( $X^2(4, N=304)=21,097$ ;  $p<0,01$ ;  $X^2(4, N=300)=9,87$ ;  $p=0,043$ ;  $X^2(4, N=303)=11,79$ ;  $p=0,019$ ;  $X^2(4, N=305)=20,48$ ;  $p<0,01$ ; respectivamente).

**Quadro 32 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Profissão” (restantes factores)**

Test Statistics(a,b)								
	Factor 4	Factor 5	Factor 6	Factor 7	Factor 8	Factor 9	Factor 10	Factor 11
Chi-Square	1,758	21,097	9,865	4,904	11,786	3,253	20,476	6,652
df	4	4	4	4	4	4	4	4
Asymp. Sig.	,780	,000	,043	,297	,019	,516	,000	,155

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Profissão\_cat

Através da análise das comparações múltiplas (Anexo J) verifica-se que as diferenças existentes quanto ao valor médio no factor 5 são entre o grupo 5 (“Estudante”) e os restantes grupos com excepção do primeiro (“Trabalhador do sector não qualificado”) ( $\alpha=0,05$ ). Observando o quadro com os dados descritivos onde constam as ordens médias atribuídas a cada grupo profissional (Anexo G), verifica-se que os “Estudantes” apresentam um valor significativamente superior aos restantes grupos (com excepção do grupo acima mencionado) neste factor. Quanto aos factores 6 e 8, através das análises realizadas não foi possível detectar onde residem especificamente as diferenças. Pode-se apenas observar os dados descritivos e referir, por exemplo, que os “Trabalhadores Intelectual / Científico” são os que apresentam os menores valores no factor 6 (maior concordância) e os “Trabalhadores do sector não qualificado” apresentam maiores níveis de discordância com os itens que o compõem (maiores valores). Para o factor 8, os “Estudantes” e os “Trabalhadores Intelectual / Científico” apresentam os menores valores neste factor, os “Professores do Ensino Secundário” os mais elevados. No factor 10, as diferenças residem entre os “Estudantes” e os “Trabalhadores do sector não qualificado” (valor- $p=0,001$ ).

#### **f) Variável “Estado Civil”**

Como se pode verificar pelo quadro 33 não se verificam diferenças significativas nos valores dos factores 1, 2 e 3 entre os diferentes grupos ( $\alpha=0,05$ ).

**Quadro 33 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis/variável “Estado civil” (3 factores)****Test Statistics(a,b)**

	Factor 1 – Questionário B	Factor 2 - Questionário B	Factor 3 - Questionário B
Chi-Square	1,163	7,412	1,431
Df	3	3	3
Asymp. Sig.	,762	,060	,698

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Estado\_Civil\_Cat

Relativamente aos restantes factores verificam-se diferenças significativas no valor médio relativo aos factores 4,6 e 7 entre os 4 grupos ( $X^2(3, N=344)=11,27$ ;  $p=0,01$ ;  $X^2(3, N=343)=8,06$ ;  $p=0,045$ ;  $X^2(3, N=346)=13,499$ ;  $p=0,004$ ; respectivamente).

**Quadro 34 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Estado civil” (restantes factores)****Test Statistics(a,b)**

	Factor 4	Factor 5	Factor 6	Factor 7	Factor 8	Factor 9	Factor 10	Factor 11
Chi-Square	11,266	5,753	8,059	13,499	7,706	,216	3,149	3,064
df	3	3	3	3	3	3	3	3
Asymp. Sig.	,010	,124	,045	,004	,052	,975	,369	,382

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Estado\_Civil\_Cat

Para o factor 4, as diferenças estatisticamente significativas encontram-se entre os indivíduos “Divorciados”, “Casados oficialmente” e os “Solteiros” ( $\alpha=0,05$ ) (Anexo J). Os “Divorciados” apresentam valores significativamente mais elevados que os “Casados oficialmente” ou “Solteiros”. Para o factor 6 não foi possível detectar os grupos onde existem as diferenças, podendo-se apenas observar as tendências através das ordens médias (*Mean Rank*, Quadro 35). As diferenças

encontradas quanto aos valores no factor 7 apontam no sentido de existirem diferenças estatisticamente significativas entre os “Casados oficialmente” e os “Solteiros” (valor- $p=0,015$ ). Os “Solteiros” apresentam valores no factor 7 significativamente mais elevados que os “Casados oficialmente”.

**Quadro 35 – Ordens médias (factores 4, 6 e 7)**

Ranks			
	Estado_Civil_Cat	N	Mean Rank
Factor 4 - Questionário B	Casado oficialmente	98	163,34
	Solteiro	226	171,16
	Divorciado	16	249,91
	União de facto	4	163,13
	Total	344	
Factor 6 - Questionário B	Casado oficialmente	101	149,97
	Solteiro	222	180,16
	Divorciado	16	184,38
	União de facto	4	225,88
	Total	343	
Factor 7 - Questionário B	Casado oficialmente	97	145,14
	Solteiro	229	183,47
	Divorciado	16	182,75
	União de facto	4	253,50
	Total	346	

**g) Variável “Tem filhos?”**

Como se pode constatar pelo quadro 36 verificam-se diferenças significativas no valor médio obtido para o factor 2 entre os indivíduos com e sem filhos ( $t(330)=2,54$ ;  $p=0,012$ ). Os indivíduos que não têm filhos apresentam valores mais elevados neste factor, o que significa que tendem a discordar mais do teor dos itens que o compõem.

**Quadro 36 – Teste t-student para a variável “Tem filhos?”**

		Independent Samples Test									
		Levene's Test for Equality of Variances				t-test for Equality of Means					
		F	Sig.	t	Df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference		
								Lower	Upper		
Factor 1	Equal variances assumed	,175	,676	1,086	324	,278	-,37294	,34328	1,04827	-,30240	
	Equal variances not assumed			1,093	271,206	,275	-,37294	,34117	1,04461	-,29874	
Factor 2	Equal variances assumed	,005	,944	2,539	330	,012	,87066	,34290	,19612	1,54520	
	Equal variances not assumed			2,521	266,299	,012	,87066	,34530	,19079	1,55053	
Factor 3	Equal variances assumed	,579	,447	,721	332	,472	,17852	,24768	-,30870	,66574	
	Equal variances not assumed			,723	274,872	,470	,17852	,24693	-,30759	,66463	

Como é possível constatar no Quadro 37 nos restantes oito factores verificam-se diferenças significativas no valor médio obtido nos factores 5, 7, 8 e 10 entre os indivíduos com e sem filhos ( $t(332)=3,33$ ;  $p=0,001$ ;  $t(327)=2,16$ ;  $p=0,031$ ;  $t(331)=-2,76$ ;  $p=0,006$ ; e  $t(332)=2,84$ ;  $p=0,005$ , respectivamente). Os indivíduos que não têm filhos tendem a apresentar, em média, valores mais elevados nestes factores (com excepção do oitavo). Isto significa que tendem a discordar mais do teor dos itens que os compõem.

*Quadro 37 – Teste t-student para a variável “Tem filhos?” (restantes factores)*

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	T	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper	
Factor 4	Equal variances assumed	,149	,700	-,397	325	,692	-,07922	,19977	-,47222	,31377
	Equal variances not assumed			-,398	274,414	,691	-,07922	,19901	-,47101	,31256
Factor 5	Equal variances assumed	2,891	,090	3,326	332	,001	1,18712	,35689	,48506	1,88917
	Equal variances not assumed			3,436	305,935	,001	1,18712	,34552	,50721	1,86702
Factor 6	Equal variances assumed	,378	,539	-1,231	324	,219	-,33730	,27409	-,87652	,20192
	Equal variances not assumed			-1,247	277,462	,213	-,33730	,27044	-,86967	,19506
Factor 7	Equal variances assumed	,000	,994	2,162	327	,031	,41206	,19061	,03708	,78704
	Equal variances not assumed			2,166	277,881	,031	,41206	,19020	,03764	,78648
Factor 8	Equal variances assumed	,902	,343	-2,757	331	,006	-,38371	,13918	-,65750	-,10991
	Equal variances not assumed			-2,794	287,188	,006	-,38371	,13733	-,65401	-,11340
Factor 9	Equal variances assumed	,267	,606	,448	336	,654	,07482	,16695	-,25357	,40322
	Equal variances not assumed			,452	285,150	,651	,07482	,16540	-,25073	,40037
Factor 10	Equal variances assumed	,953	,330	2,840	332	,005	,58272	,20520	,17907	,98637
	Equal variances not assumed			2,778	252,494	,006	,58272	,20978	,16958	,99586

Factor 11	Equal variances assumed	,021	,884	,175	333	,861	,02608	,14926	-,26753	,31969
	Equal variances not assumed			,173	265,528	,863	,02608	,15076	-,27077	,32292

### h) Variável “Religião”

Em relação a esta variável não se verificam diferenças significativas nos valores dos factores 1, 2 e 3 entre os diferentes grupos ( $\alpha=0,05$ ).

**Quadro 38 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Religião” (3 factores)**

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Chi-Square	3,119	2,196	3,282
Df	4	4	4
Asymp. Sig.	,538	,700	,512

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Religião\_cat

Quanto aos restantes oito factores verificam-se diferenças significativas no valor médio relativo aos factores 4 e 10 entre os 4 grupos ( $X^2(4, N=294)=15,033$ ;  $p=0,0025$   $X^2(4, N=301)=9,64$ ;  $p=0,047$ ; respectivamente).

**Quadro 39 – Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis / variável “Religião” (restantes factores)**

	Factor 4	Factor 5	Factor 7	Factor 8	Factor 9	Factor 10	Factor 11	Factor 6
Chi-Squ	15,033	8,661	6,737	1,680	2,283	9,639	2,735	7,883
are df	4	4	4	4	4	4	4	4
Asy mp. Sig.	,005	,070	,150	,794	,684	,047	,603	,096

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Religião\_cat

*Quadro 40 – Ordens médias (factor 4 e 10)*

Ranks			
	Religião_cat	N	Mean Rank
Factor 4	Católica	159	152,65
	Testemunha de Jeová	27	91,30
	Racionalismo católico	23	137,39
	Outras	22	159,20
	Nenhuma	63	158,20
	Total	294	
Factor 10	Católica	160	145,52
	Testemunha de Jeová	28	196,18
	Racionalismo católico	24	141,27
	Outras	23	135,74
	Nenhuma	66	153,97
	Total	301	

Pela análise das comparações múltiplas (Anexo J) e ordens médias (Quadro 40) no quarto factor as diferenças significativas verificam-se entre os indivíduos cuja confissão religiosa é “Testemunha de Jeová”, “Católicos” (valor-p=0,005) e os que referem não ter “Nenhuma” religião (valor-p=0,006). As “Testemunhas de Jeová” apresentam valores inferiores aos dos dois outros grupos neste factor. Quanto ao décimo factor as divergências registam-se entre o grupo dos “Católicos” e o das “Testemunhas de Jeová” (valor-p=0,04), apresentando os primeiros valores significativamente inferiores aos do segundo grupo.

Em relação à variável “É praticante?” apenas se verificam diferenças entre os praticantes e não praticantes quanto ao valor médio do factor 6 ( $t(309)=-3,33$ ;  $p<0,01$ ; Quadro 41). Os não praticantes tendem a obter valores mais elevados neste factor (Anexo G com resultados detalhados).

*Quadro 41 – Teste t-student para a variável “É praticante?” (restantes factores)*

## Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	Df	Sig. (2- taile d)	Mean Differenc e	Std. Error Differenc e	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper	
Factor 4	Equal variance s assumed	,587	,444	-,428	305	,669	-,08759	,20450	-,49001	,31483
	Equal variance s not assumed			-,428	283,403	,669	-,08759	,20466	-,49044	,31526
Factor 5	Equal variance s assumed	,863	,353	,609	311	,543	,21546	,35401	-,48110	,91201
	Equal variance s not assumed			,614	294,823	,540	,21546	,35109	-,47550	,90642
Factor 6	Equal variance s assumed	,110	,740	-3,334	309	,001	-,89495	,26843	-1,42313	-,36676
	Equal variance s not assumed			-3,337	285,429	,001	-,89495	,26819	-1,42283	-,36706
Factor 7	Equal variance s assumed	1,224	,269	-1,744	308	,082	-,33622	,19277	-,71553	,04308
	Equal variance s not assumed			-1,762	294,020	,079	-,33622	,19086	-,71185	,03941
Factor 8	Equal variance s assumed	,276	,600	,182	311	,855	,02563	,14060	-,25102	,30228
	Equal variance s not assumed			,181	283,394	,857	,02563	,14168	-,25324	,30450
Factor 9	Equal variance s assumed	,047	,829	-,102	316	,918	-,01763	,17214	-,35631	,32104
	Equal variance s not assumed			-,102	292,728	,919	-,01763	,17247	-,35708	,32181

Factor 10	Equal variances assumed	,076	,783	,669	311	,504	,13920	,20812	-,27030	,54870
	Equal variances not assumed			,669	288,720	,504	,13920	,20811	-,27040	,54880
Factor 11	Equal variances assumed	1,382	,241	-,026	313	,979	-,00385	,14916	-,29734	,28963
	Equal variances not assumed			-,025	273,521	,980	-,00385	,15150	-,30212	,29441

## Discussão

---

O principal objectivo deste trabalho consistiu em conhecer as crenças relativas à conjugalidade e parentalidade que os jovens e adultos cabo-verdianos residentes na ilha de S. Vicente possuem acerca da sociedade cabo-verdiana. Constitui-se como um estudo exploratório através do qual se pretendeu construir uma Escala de Crenças face à Conjugalidade e à Parentalidade validada para a amostra em estudo. Para o efeito foi utilizada uma amostra não probabilística, de conveniência, constituída por 371 participantes com idades compreendidas entre os 15 e os 66 anos (média 32 anos), de ambos os sexos, com diferentes níveis de escolaridade, profissões e confissões religiosas.

As crenças são cognições ou pensamentos associados às atitudes. Segundo Fishbein & Ajzen (1974) podem ser entendidas como associações ou conexões que as pessoas estabelecem entre o objecto de atitude e os diferentes atributos que lhe são imputados. Expressam avaliações positivas ou negativas podendo, ocasionalmente, apresentar-se como neutras. Segundo a teoria das atitudes estas constituem as suas *unidades de base*. A forma mais directa de se aceder a estes conteúdos cognitivos é através da auto-descrição do posicionamento individual. Caracterizam-se por algumas propriedades, nomeadamente as estruturais, das quais a complexidade é uma das mais importantes. O estudo das crenças é uma das possíveis vias para aceder à compreensão das atitudes dos sujeitos face a um determinado objecto de atitude. Durante muito tempo assumiu-se que as atitudes são capazes de predizer o comportamento. No entanto, com a evolução dos trabalhos neste domínio a grande questão passou a ser a determinação das condições sob as quais se pode esperar uma relação entre atitudes e comportamentos. Para o efeito várias perspectivas têm sido equacionadas.

A formação de um casal pode ocorrer de diferentes formas diferindo este tipo de relacionamento de outros laços sociais pela força das barreiras que o envolve. A relação conjugal tem sido estudada segundo diversas perspectivas. A compreensão psicológica deste fenómeno carece do contributo de diferentes abordagens e tipos de

investigação, nomeadamente da área da ciência das relações (Berscheid, 1999). O processo de construção e desenvolvimento da relação conjugal está impregnado por vários tipos de crenças, com diferentes proveniências. A investigação intercultural tem demonstrado que a relação conjugal pode assumir diferentes formas, relacionando-se cada uma delas com as exigências ecológicas e o preservar de vários tipos de crenças. Considerando a conjugalidade como uma relação íntima e a importância da cultura neste processo, é fundamental considerar alguns dados que derivam de trabalhos em contextos específicos, nomeadamente os relativos à África Ocidental.

A conceptualização da existência de um pensamento parental varia segundo os autores (Palacios, 1987). Por exemplo, Sigel & McGillicuddy-De Lisi (2002), consideram que os pais têm ideias claras e sistematizadas acerca da natureza das crianças e seu desenvolvimento, cumprindo as crenças parentais o importante papel de organizar o mundo dos indivíduos, permitindo-lhes um funcionamento diário eficaz, sem sobrecarga de informação e desgaste desnecessário com as tomadas de decisão. Outros assumem as ideias dos pais como estruturas cognitivas (representações de valores e normas sociais) que medeiam a percepção do comportamento da criança e a resposta socializadora dos pais (Bacon & Ashmore, 1996; Goodnow, 1985). Os estudos etnográficos e antropológicos têm demonstrado que diferentes grupos culturais possuem crenças próprias acerca da infância e educação das crianças. O reconhecimento da importância da tradição e das crenças profundamente enraizadas que os pais possuem está relacionado com a sobrevivência da sociedade através das práticas parentais. Na revisão de literatura realizada por Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington & Bornstein (2000) está patente o impacto dos pais no desenvolvimento das crianças. A complexidade das relações entre comportamentos parentais e aquisições desenvolvimentais é reforçada.

Tendo em consideração os referenciais teóricos delineados concebeu-se um estudo em que se pretendeu verificar alguns aspectos inerentes a estas temáticas. Dadas as características da sociedade em estudo, optou-se por uma amostra de conveniência. Apesar das possíveis limitações decorrentes deste processo de amostragem conseguiu-se que esta espelhasse alguns aspectos da sociedade cabo-verdiana. Obteve-se uma amostra em que predominam os sujeitos do sexo feminino

(67.7%) face aos do sexo masculino (32.3%). Segundo o último Censo (2000) a população cabo-verdiana é maioritariamente feminina (51.9%). Relativamente à idade os jovens (17, 16, 15 e 18 anos) e os sujeitos da faixa etária dos 15 aos 35 anos constituem a maioria (60.38%). A população cabo-verdiana é maioritariamente jovem (53% tem menos de 20 anos, 35% tem menos de 15 anos e 18% encontra-se entre os 15 e 24 anos). No que concerne ao estado civil os solteiros constituem a maioria da amostra (65.18%). Dados nacionais revelam que em Cabo Verde a maioria das pessoas enquadra-se neste estado civil (57%), sendo o número de casados diminuto em particular no sector mais carenciado da população (apenas 8% dos “pobres” se casam). Tucker & Taylor (1989) referem que, nos Estados Unidos, se verifica uma baixa percentagem de casamentos na comunidade afro-americana devido à sua difícil situação económica. O que não invalida a formação de uma relação romântica. Constatou-se, na amostra, uma percentagem reduzida de uniões de facto (1.11%). Considera-se que o número real será bem superior dado que muitos sujeitos que vivem segundo esta modalidade consideram-se solteiros, assinalando esta opção de resposta (algo que, em outro momento deverá ser refinado). Os dados do último Censo apontam claramente para um predomínio dos solteiros (54.3%; 16.8% de casados; 22.5% de uniões de facto). Quanto à questão do ter ou não filhos 56.6% dos sujeitos da amostra referem ter filhos. Este perfil de uma população maioritariamente solteira mas com filhos está de acordo com o panorama da sociedade cabo-verdiana. De referir que os últimos dados disponibilizados (2002) apontam no sentido de 41% dos agregados familiares serem constituídos apenas pela mãe e os filhos. A maioria dos sujeitos (cerca de 80%) dizem ter de 1 a 3 filhos (predomínio de 1 filho, cerca de 30%). O ISF nacional é de 4 crianças por mulher. As características da amostra (média de idade, elevado nível de escolaridade e presença expressiva de categorias profissionais diferenciadas) justificam a prevalência de um diminuto número de filhos. Não existem dados estatísticos oficiais face à distribuição da população por confissão religiosa. No entanto, considera-se que o perfil presente na amostra coincide com o da população cabo-verdiana (prevalência da religião católica). No que concerne às habilitações literárias o predomínio de sujeitos da categoria “Ensino Superior” e “2º e 3º Ciclo do Ensino Secundário” justifica-se pelas características da amostra estudada. No entanto, como é patente nos dados nacionais a sociedade cabo-verdiana apesar de pobre apresenta elevados índices de escolarização (taxas de escolarização bruta e líquida em torno dos 65% e 52%

respectivamente, 2000). Os dados obtidos face às diferentes categorias profissionais estão em consonância com alguns dados disponibilizados pelas estatísticas oficiais (de referir que estas não fornecem, ainda, dados completos para as diferentes categorias profissionais existentes). Por exemplo, os “Trabalhadores do Sector não qualificados” representam a nível nacional 27.9%, na amostra em estudo correspondem a 24.26%.

Como foi anteriormente apontado a análise factorial efectuada permitiu a extracção de 11 factores, explicando os três primeiros cerca de 21% da variabilidade. Recorde-se que o primeiro factor remete para o “envolvimento e estabilidade na relação conjugal” (itens 10, 20, 21, 22 e 23); o segundo para a “importância da parentalidade (económica e de afirmação)” (itens 11, 18, 39 e 40); o terceiro para a “coabitação com a família de origem e manutenção da relação afectiva com o pai / mãe de filho” (itens 24, 25, 26 e 27); o quarto para a “legalização da relação conjugal” (itens 1, 2 e 3); o quinto para o “valor cultural da parentalidade e estratégias educativas” (itens 28, 29, 31 e 32); o sexto para a “formalização da relação conjugal (condicionantes de liberdade e acomodação)” (itens 4, 5 e 6); o sétimo para a “formalização da relação conjugal (condicionantes exposição/vergonha)” (itens 7 e 8); o oitavo para a “responsabilidade parental” (itens 14 e 15); o nono para a “emigração como condicionante da conjugalidade e parentalidade” (itens 35 e 36); o décimo para a “pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade” (itens 37 e 38); o décimo primeiro para a “fidelidade feminina” (itens 12 e 13).

Verificou-se que o sexo influencia fortemente as crenças relativas à conjugalidade. Nomeadamente as mulheres tendem a manifestar uma maior concordância face a afirmações que remetem para uma poligamia de facto, uma estrutura familiar predominantemente centrada na mulher (filhos com diferentes parceiros ausentes); não partilha das tarefas domésticas entre homens e mulheres; natureza e características da relação de intimidade (“a maior parte das famílias são constituídas pela mãe e filhos provenientes de diferentes parceiros”, “mesmo quando pai, mãe e filhos vivem juntos e ambos trabalham, o homem praticamente não participa nas tarefas domésticas”, “as relações entre homens e mulheres são pouco estáveis”, “é com a mãe, avó ou outros parentes que muitas jovens mulheres e seus filhos vivem”, “muitos homens vivem com a sua família de origem mantendo um

relacionamento afectivo com a sua “mãe de filho”). O conteúdo destas crenças está em consonância com os trabalhos dos investigadores que se dedicam a temáticas africanas (Piot, 1999; Shaw, 2000) que têm destacado como predominante, nos contextos da África Ocidental, as construções interdependentes do *self*. O permanecer até tarde ou para sempre na casa da família é um padrão destes contextos. Autores como Franklin, Odongo & Binka (1998) e Robertson (1984) referem, a propósito dos objectivos das relações, a prevalência do cumprimento mútuo de obrigações complementares e não o companheirismo íntimo. As estatísticas actuais sugerem que cerca de 20% dos adultos casados que habitam em sociedades da África Ocidental vivem abertamente em uniões poligâmicas (Dodoo, 1998; Klonegah, 1997; Hatfield & Rapson, 1996). Mesmo nos países em que esta prática baixou defende-se que o seu legado histórico persiste nas interações formalizadas e no baixo nível de intimidade psicológica entre os pares amorosos (Karanja, 1987). O padrão de residência exemplifica como diferentes protótipos relacionais estão ligados às diferentes realidades diárias. Nestes contextos existe uma menor expectativa face à necessidade de o par conjugal estabelecer uma residência autónoma. A constante vivência da pobreza (Foster, 1965; Mulling, 1984) e a herança da escravatura (Ferme, 2001; Piot, 1999; Shaw, 2000) permitiu o desenvolvimento de variedades únicas de interdependência. Relativamente a aspectos da formalização da relação conjugal (condicionantes de exposição/vergonha), as mulheres tendem a manifestar maior discordância do que os homens face a afirmações que remetem para este eixo (“ao fim de muitos anos a viverem juntos muitos não se casam porque têm vergonha e não se querem expor”; “ao fim de muitos anos de relacionamento com um determinado parceiro(a), sem coabitação, muitos não se casam porque não se querem expor”). Tendem, igualmente, a discordar mais de afirmações que consideram a pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade (pobreza como uma das principais causas da instabilidade conjugal e “irresponsabilidade” paterna e materna). Quanto ao eixo relativo à problemática da fidelidade feminina elas tendem a concordar mais do que os homens face a afirmações que apontam no sentido de que as mulheres são mais fiéis do que os homens e que não estão, cada vez mais, a comportar-se como os homens em termos de infidelidade. Por fim, elas tendem a concordar mais com afirmações que remetem para aspectos relativos à responsabilidade parental (a paternidade “irresponsável” como sendo um dos grandes problemas da sociedade cabo-verdiana e o facto de muitos pais nem se quer registarem os filhos).

No que concerne à idade constata-se que os indivíduos mais velhos (pertencentes ao período colonial) tendem a valorizar mais a parentalidade na sua vertente económica e de afirmação (“muitas mulheres têm filhos com vários homens porque dependem economicamente deles”; “para o homem o número de filhos é sinal da sua masculinidade”). Os mais jovens (15-35 anos) que se desenvolveram num contexto pós-independência, numa sociedade com características bem diferentes, tendem a não valorizar tanto os filhos enquanto garante económico e de afirmação. Nesta linha verifica-se que as crenças face ao valor cultural da parentalidade/estratégias educativas, formalização da relação conjugal (condicionantes exposição/vergonha) e pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade manifestadas pelo grupo dos mais jovens e dos mais velhos são também diferentes. Os mais novos tendem a valorizar menos os filhos como fonte de “riqueza” (uma mais-valia a todos os níveis, em particular como futuro suporte económico, que permitirá a sobrevivência dos pais) e que as responsabilidades decorrentes do nascimento de um filho não residem só nos pais mas no acaso e intervenção “divina” (“em Cabo Verde os filhos são considerados “riqueza””, “quando nasce uma criança, e mesmo que os pais tenham muitas dificuldades económicas, diz-se que “Deus tem””). Consideram, igualmente, menos que os “castigos corporais” ainda são a principal maneira de educar as crianças e que “as crianças desde muito cedo têm que começar a “desenrascar-se”” (autonomização precoce em relação à alimentação, higiene e tarefas domésticas). Manifestam, também, discordar mais de afirmações que remetem para que “ao fim de muitos anos a viverem juntos muitos não se casam porque têm vergonha e não se querem expor” ou que “ao fim de muitos anos de relacionamento com um determinado parceiro(a), sem coabitação, muitos não se casam porque não se querem expor”. Discordam mais face a afirmações que remetem para a pobreza como uma das principais causas da instabilidade conjugal e “irresponsabilidade” paterna e materna. A análise tendo como base os três grupos etários revela que os indivíduos mais novos tendem a discordar mais de afirmações relativas ao valor cultural da parentalidade/estratégias educativas e pobreza com condicionante da conjugalidade e parentalidade do que os mais velhos. Relativamente aos indivíduos do grupo intermédio (36-44 anos), os mais novos tendem a discordar mais de afirmações que remetem para questões relativas à responsabilidade parental (paternidade “irresponsável” e não registo dos filhos). Verifica-se, então, que em diferentes dimensões os indivíduos mais novos

nascidos no contexto pós-independência posicionam-se de uma forma diferente face a alguns aspectos da parentalidade e conjugalidade (ocorrendo o mesmo em relação aos sujeitos do grupo intermédio ainda influenciados por valores e condições estruturais características do período colonial). Poder-se-á equacionar que o nível de desenvolvimento conseguido durante as últimas três décadas, bem como a influência de diferentes quadros de valores começam a manifestar-se nos posicionamentos dos indivíduos.

As habilitações literárias constituem, igualmente, um factor diferenciador ao nível das crenças expressas pelos indivíduos da amostra em estudo. Constatou-se que a parentalidade na sua vertente económica e de afirmação é mais valorizada pelos indivíduos que possuem um baixo nível de escolaridade do que por aqueles que possuem entre o 9º e o 12º ano. Isto poderá apontar para a influência dos valores veiculados pela escolarização, bem como a possibilidade de conseguir um melhor emprego, auferindo um salário mais elevado. Os filhos deixam, assim, de ser o garante do futuro económico da família e o principal factor de afirmação social. Trabalhos como os de Richman, Miller & LeVine (1992) apontam no sentido de que a exposição a normas, via os anos de escolaridade podem sobrepor-se aos códigos culturais tradicionais. Harwood et al. (2000) constataram, também, que o nível socioeconómico pode ter a capacidade de transformar constructos culturalmente elaborados. Relativamente ao valor cultural da parentalidade/estratégias educativas verifica-se que os indivíduos com um nível de escolaridade mais baixo tendem a valorizar mais os aspectos da parentalidade contidos neste eixo do que aqueles que possuem um nível académico superior. Quanto a aspectos relativos à formalização da relação conjugal (condicionantes de liberdade e acomodação), indivíduos com um nível intermédio de escolaridade (nono e décimo ano) tendem a discordar mais que os que possuem o ensino superior face a afirmações que remetem para “o casamento é “enforçar”, uma “prisão””, “a união de facto permite uma maior liberdade (poder mudar de parceiro frequentemente, não ter “obrigações”)” e que “muitos não se casam porque “vão disfarçando”, acomodando-se à situação”. Os indivíduos com um nível de escolaridade mais baixo tendem a concordar mais do que os dos restantes grupos (com excepção dos pertencentes ao nível “3ª fase do EBI”), com afirmações que consideram a emigração como uma condicionante da conjugalidade e parentalidade (“muitos consideram que a emigração é responsável pela instabilidade de muitas relações conjugais”, “devido à emigração muitas crianças crescem sem a

mãe, o pai ou ambos”). Quanto à pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade (“a pobreza tem sido uma das principais causas da instabilidade conjugal” e “a pobreza como uma das principais causas da “irresponsabilidade” paterna e materna”), os indivíduos com um nível de escolaridade superior tendem a discordar mais, relativamente aos pertencentes aos dois grupos com escolaridade mais baixa, de afirmações que a consideram uma condicionante.

Quanto à profissão constatou-se que os estudantes tendem a valorizar menos do que os trabalhadores do sector não qualificado afirmações que remetem para a parentalidade na sua vertente económica e de afirmação. Quer isto dizer que os estudantes discordam mais face a afirmações como “muitas mulheres têm filhos com vários homens porque dependem economicamente deles”, “para o homem o número de filhos é sinal da sua masculinidade”, “para as jovens ter filhos significa já ser “mulher” e alcançar uma posição diferente na sociedade”, “para os jovens ter filhos é sinal de que são “machos”. Verifica-se, também, que os estudantes tendem a discordar mais do que os indivíduos pertencentes às outras categorias (excepção para os “trabalhadores do sector não qualificado”) face a afirmações que remetem para o valor cultural da parentalidade/estratégias educativas. Relativamente às dimensões formalização da relação conjugal (condicionantes de liberdade e acomodação) e responsabilidade parental não foi possível detectar onde residem especificamente as diferenças. Pode, apenas, referir-se através dos dados descritivos que, p.e., os “trabalhadores do sector intelectual/científico” são os que tendem a concordar mais com o teor das afirmações relativas à formalização da relação conjugal. Os “trabalhadores do sector não qualificado” manifestam uma maior discordância (o casamento é “enforcar”, uma “prisão”, união de facto permite uma maior liberdade, não formalização da relação conjugal por se acomodarem à situação). Relativamente à responsabilidade parental os estudantes e os trabalhadores do sector intelectual/científico são os que tendem a concordar mais com o teor das afirmações que compõem este eixo. Os professores do ensino secundário são os que tendem a discordar mais. No que concerne à pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade os estudantes tendem a discordar mais face às afirmações que constituem esta dimensão.

O estado civil demonstrou não exercer uma influência significativa nas crenças manifestadas pelos sujeitos face a questões do âmbito do envolvimento e estabilidade da relação conjugal, parentalidade como garante económico e forma de

afirmação, padrão de residência. Quanto às questões relativas à legalização da relação conjugal verifica-se que os “divorciados” tendem a discordar mais do que os “casados oficialmente” e os “solteiros” face a afirmações que compõem este eixo (“em Cabo Verde a maioria das pessoas não se casa (civil ou igreja)”); “a maioria vive junto durante muitos anos sem legalizarem a sua situação”; “têm filhos e constroem um património mas não legalizam a situação”). No que concerne à formalização da relação conjugal (condicionantes de liberdade e acomodação) não foi possível detectar os grupos onde existem diferenças, apenas se podendo observar as tendências através das ordens médias. Os que vivem em união de facto apresentam um valor superior às restantes categorias. Tendem, então, a discordar mais com o teor dos itens que remetem para o facto de muitos acharem que o casamento é “enforçar”, uma “prisão”, que a união de facto permite uma maior liberdade e que muitos não se casam porque se vão acomodando à situação. Quanto à formalização da relação conjugal (condicionantes de exposição/vergonha) os resultados apontam no sentido de existirem diferenças estatisticamente significativas entre os “casados oficialmente” e os “solteiros”. Estes tendem a discordar mais face às afirmações que compõem esta dimensão.

No que concerne à influência do ter ou não filhos verifica-se que os indivíduos que os não têm tendem a valorizar menos a parentalidade como garante económico da família e forma de afirmação individual. Os indivíduos que não têm filhos tendem a discordar mais do que os que têm face ao teor das afirmações que remetem para o valor cultural da parentalidade/estratégias educativas, formalização da relação conjugal (condicionantes exposição/vergonha) e pobreza como condicionante da conjugalidade e parentalidade. Relativamente à responsabilidade parental os que não têm filhos tendem a concordar mais com afirmações que remetem para a paternidade “irresponsável” como um dos grandes problemas da sociedade cabo-verdiana, bem como o não registo das crianças.

Constata-se, também, que a confissão religiosa não influencia, significativamente, as crenças manifestadas pelos sujeitos da amostra relativamente a aspectos do envolvimento e estabilidade da relação conjugal, parentalidade como garante económico e de afirmação dos indivíduos, padrão de residência. Quanto ao eixo legalização da relação conjugal as “Testemunhas de Jeová” tendem a concordar mais, do que os “Católicos” e dos que afirmam não seguir nenhuma confissão religiosa, com o teor das afirmações que o compõem. No que concerne à pobreza

como condicionante da conjugalidade e parentalidade os “Católicos” tendem a concordar mais do que as “Testemunhas de Jeová” com o teor das afirmações que compõem esta dimensão.

As conclusões a que se chegou não podem ser generalizadas dado a amostra estudada não ser representativa da população da ilha de S. Vicente. Além de que, eventualmente, podem ter ocorrido alguns enviesamentos metodológicos. No entanto, foi possível evidenciar como características individuais, aspectos económicos e exigências ecológicas se repercutem nas crenças desenvolvidas face a alguns aspectos da conjugalidade e da parentalidade. O seu estudo constitui-se como uma das possíveis vias para aceder à compreensão das atitudes dos sujeitos face a um determinado objecto de atitude. Será, assim, possível perceber que construções imperam nesses espaços e porquê. O delinear de programas de prevenção e intervenção adequados e capazes de atenderem às necessidades reais das populações nestes domínios devem alicerçar-se em dados desta natureza.

## Referências Bibliográficas

---

- Abela, A., Frosh, S., & Dowling, E. (2005). Uncovering beliefs embedded in the culture and its implications for practice: the case of Maltese married couples. *The Association for Family Therapy, 27*, 3-23.
- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Adams, G., Plaut, V., C. (2003). The cultural grounding of personal relationship: Friendship in North American and West African worlds. *Personal Relationship, 10*, 333-347.
- Adams, G., Anderson, S., L., Adonu, J., K. (2004). The cultural grounding of closeness and intimacy, In D. J. Mashek, A. Aron (Ed). *Handbook of closeness and intimacy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino – a construção social da diferença*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Aron, A., Paris, M., & Aron, E., N. (1995). Falling in love: Prospective studies of self-concept change. *Journal of Personality and Social Psychology, 69* (6), 1102-1112.
- Aron, A., P., Mashek, D., J., Aron, E., N. (2004). Closeness as including other in the self. In D. J. Mashek, A. Aron (Ed). *Handbook of closeness and intimacy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Badinter, E. (1980). *O Amor incerto. História do amor maternal do Séc. XVII ao Séc. XX*. Lisboa: Relógio d'água.
- Badinter, E. (2003). *Caminho errado*. Porto: Edições Asa.
- Baumeister, R., F., Leary, M., R. (1995). The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin, 117* (3), 497-529.
- Berscheid, E. (1994). Interpersonal relationships. *Annual Review of Psychology, 45*, 79-129.
- Berscheid, E. (1999). The Greening of relationship science. *American Psychologist, 54* (4), 260-266.

- Bornstein, M. H. (Ed) (1991). *Cultural approaches to parenting*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bornstein, M. H. (Ed.) (2002). *Handbook of parenting*. Mahwah, N J: Erlbaum.
- Bradbury, T., N., Fincham, F., D. (1990). Attributions in marriage: Review and critique. *Psychological Bulletin*, 107 (1), 3-37.
- Breakwell, G., M., Hammond, S., & Fife-Schaw, C. (2000). *Research methods in psychology* (2 th ed). London: Sage.
- Brody, G., H., Stoneman, Z., D., McCrary, C., Hastings, L., & Conyers, O. (1994). Financial resources, parent psychological functioning, Parent co-caregiving, and early adolescent competence in rural two-parent African-American Families. *Child Development*, 65, 590-605.
- Bruner, J. (2002). *Actos de Significado. Para uma psicologia cultural* (obra original publicada em 1990). Lisboa: Edições 70.
- Buehlman, J., T., Gottman, J., M., & Katz, L., F. (1992). How a couple views their past predicts their future: Predicting divorce from a oral history interview. *Journal of Family Psychology*, 5 (3 e 4), 295-318.
- Bugental, D., B., Johnston, C. (2000). Parental and child cognitions in the context of the family. *Annual Review of Psychology*, 51, 315-344.
- Burguière, A., Klapisch – Zuben, C., Segalen, M., Zonabend, F. (1998). *História da Família*. Lisboa: Terramar (Tradução do original em francês Histoire de la famille. Paris: Armand Colin, 1986).
- Caillé, P. (1991). *Une et un font trois. Le couple révelè à lui même*. Paris: EFS Éditeur.
- Carreira, A. (1983). *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Patrocínio da Comunidade Económica Europeia.
- Carreira, A. (1984). *Cabo Verde, aspectos sociais. Secas e fomes do século XX* (2ª ed.). Lisboa: Ulmeiro.
- Chao, R., K. (2001). Extending research on the consequences of parenting style of Chinese Americans and European Americans. *Child Development*, 72 (6), 1832-1843.
- Chen, X., Hastings, P., D., Rubin, K., H., Chen, H., Cen, G., & Stewart, S., L. (1998). Child-rearing attitudes and behavioral inhibition in chinese and canadian toddlers: A cross-cultural study. *Developmental Psychology*, 34 (4), 677-686.

- Clark, M., S., Reis, H., T. (1988). Interpersonal processes in close relationships. *Annual Review of Psychology*, 39, 609-672.
- Collins, W., A., Maccoby, E., E., Steinberg, L., Hetherington, E., M., & Bornstein, M., H. (2000). Contemporary research on parenting. *American Psychologist*, 55 (2), 218-232.
- Comité de Coordenação de Luta Contra a SIDA, Secretariado Executivo (2002). *Plano Estratégico Nacional de luta Contra a SIDA 2002-2006*. Consultado em 1 de Maio de 2005 através de [http://www.aidscongress.net/article.php?id\\_comunicacao=95](http://www.aidscongress.net/article.php?id_comunicacao=95) .
- Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Edições Asa.
- Cote, L., R., & Bornstein, M., H. (2000). Social and didactic parenting behaviors and beliefs among Japanese American and South American mothers of infants. *Infancy*, 1 (3), 363-374.
- Cowan, P. A., Powell, O., & Cowan, C. P. (1998). Parenting interventions: a family systems perspective. In W. Damon, I. E. Sigal & K. A. Renninger (Eds). *Handbook of child psychology. Vol. 4: Child psychology in practice* (pp.3-72). New York: John Wiley & Sons Inc.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Darling, N., Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113 (3), 487-496.
- DeLoache, J., & Gottlieb, A. (2000). *A world of babies: Imagined childcare guides for seven societies*. Cambridge University Press.
- Dix, T. (1991). The affective organization of parenting: Adaptive and maladaptive processes. *Psychological Bulletin*, 110 (1), 3-25.
- Dovidio, J., F., Kawakami, K., & Gaertner, S., L. (2002). Implicit and explicit prejudice and interracial interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82 (1), 62-68.
- Fazio, R., H., Olson, M., A. (2003). Attitudes: Foundations, functions, and consequences. In *Sage handbook of social psychology*.
- Fincham, F., D., & Bradbury, T., N. (Eds) (1990). *The psychology of marriage*. London: Guilford.
- Fincham, F., D., Bradbury, T., N., Scott, C., K. (1990). Cognition in marriage. In Fincham, F., D., & Bradbury, T., N. (Eds). *The psychology of marriage*. London: Guilford.

- Fincham, F., D. (1998). Child development and marital relations. *Child development*, 69 (2), 543-574.
- Fletcher, G. (2002). *The new science of intimate relationships*. Oxford: Blackwell Publisher.
- Galper, A., Wigfield, A., & Seefeldt, C. (1997). Head Start parents' beliefs about their children's abilities, task values, and performances on different activities. *Child Development*, 68 (5), 897-907.
- Goodwin, R. (1999). *Personal relationships across cultures*. London: Routledge.
- Harkness, S., Super, C., M. (2002). Culture and parenting. In M. H. Bornstein (Ed). *Handbook of parenting: vol. 2*. Hillsdal, NJ: Laurence Erlbaum Associates. (pp. 253-280).
- Hogg, M., A., & Cooper, J. (Eds) (2003). *The Sage handbook of social psychology*. London: Sage.
- INE, Cabo Verde (2004). *O Perfil da Pobreza em Cabo Verde*. Consultado em 30 de Abril de 2005 através de <http://www.ine.cv/Metodologia/IDRF/SINTESE%20PERFIL%20POBREZA%20V6.pdf>.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, Cabo Verde) (2004). *A Dinâmica da Pobreza em Cabo Verde*. Consultado em 30 de Abril de 2005 através de <http://www.ine.cv/Metodologia/IDRF/DINAMICA%20DA%20POBREZA%20EM%20CABO%20VERDE.pdf>.
- Karney, B., R., Bradbury, T., N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: A review of theory, method, and research. *Psychological Bulletin*, 118 (1), 3-34.
- Kellerhals, J. et al. (1982). *Mariages au quotidien. Inégalités sociales, tensions culturelles et organization familiale*. Lausanne: Pierre – Marcel Publ.
- Kitzinger, S. (1978). *Mães, um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Presença.
- Laurenceau, J. P., Riviera, L., M., Schaffer, A., R. (2004). Intimacy as an interpersonal process: current status and future directions. In D. J. Mashek, A. Aron (Ed). *Handbook of closeness and intimacy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Le Systeme des Nations Unions au Cap-Vert (2004). *Rapport National sur les OMS au Cap-Vert. Une evaluation des efforts accomplis*. Consultado em 1 de Maio de 2005 através de – <http://www.un.cv/Donnee/OMD/rapport.html>.

- Levinger, G., Huston, T., L. (1990). The social psychology of marriage. In Fincham, F., D., & Bradbury, T., N. (Eds). *The psychology of marriage*. London: Guilford.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Mashek, D., J., & Aron, A. (2004). *Handbook of closeness and intimacy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- McBride-Chang, C., Chang, L. (1998). Adolescent-parent relations in Hong Kong: Parenting styles, emotional autonomy, and school achievement. *The Journal of Genetic Psychology*, 159 (4), 421-436.
- Mesquita, B., Frijda, N., H. (1992). Cultural variations in emotions: A review. *Psychological Bulletin*, 112 (2), 179-204.
- Mesquita, B. (2001). Emotions in collectivist and individualist Contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80 (1), 68-74.
- Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Gabinete de Estudos e Planeamento, Cabo Verde (2002). *Principais Indicadores da Educação*. Início do ano lectivo 2001/02. Consultado em 15 de Maio de 2005 através de <http://www.minedu.cv/docs/Estat%EDsticas/Ano%20Lectivo%202001-2002/IndicEduInicioAnoLectivo01-02.pdf> .
- Mize, J., Petit, G., S., & Brown, G. (1995). Mothers' supervision of their children's peer play: Relations with beliefs, perceptions, and knowledge. *Developmental Psychology*, 31 (2), 311-321.
- National Institute of Child Health and Human Development Early Child Care Research Network. Fathers' and mothers' parenting behavior and beliefs as predictors of children's social adjustment in the transition to school. *Journal of Family Psychology* 2004. Vol. 18, No. 4, 628-638.
- O'Leary, K., D., Smith, D. A. (1991). Marital interactions. *Annual Review of Psychology*, 42, 191-212.
- Oppenheim, A. N. (1992). *Questionnaire design, interviewing and attitude measurement* (2 th ed). London: Continuum.
- Palacios, J., González, M., M., & Moreno, M., C. (1987). Ideas, interacción, ambiente educativo y desarrollo: informe preliminar. *Infancia y Aprendizaje*, 39-40, 159-169.

- Palacios, J., & Rodrigo, M., J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (coords.). *Familia y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- Parke, R., D., & Buriel, R. (1998). Socialization in the family: ethnic and ecological perspectives. In W. Damon (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: vol 3. Social, emotional, and personality development* (5 th ed., 463 – 552). New York: Wiley.
- Pestana, M. H., Gageiro, J., N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais, a complementaridade do SPSS* (4ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Prager, K., J., Roberts, L., J. (2004). Deep intimate connection: self and intimacy in couple relationships. In D. J. Mashek, A. Aron (Ed). *Handbook of closeness and intimacy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Qadir, F., Silva, P., Prince, M., & Khan, M. (2005). Marital satisfaction in Pakistan: A pilot investigation. *Sexual and Relationship Therapy*, 20 (2), 195-209.
- Rehman, U., S., Holtzworth-Munroe, A. (2006). A cross-cultural analysis of the demand-withdraw marital interaction: Observing couples from a developing country. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74 (4), 555-766.
- Reis, H., T., Collins, W., A., & Berscheid, E. (2000). The relationship context of human behavior and development. *Psychological Bulletin*, 126 (6), 844-872.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família*. Porto: Edições Afrontamento.
- Richman, A., L., Miller, P., M., & LeVine, R., A. (1992). Cultural and educational variations in maternal responsiveness. *Development Psychology*, 28 (4), 614-621.
- Robins, E. (1990). The study of interdependence in marriage. In Fincham, F., D., & Bradbury, T., N. (Eds). *The psychology of marriage*. London: Guilford.
- Rodrigo, M., J., & Palacios, J. (1998). Conceptos e dimensiones en el análisis evolutivo-educativo de la familia. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (coords.). *Familia y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- Roussel, L. (1992). Les types de famille. In F. de Singly (ed.). *La famille. L' état de savoirs*. Paris: La Découverte.
- Rubin, K., H. (1998). Social and emotional development from a cultural perspective. *Developmental Psychology*, 34 (4), 611-615.
- Saraceno, C. (1992). *Sociologia da Família*. Lisboa: Estampa.

- Schneider, B., H., Attili, G., Vermigli, P., & Younger, A. (1997). A comparison of middle class english-canadian and italian mothers' beliefs about children's peer directed aggression and social withdrawal. *International Journal of Behavioral Development*, 21 (1), 133-154.
- Segalen, M. (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar. (Tradução do original em francês Sociologie de la Famille. Paris: Armand Colin, 1996).
- Shonkoff, J., P. (2000). Science, policy, and practice: three cultures in search of a shared mission. *Child Development*, 71 (1), 181-187.
- Sigel, I. E., McGillicuddy – De Lisi, A. V. (2002). Parent beliefs are cognitions: The dynamic belief systems model. In M. H. Bornstein (Ed). *Handbook of parenting: vol. 3. Being and becoming a parent* (pp. 485-508). Hillsdal, NJ: Laurence Erlbaum Associates.
- Snyder, M., Stukas, Jr., A., A. (1999). Interpersonal processes: The interplay of cognitive, motivacional, and behavioral activities in social interaction. *Annual Review of Psychology*, 50, 273-303.
- Systeme des Nation Unies (2001). *Bilan Commun du Pays* (CCA Cap Vert).
- Vicente, A. (2002). *Os poderes das mulheres, os poderes dos homens*. Lisboa: Gótica.
- Watzlawick, P. (1991). *A realidade é real?* Lisboa: Relógio d'Água.
- Whiting, B., B., Whiting, J., W., M. (1975). *The children of six cultures: a psychocultural analysis*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- WHO (2001). *Saúde dos Adolescentes: Estratégia para a região Africana*. Consultado em 2 de Maio de 2005 através de [http://www.afro.who.int/drh/adolescent\\_health/adolescent\\_rc51\\_pr.pdf](http://www.afro.who.int/drh/adolescent_health/adolescent_rc51_pr.pdf).

## **Anexos**

---

---

**Anexo 1**

Está a decorrer, neste momento, uma investigação sobre as características da Família na Ilha de S. Vicente. É fundamental a colaboração de todos para que se obtenham dados representativos da realidade local. Este trabalho contribuirá para um futuro estabelecimento de medidas mais eficazes de apoio à Família.

Foram elaborados três questionários onde são colocadas diferentes questões sobre o tema. Pretende-se, **apenas**, recolher **opiniões**. Não há respostas certas ou erradas. A sua sinceridade é essencial. **Todas** as respostas são absolutamente confidenciais, pelo que se solicita que não escreva o seu nome em nenhuma folha.

Se concordar em participar na investigação ser-lhe-á entregue um envelope **fechado** com três questionários. Após o seu preenchimento deverá colocá-los, de novo, no envelope e selá-lo. Agradece-se, desde já, a sua colaboração.

Caso não saiba ler e queira participar no estudo, deve autorizar o responsável pela investigação a preencher por si os questionários (serão lidas, em voz alta, as diferentes questões e possibilidades de resposta)

Fui devidamente informado acerca das características da investigação e aceito participar no processo de recolha de informação.

- a. Não
- b. Sim

\* Não sabendo ler

Autorizo o responsável pela investigação a preencher os questionários de acordo com a minha vontade.

- a. Não
- b. Sim

## QUESTIONÁRIO A

Este questionário destina-se à realização de um trabalho de investigação.

É fundamental que responda com o máximo de sinceridade a **todas** as questões apresentadas. Assinale com uma cruz a resposta que considere adequada. Nas restantes escreva por extenso.

As suas respostas são absolutamente **confidenciais**, pelo que se solicita que não escreva o seu nome em nenhuma folha do mesmo.

1. **Sexo:**

- a. Feminino
- b. Masculino

2. **Idade:** \_\_\_\_\_ anos

3. **Habilitações literárias:** \_\_\_\_\_

4. **Profissão:** \_\_\_\_\_

5. **Com quem vive actualmente?**

- a. Sozinho
- b. Com ambos os pais
- c. Só com a mãe
- d. Com a mãe e o padrasto
- e. Só com o pai
- f. Com o pai e a madrasta
- g. Com o cônjuge
- h. Com o companheiro(a)
- i. Outros \_\_\_\_\_

## 6. Estado civil

- a. Casado(a)
- Pelo civil
  - Pela igreja
  - Por ambos
  - Há quanto tempo? \_\_\_\_\_
- b. Solteiro(a)
- c. Viúvo(a)
- Há quanto tempo? \_\_\_\_\_
- d. Divorciado(a)
- Há quanto tempo? \_\_\_\_\_
- e. Outro \_\_\_\_\_

## 7. Antes de casar viveu maritalmente com o seu cônjuge?

- a. Não
- b. Sim
- Quanto tempo? \_\_\_\_\_

## 8. Tem filhos?

- Não
- Sim
- Quantos? \_\_\_\_\_
- Idades? \_\_\_\_\_
- Vivem todos consigo?
  - Sim
  - Não
- Quantos não vivem e com quem estão? \_\_\_\_\_

## 9. Com que idade teve o seu primeiro filho? \_\_\_\_\_ anos

E o último? \_\_\_\_\_ anos

**10. Têm todos a mesma mãe?**

- a. Não
- b. Sim
- c. Tem quantas “mãe(s) de filho”? \_\_\_\_\_
- d. Quantos filhos tem com cada uma? \_\_\_\_\_

**11. Têm todos o mesmo pai?**

- a. Não
- b. Sim
- c. Tem quantos “pai(s) de filho”? \_\_\_\_\_
- d. Quantos filhos tem com cada um? \_\_\_\_\_

**12. Já viveu maritalmente com algum(a) “pai/mãe de filho”?**

- a. Não
- b. Sim
- c. Quanto tempo? \_\_\_\_\_

**13. Actualmente vive com um dos seus/suas “pai/mãe de filho”?**

- a. Sim
- b. Não
- c. Qual? \_\_\_\_\_

**14. Que métodos contraceptivos costuma utilizar?**

- a. Preservativo (“camisinha”)
- b. Pílula
- c. Dispositivo intra-uterino (“aparelho”)
- d. Outros
- Qual? \_\_\_\_\_

**15. Quais as habilitações literárias do seu**

**cônjuge/companheiro(a)?** \_\_\_\_\_

**16. Qual a profissão do seu cônjuge/companheiro(a)?** \_\_\_\_\_

**17. Durante a sua infância com quem viveu?**

- a. Ambos os pais
- b. Só com a mãe
- c. Com a mãe e padrasto
- d. Com a mãe e vários padrastos
- e. Só com o pai
- f. Com o pai e madrasta
- g. Com o pai e várias madrastas
- h. Outros
  - Quem? \_\_\_\_\_

**18. Considera-se uma pessoa crente?**

- a. Sim
- b. Não
- c. Qual a sua confissão religiosa? \_\_\_\_\_
- d. É praticante?
  - Sim
  - Não

**19. A sua família de origem seguia alguma religião?**

- a. Não
- b. Sim
- Qual? \_\_\_\_\_

Eram praticantes?

- a. Sim
- b. Não

**20. Os seus pais eram:**

- a. Casados
- b. Viviam em união de facto
- c. Nunca coabitaram
- d. Outra situação \_\_\_\_\_

21. **A sua mãe teve quantos filhos?** \_\_\_\_\_
- Que idade tinha ela quando nasceu o primeiro? \_\_\_\_\_ anos
  - Que idade tinha ela quando nasceu o último? \_\_\_\_\_ anos
22. **Quantos “pais de filho” teve a sua mãe?** \_\_\_\_\_
23. **Sabe qual o método contraceptivo utilizado pela sua mãe?**
- Não
  - Sim 
    - Qual? \_\_\_\_\_
24. **O seu pai teve quantos filhos?** \_\_\_\_\_
- Que idade tinha ele quando nasceu o primeiro? \_\_\_\_\_ anos
  - Que idade tinha ele quando nasceu o último? \_\_\_\_\_ anos
25. **Quantas “mães de filho” teve o seu pai?** \_\_\_\_\_
26. **Acha que a “Independência” influenciou ou modificou a forma de viver a “Família”?**
- Não
  - Sim 
    - Porquê? \_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO B

Em seguida irá ler um conjunto de **afirmações** sobre as características das relações entre homens e mulheres e do ser pai/mãe em **Cabo Verde**. Pretende-se que expresse a sua opinião. Basta colocar uma cruz no espaço que corresponda a sua escolha. Não há respostas certas ou erradas. Por favor não se identifique.

Nº	AFIRMAÇÃO	Concordo completamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo completamente
1	Em Cabo Verde a maioria das pessoas não se casa (civil ou igreja)					
2	A maioria vive junto durante muitos anos sem legalizarem a sua situação (união de facto)					
3	Têm filhos e constroem um património mas não legalizam a situação					
4	Muitos acham que o casamento é “enforçar”, uma prisão					
5	Consideram que a união de facto permite uma maior liberdade (poder mudar de parceiro frequentemente; não ter “obrigações”					
6	Muitos não se casam porque “vão disfarçando”, acomodando-se à situação.					
7	Ao fim de muitos anos a viverem juntos muitos não se casam porque têm vergonha e não se querem expor.					
8	Ao fim de muitos anos de relacionamento com um determinado parceiro(a) [sem coabitação] muitos não se casam porque não se querem expor					
9	As relações extra-conjugais (quando se é casado ou se vive em união de facto) são frequentes					
10	Geralmente os homens têm várias mulheres					

Nº	AFIRMAÇÃO	Concordo completamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo completamente
11	Muitas mulheres têm filhos com vários homens porque dependem economicamente deles					
12	Geralmente as mulheres são mais fiéis do que os homens					
13	Cada vez mais as mulheres estão a comportar-se como os homens (infidelidade)					
14	A “paternidade irresponsável” é um dos grandes problemas da sociedade cabo-verdiana					
15	Muitos pais nem sequer registam os filhos					
16	Diz-se que quando um homem se “separa” da mulher, separa-se também dos filhos					
17	Muitas mulheres têm filhos para que possam obter algo (casa, dinheiro, por ex.)					
18	Para o homem o número de filhos é sinal da sua masculinidade (“macho”)					
19	De uma forma geral os homens acham que são eles que mandam nas mulheres					
20	A maior parte das famílias são constituídas pela mãe e filhos provenientes de diferentes parceiros					
21	Mesmo quando pai, mãe e filhos vivem juntos, e ambos trabalham, o homem praticamente não participa nas tarefas domésticas					
22	De uma forma geral os homens passam o tempo livre na rua com os amigos					
23	As relações entre homens e mulheres são pouco estáveis					
24	É com a mãe, avó ou outros parentes que muitas jovens mulheres e seus filhos vivem					

Nº	AFIRMAÇÃO	Concordo completamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo completamente
25	Muitas jovens, e seus filhos, vivem com a família de origem. Mantêm um relacionamento afectivo com o seu “pai de filho” mas nunca vão viver juntos					
26	Muitos homens vivem com a sua família de origem, mantendo um relacionamento afectivo com a sua “mãe de filho”					
27	Alguns homens têm uma “mãe de filho” e filhos já crescidos mas continuam a viver sozinhos					
28	Em Cabo Verde os filhos são considerados “riqueza”					
29	Quando nasce uma criança, e mesmo que os pais tenham muitas dificuldades económicas, diz-se que “Deus tem”					
30	Muitos defendem que as crianças têm de ser criadas “à-vontade”					
31	Os castigos corporais ainda são a principal maneira de educar as crianças					
32	As crianças desde muito cedo têm que começar a “desenrascar-se”					
33	Muitas pessoas acham que as crianças em Cabo Verde têm muita falta de afecto					
34	Muitas famílias demonstram uma grande dificuldade na organização e gestão da vida familiar (dinheiro, horário das refeições, diferentes rotinas diárias)					
35	Muitos consideram que a emigração é responsável pela instabilidade de muitas relações conjugais					
36	Devido à emigração muitas crianças crescem sem a mãe, o pai ou ambos					
37	A pobreza tem sido uma das principais causas da instabilidade conjugal					

Nº	AFIRMAÇÃO	Concordo completamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo completamente
38	A pobreza tem sido uma das principais causas da “irresponsabilidade” paternas e maternas					
39	Para as jovens ter filhos significa já ser “mulher” e alcançar uma posição diferente na sociedade					
40	Para os jovens ter filhos é sinal de que são “machos”					
41	É na formação da sociedade cabo-verdiana (herança colonial) que estão as raízes do típico relacionamento homem/mulher					

---

**Anexo 2**

## Escala de Crenças face à Conjugalidade e Parentalidade

Nº	Afirmação	Concordo completamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo completamente
1	Em Cabo Verde a maioria das pessoas não se casa (civil ou igreja)					
2	A maioria vive junto durante muitos anos sem legalizarem a sua situação (união de facto)					
3	Têm filhos e constroem um património mas não legalizam a situação					
4	Muitos acham que o casamento é “enforçar”, uma prisão					
5	Consideram que a união de facto permite uma maior liberdade (poder mudar de parceiro frequentemente; não ter “obrigações”					
6	Muitos não se casam porque “vão disfarçando”, acomodando-se à situação.					
7	Ao fim de muitos anos a viverem juntos muitos não se casam porque têm vergonha e não se querem expor.					
8	Ao fim de muitos anos de relacionamento com um determinado parceiro(a) [sem coabitação] muitos não se casam porque não se querem expor					
9	Geralmente os homens têm várias mulheres					
10	Muitas mulheres têm filhos com vários homens porque dependem economicamente deles					
11	Geralmente as mulheres são mais fiéis do que os homens					
12	Cada vez mais as mulheres estão a comportar-se como os homens (infidelidade)					
13	A “paternidade irresponsável” é um dos grandes problemas da sociedade cabo-verdiana					

Nº	Afirmação	Concordo completamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo completamente
14	Muitos pais nem sequer registam os filhos					
15	Para o homem o número de filhos é sinal da sua masculinidade (“macho”)					
16	A maior parte das famílias são constituídas pela mãe e filhos provenientes de diferentes parceiros					
17	Mesmo quando pai, mãe e filhos vivem juntos, e ambos trabalham, o homem praticamente não participa nas tarefas domésticas					
18	De uma forma geral os homens passam o tempo livre na rua com os amigos					
19	As relações entre homens e mulheres são pouco estáveis					
20	É com a mãe, avó ou outros parentes que muitas jovens mulheres e seus filhos vivem					
21	Mantêm um relacionamento afectivo com o seu “pai de filho” mas nunca vão viver juntos					
22	Muitos homens vivem com a sua família de origem, mantendo um relacionamento afectivo com a sua “mãe de filho”					
23	Alguns homens têm uma “mãe de filho” e filhos já crescidos mas continuam a viver sozinhos					
24	Em Cabo Verde os filhos são considerados “riqueza”					
25	Quando nasce uma criança, e mesmo que os pais tenham muitas dificuldades económicas, diz-se que “Deus tem”					
26	Os castigos corporais ainda são a principal maneira de educar as crianças					
27	As crianças desde muito cedo têm que começar a “desenrascar-se”					

Nº	Afirmação	Concordo completamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo completamente
28	Muitos consideram que a emigração é responsável pela instabilidade de muitas relações conjugais					
29	Devido à emigração muitas crianças crescem sem a mãe, o pai ou ambos					
30	A pobreza tem sido uma das principais causas da instabilidade conjugal					
31	A pobreza tem sido uma das principais causas da “irresponsabilidade” paternas e maternas					
32	Para as jovens ter filhos significa já ser “mulher” e alcançar uma posição diferente na sociedade					
33	Para os jovens ter filhos é sinal de que são “machos”					
34	É na formação da sociedade cabo-verdiana (herança colonial) que estão as raízes do típico relacionamento homem/mulher					

**Tabela de correspondência entre os itens da escala e os do questionário B**

<b>Item da Escala</b>	<b>Item do Questionário</b>
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	10
10	11
11	12
12	13
13	14
14	15
15	18
16	20
17	21
18	22
19	23
20	24
21	25
22	26
23	27
24	28
25	29
26	31
27	32
28	35
29	36
30	37
31	38
32	39
33	40
34	41